

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Letras

Guilherme da Cruz e Zica

***Viva o povo brasileiro: revisitações críticas e diálogos com o
pensamento social brasileiro***

Belo Horizonte

2019

Guilherme da Cruz e Zica

Viva o povo brasileiro: revisitações críticas e diálogos com o pensamento social brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos Literários.

Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural (LHMC).

Orientadora: Profa. Dra. Haydée Ribeiro Coelho.

Belo Horizonte

2019

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

R484v.Yc Cruz e Zica, Guilherme da.
Viva o povo brasileiro [manuscrito] : revisitações críticas e diálogos com o pensamento social brasileiro / Guilherme da Cruz e Zica. – 2019.
101 f., enc. : il.

Orientadora: Haydée Ribeiro Coelho.

Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.

Linha de pesquisa: Literatura História e Memória Cultural.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 96-101.

1. Ribeiro, João Ubaldo, 1941-2014 – Viva o povo brasileiro – Crítica e interpretação – Teses. 2. Literatura e sociedade – Teses. 3. Literatura brasileira – Aspectos sociais – Teses. 4. História na literatura – Teses. I. Coelho, Haydée Ribeiro. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: B869.341



Dissertação intitulada *Viva o povo brasileiro: revisitações críticas e diálogos com o pensamento social brasileiro*, de autoria do Mestrando GUILHERME DA CRUZ E ZICA, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos Literários.

Área de Concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada/Mestrado

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dra. Haydée Ribeiro Coelho - FALE/UFMG - Orientadora

Prof. Dr. Marcelino Rodrigues da Silva - FALE/UFMG

Prof. Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira - CEFET/MG

Prof. Dra. Maria Zilda Ferreira Cury

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG

Prof. Dra. Lyslei de Souza Nascimento
Subcoordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários
FALE/UFMG

Belo Horizonte, 30 de maio de 2019.

Agradecimentos

A Profa. Dra. Haydée Ribeiro Coelho agradeço o zelo e a dedicação com que orientou este trabalho.

À minha avó, Rosa, em memória, pelas diversas vidas que me apresentou.

Aos meus pais, por todo o amor e pelo exemplo diário de humildade.

Aos queridos irmãos, Matheus e Pedro, que, cada um a seu modo, me ensinam a gostar da língua e do silêncio.

Aos pequenos sobrinhos, pelo ânimo gratuito que carregam. A todos os familiares, tias e tios, primos e primas, pelo carinho.

Aos amigos de longa data, Diogo, Lívio e Lucas Sardinha, pela inteligência desperta com que enxergam esta nossa experiência brasileira. Ao Bruno Alvarenga, Manolete, amigo recente e já antigo. Agradeço-lhes o estímulo à escrita deste trabalho e as exposições à aspa do touro.

Agradeço aos colegas da PRPG, jovens amigos, que ouviram sobre este trabalho inúmeras vezes.

Aos professores, colegas e funcionários da FALE.

A Tereza, Tetê, pelo muito afeto.

O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a designios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 452.

Resumo

Este trabalho revisita algumas perspectivas críticas sobre o processo histórico de formação da sociedade brasileira e discute o diálogo entre *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, e diferentes interpretações teóricas sobre o Brasil, desenvolvidas no âmbito do pensamento social brasileiro. Por meio de uma linguagem irônica e crítica, o romance estabelece uma rede discursiva que põe sob suspeita grandes discursos sobre a configuração social do país. Para tanto, serão considerados estudos realizados em múltiplas áreas, como a antropologia, a economia, a crítica literária, a historiografia e a sociologia. A partir disso, seguindo o fio narrativo de *Viva o povo brasileiro*, este estudo abordará o projeto conservador e elitista de construção do Estado-nação brasileiro e investigará o impacto do balizamento das interpretações sobre o país em teorias e experiências de modernidade próprias aos países do centro do capitalismo. Desse último aspecto decorrem considerações sobre a composição mestiça da sociedade brasileira e sobre o peso de nosso “atraso” cultural e material que impactam a vida prática dos brasileiros.

Palavras-chave: *Viva o povo brasileiro*, crítica, pensamento social brasileiro.

Abstract

This paper aims to discuss some critical perspectives on the Brazilian society's historical process, and the dialogue between *Viva o povo brasileiro* (1984), by João Ubaldo Ribeiro, and different theoretic interpretations of Brazil, developed in the realm of Brazilian Social Thought. Using an ironic and critical language, the novel establishes a discursive network that threatens official discourses about Brazilian society's configuration. To that, studies from different fields of knowledge, such as Anthropology, Economics, History, Literary criticism, and Sociology will be considered. Along with the novel, this study intends to investigate the conservative and elitist project beneath Brazilian national-Estate building in the XIXth century, as well as the impact derived from interpretations based on theories and experiences of modernity proper to countries arranged at the center of the capitalism. This later concern perpetrates some pieces of consideration regarding Brazilian society's miscegenation as much as about the weight of Brazil's material and cultural "delay" on the country's practical life.

Keywords: *Viva o povo brasileiro*, Criticism, Brazilian Social Thought.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1 – <i>Viva o povo brasileiro</i>: o autor e a crítica	14
Capítulo 2 – <i>Viva o povo brasileiro</i> e a dinâmica de ideias no século XIX: a construção de uma nova nação	37
Capítulo 3 – <i>Viva o povo brasileiro</i>: diálogos com o pensamento social	63
Considerações finais	92
Referências bibliográficas	96

Introdução

O interesse em desenvolver este trabalho deriva, antes de tudo, do gosto despertado pela leitura de *Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro. A força da trama, escrita em permanente tensão com a história brasileira, emaranhando episódios desde a colônia até os anos 1970, trouxe perspectivas que a leitura de ensaios e de textos científicos sobre o processo de formação social do país não me havia despertado, embaralhando seus signos e suas interpretações. A iniciativa de formalizar, nesta dissertação, uma leitura parcial dessa obra vasta advém, por sua vez, do cruzamento de dois momentos da minha formação universitária, as ciências sociais e as letras. Da primeira, decorre o estímulo à análise da experiência social e da articulação do mundo das ideais com a realidade prática. E dos estudos literários parte o impulso pela investigação da produção ficcional.

Não se deve perder de vista que esses dois projetos de leitura da realidade social e da ficção são orientados e revelam escolhas teóricas. São apenas vertentes de redes mais amplas de abordagens críticas. Esse fato, contudo, não deve contribuir para obscurecer as pretensões das análises empreendidas adiante. Não é intenção deste trabalho advogar pela ideia de engajamento literário dessa obra de João Ubaldo, como se ela estivesse vinculada a um panorama restrito de concepções utilitaristas e pragmáticas sobre a produção ficcional. Diferentemente, este estudo quer trabalhar o diálogo entre pontos da trama de *Viva o povo brasileiro* (VPB) com diferentes interpretações teóricas e críticas sobre o Brasil, presentes no pensamento social brasileiro.

Uma das maneiras como João Ubaldo conduz esse projeto crítico dá-se a partir do recurso à ironia. O traço de ironia que caracteriza o romance de Ubaldo corresponde àquele desenvolvido por Beth Brait, em *Ironia em perspectiva polifônica* (1996). Na esteira das investigações de Mikail Bakhtin, a autora considera a ironia “como estratégia de linguagem que, participando da constituição do discurso como fato histórico e social, mobiliza diferentes vozes, instaura a polifonia, ainda que essa polifonia não signifique [...] a democratização dos valores veiculados ou criados” (BRAITH, 1996, P. 15). A perspectiva polifônica aqui se refere à conclusão bakhtiniana segundo a qual o romance não representa um gênero arquitetado por uma linguagem unívoca, mas antes pela

negociação de diversas linguagens sociais, em suas muitas variações, caracterizando as dimensões da diversidade e das desigualdades que estruturam a sociedade.

No contexto de *VPB*, ainda que não haja quebras hierárquicas no plano material, como sustenta a leitura bakhtiniana conduzida por Brait, as múltiplas vozes entrecruzadas no conjunto narrativo do romance de João Ubaldo instauram um ponto de contestação e sustentam uma série de discursos que põem sob suspeita o intelectualismo, a superioridade racial e a retidão moral, por exemplo, daqueles que atribuem esses traços a si, a fim de justificarem seus privilégios no jogo hierarquizado das relações sociais.

É nesse sentido que se estabelece no romance uma rede discursiva intensa e vibrante. Discursos contraditórios, além de outros posicionados em polos narrativos ancorados em núcleos de oposições de classe e de ideias, alimentam um cenário textual complexo, semelhante às contradições e aos desequilíbrios que estruturam a experiência social brasileira. Dessa forma, o romance de João Ubaldo explora justamente o modo tenso como categorias binárias, aparentemente opostas, apresentam-se confundidas entre nós, evidenciando um embaralhamento referencial que se articula em uma sociedade de base capitalista. Esse cenário contraditório, a partir do qual a heterogênea rede discursiva do romance se estabelece, garante ao romance uma dimensão de tensão da qual advém o interesse que ele desperta para a realização deste trabalho.

Os posicionamentos diversos que dão corpo ao entrelaçamento dessa rede discursiva concorrem para alargar a visão acerca da sociedade brasileira e mesmo de sua interminável questão identitária. No âmbito da crítica sobre *VPB*, as buscas teóricas por unidade e coesão nas análises sobre a formação social do Brasil aparecem em relação a esse panorama, portanto, como contraditórias e sem objeto. Por essa razão, ao longo deste trabalho, serão criticadas percepções essencialistas como brasilidade, caráter nacional e espírito brasileiro trazidas em trabalhos acadêmicos sobre o romance de Ubaldo. Impressiona, inclusive, como será visto no primeiro capítulo, a quantidade de trabalhos sobre *VPB* que utilizam noções como essas, sem qualquer justificativa quanto a seu uso conceitual, confrontando a proposta narrativa de ruptura e de desarticulação discursiva trazida pelo romance.

A produção intelectual sobre a obra de João Ubaldo e sobre *VPB* é extensa, de forma que estabeleci recortes para a composição crítica deste trabalho. Procurarei revisar panoramicamente os trabalhos críticos sobre o romance cujos assuntos dialogam mais de perto com os temas que serão desenvolvidos nesta dissertação. A fortuna crítica

selecionada orbita, nessa direção, em aspectos ligados a discussões identitárias, ao processo histórico de formação da sociedade brasileira, de maneira geral, à acomodação crítica do romance na tradição literária e aos limites entre ficção e historiografia. Em suas diversas frentes de leitura, os textos elencados no capítulo inicial, em que concentrarei a abordagem dessa produção crítica selecionada, apontam para um resultado analítico de caráter dialógico. Os comentários sobre esse recorte crítico estão aí reunidos, a fim de que se possa proceder, nos capítulos subsequentes, ao desenvolvimento mais detido das contribuições de leitura sobre o romance que intento oferecer.

Além dessa revisão crítica, procurarei entremear a ela a análise de um *corpus* de entrevistas concedidas por João Ubaldo Ribeiro antes e depois da publicação do romance, em 1984. As entrevistas citadas foram selecionadas a partir de dois critérios: afinidade temática com este trabalho, nos termos definidos no parágrafo anterior; e presença de discussões sobre *VPB*. Aquelas que não reuniam nenhum dos critérios foram desconsideradas. Cabe dizer, além disso, que existem inúmeras entrevistas com o autor e que me orientei, ao menos para aquelas concedidas antes de 1999, pelo cuidadoso anexo ao artigo “Brava gente brasileira” (1999), de João Luís Ceccantini, em que estão elencadas entrevistas e diversas produções críticas sobre o autor.

No que concerne à relação que se estabelece entre a análise da produção crítica sobre *VPB* e as entrevistas, no primeiro capítulo, é preciso ponderar que não se pretende tomar as entrevistas como pontos balizadores para a avaliação das abordagens críticas sobre o romance, como se a opinião do autor tivesse o condão de controlar a validade das análises construídas no âmbito da crítica. De qualquer forma, não custa reconhecer que as entrevistas trazem o ponto de vista de João Ubaldo acerca da realidade brasileira e de sua obra, o que auxilia a compreender seus posicionamentos e suas dúvidas em torno da vida social e cultural do país. Tal como procurarei explorar, o confronto entre as perspectivas distintas das entrevistas e dos textos críticos produz uma tensão analítica que me parece produtiva.

Nos dois capítulos seguintes, quer-se contribuir para a leitura do romance a partir da expansão de seu universo crítico, trazendo à sua órbita outras referências, as quais não se desenvolvem, necessariamente, no âmbito da crítica literária. A partir da perspectiva de rede discursiva mencionada acima, procurarei colocar em circulação textos de tradições intelectuais diversas, vinculados à antropologia, à historiografia, à sociologia, à economia e ao pensamento social brasileiro. Enquanto trabalho realizado a

partir do entrecruzamento de interesses literários e sócio-políticos, pretende-se, nesta dissertação, explorar e forçar as fronteiras, sobretudo da crítica literária, que é o lugar de onde escrevo, para o diálogo com referenciais teóricos vindos de fora de seu domínio.

A inter-relação entre arte e crítica da realidade social teria caracterizado a melhor literatura brasileira produzida no século XX, na opinião de Silviano Santiago. Para o crítico, esse traço reflete uma duplicidade que definiria “o caráter *anfíbio* da nossa produção artística” (SANTIAGO, 2004, p. 66). Sob essa perspectiva *anfíbia*, a “atividade artística do escritor não se descola da sua influência política; a influência política sobre o cidadão não se descola da sua atividade artística” (SANTIAGO, 2004, p. 66). Assim, a literatura estaria intrinsecamente conectada ao seu contexto de produção e de recepção, em uma espécie de “contaminação” da arte pela política, como afirma Santiago. *VPB* não deixa de partilhar dessa experiência anfíbia. Essa percepção deve implicar, contudo, o cuidado de não impor uma abordagem panfletária de vinculação entre a obra de arte e o mundo prático.

A abertura a novos horizontes críticos, nesse sentido, contribui para a emergência de possibilidades alternativas de leitura de *VPB*, que associam a obra a universos discursivos ligados ao processo histórico de formação da sociedade brasileira. No segundo capítulo, analisarei o florescimento do ideário do Estado-nação, primeiramente na Europa e depois na América Latina, a partir das contribuições de Eric Hobsbawm e do crítico literário uruguaio Hugo Achugar, e o modo como esse ideário, além das arbitrariedades e artificialidades dele decorrentes, repercute, no romance de João Ubaldo, as imagens e as narrativas fundacionais do Brasil recém independente. A maior parte dos episódios do romance está disposta no século XIX, sinalizando o reconhecimento desse período, pelo autor, como momento decisivo de conformação de uma sociedade propriamente brasileira, impactada pela transição da experiência colonial para aquela republicana, no século XX.

A respeito deste século de definições da vida social do país, procurarei investigar, ainda no segundo capítulo, como *VPB* explora e ressignifica discursos oficiais de Brasil, gerados na dinâmica de ideias que circulavam localmente no período. Assim, abordarei a difusão do paradigma romântico e seu traço nativista como modelo literário por excelência adotado, bem como a questão da mestiçagem e a recepção das teorias raciais no ambiente intelectual brasileiro oitocentista, sob a ótica conferida a elas pelo romance de João Ubaldo. O trabalho de Lilia Moritz Schwarcz quanto às vertentes de difusão do pensamento raciológico no Brasil é crucial para compreender as

repercussões do cientificismo no tratamento da questão da raça e dos preconceitos trabalhados no romance. Por esse panorama, os efeitos da escravidão extrapolam em muito o viés econômico de sua instauração e ganham peso determinante no tipo de sociedade que se fundamenta nesta parte dos trópicos.

No terceiro capítulo, discutirei possíveis relações de leitura entre o romance de João Ubaldo e o pensamento social brasileiro. Essa aproximação pode dar-se por diversas frentes, razão pela qual procurarei concentrar a análise em uma via que investiga como *VPB* retrabalha discursos veiculados pela tradição de interpretações do Brasil, cuja base teórica se assenta sobretudo na perspectiva weberiana de supremacia do modelo protestante ascético na caracterização da modernidade. Enquanto ponto teórico estabelecido como balizador do grau de inserção do Brasil na dinâmica moderna, esse paradigma weberiano tem sido um dos principais responsáveis tanto para definir o modo como se tem dimensionado a ideia de atraso que conservamos internamente, quanto para justificar nosso afã de *ratrapage*¹ em relação aos países do centro do capitalismo, em termos igualmente econômicos e culturais.

Para levar a cabo esta avaliação, recorrerei a obras sociológicas de Jessé Souza, Luiz Werneck Viana e Roberto Moreira, autores que procuram relativizar a incorporação desse ponto weberiano de análise nos principais ensaios de interpretação do país, sopesando de forma mais crítica os ganhos que esses textos oferecem ao exame do processo histórico brasileiro. Em *VPB*, pelas vozes de diversos personagens, é visível a penetração discursiva desta tradição na vida intelectual e prática do Brasil. O diálogo entre a rede discursiva das interpretações e a vida cotidiana sustenta, nessa direção, o interesse pela investigação desse tópico no romance.

Para delimitar o uso que farei da noção de “interpretações de Brasil”, cabe uma pequena especificação. Bernardo Ricupero oferece uma definição por recorte temporal às interpretações, limitando-as a um “tipo de trabalho que [...] apareceu especialmente num certo período da história do país, entre a proclamação da República, em 1889, e o desenvolvimento mais pleno da universidade, a partir da década de trinta do século XX” (RICUPERO, 2008, p. 21). José Carlos Reis toma direção semelhante, porém o faz para delimitar o contexto de produção das interpretações, e não exatamente para restringir seu escopo. Interessa-lhe datar e ligar o texto interpretativo ao seu contexto de escrita, de forma que, em sua perspectiva, as interpretações se estendem desde meados do

¹ Cf. ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo.

século XIX até o fim do século XX. Neste estudo, optarei por uma abordagem, diga-se, mais contextualista, como a de Reis, ainda que minhas intenções se foquem em averiguar o impacto dessas interpretações na vida social e intelectual do Brasil, discutidas sempre pelo prisma de *VPB*.

Capítulo 1 – *Viva o povo brasileiro: o autor e a crítica*

João Ubaldo Osório Pimentel Ribeiro nasceu em Itaparica/BA, em 23 de janeiro de 1941, e faleceu no Rio de Janeiro/RJ, em 18 de julho de 2014. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia, em 1962. Além de ter realizado pós-graduação em Administração Pública pela mesma universidade, concluiu mestrado em Ciência Política pela Universidade do Sul da Califórnia, nos Estados Unidos, em 1964. Pela formação adquirida e decidido a não seguir a advocacia, João Ubaldo assumiu o posto de professor da Escola de Administração e da Faculdade de Filosofia, ambas da Universidade Federal da Bahia, bem como da Escola de Administração da Universidade Católica de Salvador.

Apesar da carreira acadêmica promissora, João Ubaldo abandonou-a logo cedo. Preferiu dedicar-se ao jornalismo, cujas obrigações conciliou com a literatura até o fim da vida. Iniciou-se como repórter no *Jornal da Bahia*, em 1957, tendo-se transferido posteriormente à *Tribuna da Bahia*, em que chegou a editor-chefe. Colaborou ainda nos periódicos *A Tarde*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Frankfurter Rundschau* (Alemanha), *Die Zeit* (Alemanha), *The Times Literary Supplement* (Inglaterra), *O Jornal* (Portugal), *Jornal de Letras* (Portugal), entre muitos outros, no Brasil e no exterior.

Em mais de uma entrevista, João Ubaldo ressalta os fortes laços que o ligam à imprensa. Além de ela ter contribuído, em certa medida, para o desenvolvimento de sua escrita literária, o autor reforça o papel preponderante da atividade jornalística em sua vida prática, consideradas as dificuldades financeiras que a dedicação exclusiva à literatura envolve no Brasil. Em entrevista aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, concedida em fevereiro de 1999, ele diz: “Com relação ao mercado e à situação do escritor hoje no Brasil, eu posso falar por mim. Se você considerar a crônica um biscate literário, eu digo a você: não posso viver sem biscate. Preciso, sim, do que eu ganho com as crônicas”.²

No que concerne à vida literária propriamente, João Ubaldo pode ser considerado um autor precoce. Estreou ainda em 1959, ao ter tido o conto “Lugar e circunstância” selecionado para compor a antologia *Panorama do conto baiano*,

² Entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira*, 4 de fevereiro de 1999, p. 48.

publicada pela Imprensa Oficial da Bahia. Muitas vezes associado à geração *Mapa*, movimento literário baiano do final dos anos 1950, cuja maior expressão foi Glauber Rocha, João Ubaldo esclarece, em entrevista ao jornalista Carlos Navarro Filho, em 2000, que jamais publicou na revista *Mapa* e que, nesse sentido, apesar de ser contemporâneo dos colaboradores, tecnicamente não pertenceu àquela geração. Em 1963, escreve seu primeiro romance, *Setembro não tem sentido*, que seria publicado apenas em 1968, com prefácio do amigo e colega Glauber Rocha. Aliás, na mesma entrevista aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, João Ubaldo menciona a influência fundamental de Glauber sobre sua decisão de produzir literatura:

Eu sou uma invenção de Glauber Rocha. Glauber era dois anos mais velho do que eu. Nós nos conhecíamos desde a época em que cursávamos o clássico, no Colégio Central, mas nos tornamos amigos pra valer na Faculdade de Direito. Ele me adotou. Dizia coisas a meu respeito, que depois eu tinha que me virar para comprovar. [...] Pois bem: com essa mania de decretar coisas, Glauber passou a me cobrar cada vez mais que eu escrevesse.³

E João Ubaldo escreveu. Ao livro de estreia, seguiram-se diversos títulos, incluindo romances, contos, crônicas e livros infantis. Em 1971, a editora Civilização Brasileira publica *Sargento Getúlio*, romance que conquistaria o Prêmio Jabuti de 1972, concedido pela Câmara Brasileira do Livro, na categoria “Revelação de Autor”. A coletânea de contos *Vencecavalo e o outro povo* sai em seguida, em 1974. Ainda na entrevista a Carlos Navarro Filho, João Ubaldo aponta como traço comum dessas duas obras, o engajamento utópico: “*Vencecavalo* e *Sargento Getúlio* são de uma fase, fins dos anos 60 e começo dos anos 70, que eu acho que como escritor poderia mudar o mundo, mas há muito me desiludi dessa fantasia, mas se esses livros têm algo em comum é isso. Era uma utopia”.⁴

Junte-se a esses dois títulos *Vila Real*, publicado em 1979. Nesse romance, epigrafado pela oração “Este é um conto militar”, assim como nos livros mencionados no parágrafo anterior, o forte engajamento político se combina com a experimentação literária, tanto linguística, quanto narrativa. Na conjugação estética desses dois níveis, João Ubaldo Ribeiro procura lidar com aquilo que considerava ser o principal problema do escritor brasileiro, qual seja, “a busca da nossa linguagem, do nosso fabulário, dos nossos valores próprios”. Nesse mesmo trecho de entrevista, registrado na quarta capa

³ Entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira*, 4 de fevereiro de 1999, p. 32.

⁴ Entrevista a Carlos Navarro Filho, outono de 2000.

da primeira edição de *Vila Real*, o autor sustenta o projeto literário que procurava conduzir à época,

Procuo, basicamente, fazer uma literatura vinculada às minhas raízes, independente, não colonizada, comprometida com a afirmação da identidade brasileira. Procuo explorar a língua brasileira, o verbo brasileiro e, através dele, contribuir para o aguçamento da consciência de nós mesmos, brasileiros. Sou contra as belas letras, a contrafação, o elitismo (RIBEIRO, 1979, contracapa).

Os dois romances e o livro de contos citados representam, nesse sentido, um momento da produção literária de João Ubaldo Ribeiro em que as questões políticas e sociais estavam no cerne de suas preocupações estéticas. Na entrevista que concedeu aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, em 1999, João Ubaldo revela, “Antigamente eu era mais preocupado com a expressão política. Eu pensava que a minha literatura precisava ter um sentido de engajamento. Eu passei por todas as fases: fui sartreano, comunista etc.”.⁵ Por essa razão, essas obras caracterizam o que João Luís Ceccantini, professor da UNESP e importante investigador da obra de João Ubaldo Ribeiro, em “Brava gente brasileira” (1999), considerou como “primeira fase” da literatura do escritor itaparicano, caracterizada pelo forte engajamento político e pelas investidas experimentais nos planos da linguagem e da narrativa. Para ele,

Vila Real acaba fechando, assim, essa primeira ‘fase’ da literatura de João Ubaldo Ribeiro, marcada, no nível temático, pelo engajamento político acentuado – que, entretanto, jamais chega ao panfletário – e por um esmerado apuro formal, que inova na linguagem e na estrutura das narrativas, desembocando em obras literárias altamente orgânicas, em que forma e conteúdo compõem um todo único, num resultado estético de alto nível (CECCANTINI, 1999, p.113).

Viva o povo brasileiro (VPB), lançado em 1984, marca certo redirecionamento da literatura de João Ubaldo Ribeiro. Não é que se dê no romance um abandono das preocupações políticas, para compensação no plano formal; diferentemente, nele, as questões políticas e o senso de engajamento se aguçam e, ao mesmo tempo, se tornam mais sutis. Ainda que João Ubaldo não considere mais a literatura como a ponta da lança para a revolução, os questionamentos acerca da realidade brasileira abundam e se mostram maturados no romance, expressados em uma linguagem composta por diversos recursos, correlacionados a pontos variados da tradição literária de língua portuguesa.

⁵ Entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira*, 4 de fevereiro de 1999, p. 41.

Em entrevista à tradutora francesa Alice Raillard, concedida em 1987, João Ubaldo faz um breve balanço de seu percurso literário até então e pondera sobre a maturação em curso na sua obra:

Parece-me ser o resultado de uma maturação. Não acho mais que vou mudar o mundo, mas que vou contribuir para essa mudança comunicando minha tomada de consciência da realidade brasileira. Não considero mais o livro como... um fuzil, mas como uma base sobre a qual se pode edificar algo novo; como uma contribuição ao conhecimento que nós tomamos de nós mesmos enquanto brasileiros e enquanto pessoas.⁶

O amadurecimento a que se refere João Ubaldo impacta diretamente a construção do romance. Em *VPB*, o escritor abdica, grosso modo, do experimentalismo conservado nos romances precedentes. Quanto a isso, o próprio autor se adianta, ao querer relativizar os complexos giros formais imaginados pela crítica em relação a *VPB*: “Sobre esse romance, aliás, é muito comum as pessoas pensarem que eu escrevi a história na ordem certa e depois desarrumei tudo. Não é verdade: ele foi publicado tal e qual saiu da minha máquina de escrever e com as emendas que fiz à caneta”.⁷ Assim, João Ubaldo procede a um rearranjo linguístico que, ao invés de implicar desvalorização literária, intensifica o diálogo com a tradição oral e renova o romance, ligado ao universo popular e a projeções de alcance de público mais amplas.

Silviano Santiago, em “Prosa literária atual no Brasil”, aponta como traço marcante dos romancistas das décadas de 1970 e 1980 a intenção de “reescrever o passado da nação sob outro farol, iluminando a penumbra das situações individuais, ou histórico-sociais, que eram relegadas a segundo plano por um processo civilizatório excludente” (SANTIAGO, 1984, p. 36). Nesse ensaio de 1984, o mesmo ano de publicação de *VPB*, João Ubaldo Ribeiro é citado como exemplo dessa corrente. Naquele ano, por esse romance, o autor conquistaria o Prêmio Jabuti pela segunda vez, agora na categoria “Romance”. *VPB* lhe renderia ainda o concurso Golfinho de Ouro, oferecido pelo Governo do Rio de Janeiro.

Publicado nos tempos de enfraquecimento do regime militar, *VPB* comporta, na direção de Santiago (1984), o sentido de reexame histórico e de esperança relativa nas reformas que potencialmente adviriam com o restabelecimento das instituições democráticas. De certa forma, um dos aspectos mais marcantes de *VPB* é a releitura que

⁶ Entrevista a Alice Raillard, « *Je suis le résultat d'une maturation* ». In : *La Quinzaine Littéraire*, n. 484, Paris, abr. 1987.

⁷ Entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira*, 4 de fevereiro de 1999, p. 35.

empreende dos discursos que fundamentam o processo de formação da sociedade brasileira. Contudo, como foi dito acima, o olhar literário retrospectivo sobre a formação social do país, operado por João Ubaldo Ribeiro ao longo de três séculos, não é linear. O enredo de *VPB* se desenrola sob datas fixadas entre 1647 e 1977, concentrando-se no século XIX. Ao todo há dois episódios datados no século XVII, nenhum no século XVIII, três no século XX e cinquenta e seis decorridos ao longo do século XIX. A trama flui entre avanços e retomadas temporais, às vezes estendendo versões distintas de um mesmo evento. Em âmbito espacial, o panorama de aparente desordem se mantém. Ainda que sob marcações calendárias idênticas, contam-se histórias de núcleos distintos, espalhados por espaços geográficos significativamente diferentes.

Nesse sentido, *VPB* se apresenta como um emaranhado de histórias fragmentadas, alicerçadas a partir de múltiplos eixos espaço-temporais. É assim que, depois de abrir com uma explicação sobre “cosmologia das almas”, examinando o caso particular da encarnação da alma do Alferes José Francisco Brandão Galvão – um pescador bastardo e pobre, cuja morte desavisada durante os conflitos de independência travados com portugueses lhe garantiu a reputação de herói nacional fundador –, o leitor se depara com o ano de 1822, em que se relata a ignominiosa participação de Perilo Ambrósio Góes Farinha, de abastada família portuguesa da Bahia, nas lutas de confirmação da independência brasileira. Enfim, há uma marcante alteração de núcleos narrativos, procedimento que perpassará todo o livro.

Tentar recuperar o enredo de *VPB* em poucas palavras é tarefa espinhosa, pois a simplificação involuntária e a delimitação parcial de uma linha de leitura parecem inevitáveis. Em linhas gerais, o texto se estende por mais de trezentos anos de Brasil, perpassando episódios importantes da história local, desde o período colonial até a ditadura militar. Os relatos de grandes eventos, tais como a Independência, a Guerra do Paraguai e o câmbio do modelo Imperial para a República, são atravessados pelas vivências anônimas de uma gama de personagens marcantes, de que são exemplos o caboco Capiroba, Mãe Dadinha, Perilo Ambrósio, o Cônego Visitador, Nego Leléu, Amleto, Bonifácio Odulfo, Maria da Fé e Patrício Macário, os quais vivem uma excêntrica paixão. Reunindo as transformações do espaço da Ilha de Itapeverica e do Brasil, de modo geral, a mudanças mais abstratas no universo de ideias do país, João Ubaldo ainda faz uso de um expediente metafísico, ao evocar as várias encarnações de uma alma em diferentes personagens do romance. Como alma brasileira, ela

experimenta as mais indignas, mas também edificantes, existências que nossa realidade histórica tem proporcionado.

De acordo com João Luiz Ceccantini, na complexa trama narrativa de *VPB*, a história do Brasil “ressurge, não sob a perspectiva da ‘História oficial’ dos compêndios didáticos, cheia de vultos e heróis nacionais, mas por meio de um fio narrativo que coloca em primeiro plano anônimas personagens do povo brasileiro” (CECCANTINI, 1999, p. 114). Para ele, o deslocamento desse ponto de vista do discurso histórico oficial qualificaria *VPB*, portanto, como uma “epopeia às avessas”, no sentido de que haveria, no romance, uma reavaliação das versões historiográficas dominantes, como exemplificam os tomos de história brasileira produzidos por Pedro Calmon e por Francisco Varnhagen, em que se rediscute o passado nacional, realçando a diversidade e os aspectos contraditórios da realidade brasileira.

Para Antônio Cristina Pires, em tese defendida na UFMG, em 2000, *VPB* se configuraria como uma história alternativa do Brasil. De acordo com a autora, o romance representa um “escovamento a contrapelo da História do Brasil. De tal escovamento (desconstrução) empreendido pelo texto ficcional, emerge uma História dos vencidos” (PIRES, 2000, p. 12). Ela se remete às teses “Sobre o conceito de história” (1940), de Walter Benjamin, a fim de sustentar, quanto ao romance de Ubaldo, a intenção de opor a tradição dos vencedores, que se apodera da tradição e a oficializa conforme seus interesses, àquela dos vencidos, arbitrariamente silenciada pela historiografia oficial. É nos termos desse embate inclusive que a autora polariza a historiografia de Francisco Varnhagen, de um lado, e *VPB*, de outro.

A esse respeito, João Ubaldo relatou em entrevista à *Folha de São Paulo*, em 2011: “Aliás, ele [*VPB*] é frequentemente mal interpretado. Disseram que recontava a história oficial do Brasil do ponto de vista dos oprimidos. Eu nunca pensei nada disso. Seria uma pretensão descomunal”.⁸ Essa ponderação de João Ubaldo dialoga diretamente com a tese de Pires. A opinião do autor, contudo, comporta uma restrição crítica e acaba criando a impressão de regulação de leitura, segundo a qual estariam legitimadas algumas interpretações do romance em detrimento de outras. Se, de um lado, o escritor parece imaginar um jogo hermeticamente fechado do qual ele guardaria a senha das interpretações possíveis para *VPB*, de outro lado, o movimento de crítica em torno do romance o expandiu consideravelmente, de modo que suas potencialidades

⁸ Entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, em 26 de fevereiro de 2011.

discursivas confrontam seu encarceramento em visões parciais e unívocas de leitura, ainda que sejam propostas pelo autor.

Nesse sentido, há que se realçar a independência crítica entre a produção literária e os impactos discursivos que ela gera. Pires analisa um problema efetivamente tematizado em *VPB*, qual seja, a visão oposta entre personagens que defendem a manutenção do *status quo* e os que a combatem. Ao fazê-lo em termos benjaminianos, Pires traz importante aporte teórico, ressaltando a perspectiva transgressora do romance em relação aos cânones historiográficos e, com reserva, literários. A meu ver, a tese de Pires se fragiliza ao alimentar uma perspectiva culturalista fechada em si mesma, que valoriza difusamente a “formação compósita” – multicultural – da sociedade brasileira, e que prefere substituir “identidade nacional” pelo conceito de “identidade cultural”, prolongando uma dicotomia que, em seu texto, se sustenta apenas discursivamente.

Complementarmente à visão de Ceccantini (1999) e de Pires (2000), para Luiz Fernando Valente, da Universidade de Brown, em “*Viva o povo brasileiro: ficção e anti-história*” (1990), *VPB* promove uma valorização da ficção em relação à história, em que a ficção estaria mais próxima da “verdade” do que o próprio discurso historiográfico. Apesar da afirmação audaciosa, o autor é cauteloso e procura distinguir o romance de Ubaldo das grandes narrativas históricas de tradição realista, nas quais prevalecem certas crenças ligadas à historiografia tradicional, como objetividade, imparcialidade e relato fiel dos fatos. Segundo Valente, ao invés de engrossar a lista de romances históricos, *VPB* se aproximaria mais da categoria de “metaficção historiográfica”, termo desenvolvido por Linda Hutcheon, que consiste em uma “modalidade altamente auto-reflexiva da ficção de feição historiográfica” (VALENTE, 1990, p. 68). A partir dessa perspectiva, Valente sustenta que o romance “constrói uma anti-história, que ao revelar o avesso e rejeitar a supremacia da história oficial, concede uma nova e subversiva autoridade ao discurso marginalizado da ficção” (VALENTE, 1990, p. 71).

Thomas Waldemer, em “*Hijacking Authority: Writing and Forgery in Viva o Povo Brasileiro*” (2006), que não ignora as contribuições de Valente, sustenta ser justamente por meio da ficção histórica que o romance ubaldiano procuraria reler o passado do país. Para ele, *VPB* levanta suspeitas sobre o lugar da cultura escrita, ilustrando a questão a partir do exemplo metatextual da genealogia forjada de Amleto Ferreira, personagem do romance cuja origem bastarda e mestiça é oficialmente apagada com o batistério encomendado à paróquia de Salvador. Com a substituição dos

originais pelo novo documento de registro, Amleto se descola do passado desprestigiado e se reinaugura artificialmente como homem branco e de linhagem familiar aristocrática. Nesse sentido, o romance relativiza as fontes historiográficas oficiais – escritas –, fazendo penetrar nelas as narrativas das experiências dos personagens externos aos lugares de mando e suas caudalosas tradições orais.

Viva o povo brasileiro voices the same deep suspicion of writing triumphant. Not merely because written, official history may be an 'emplotted' construct that serves the interests of the powerful, but also because we can never be entirely sure of the legitimacy of written sources (WALDEMER, 2006, p. 55).⁹

Seja como anti-história, seja como história dos vencidos, seja como relativização ficcional da história, Valente (1990), Pires (2000) e Waldemer (2006) concentram suas abordagens na relação entre o romance e a historiografia. Entretanto, apesar do intenso debate em torno dos aspectos históricos ensejado pelo romance, não se deve perder de vista que *VPB* é uma ficção e que suas contribuições à análise da realidade nacional derivam desse fato. É Lucia Helena, citada por Ceccantini (1999), que lembra, a propósito, o caráter ficcional de *VPB*:

Viva o povo brasileiro não é “retrato” ou uma radiografia do Brasil e de seu povo. **É antes de tudo ficção**, e como tal se comporta, metamorfoseando nosso absurdo colossal sem dele extrair lições exemplares para transmiti-las, como receitas, ao leitor. Ao contrário, o texto de João Ubaldo apreende e interpreta rica e obliquamente a realidade sociocultural brasileira, transgredindo-a na realidade ficcional, urdida pelo imaginário (HELENA, 1985, p. 10).¹⁰ (GRIFO MEU)

Nesse sentido, o mérito dessas abordagens na fronteira entre a historiografia e a literatura, em minha avaliação, está não apenas em reativar o discurso ficcional como elemento potente de construção da realidade brasileira, mas também em reconhecê-lo inevitavelmente como parte dela. Como procura sustentar Valente, “*VPB* é inegavelmente um produto da transição do regime militar para a ‘Nova República’, caracterizada pela reabertura das discussões sobre os grandes problemas nacionais e a perene questão da definição do Brasil” (VALENTE, 1990, p. 68), evidenciando os nexos de significação que associam a produção literária ao mundo material.

⁹ “*Viva o povo brasileiro* manifesta a mesma profunda suspeita acerca do triunfo da escrita. Não apenas porque a história escrita e oficial pode ser uma construção arranjada a serviço dos interesses dos poderosos, mas também porque nunca podemos estar inteiramente seguros quanto à legitimidade das fontes escritas” (TRADUÇÃO MINHA).

¹⁰ *Apud* CECCANTINI, João Luís C. T. Brava gente brasileira, p. 118.

Ao lado da discussão acerca do aspecto histórico, Valente defende ainda que um dos objetivos de *VPB* parece ser “reposicionar os termos do debate sobre a questão da identidade nacional, desconstruindo ideologias como o sincretismo, a harmonia e a cordialidade, e enfatizando as diferenças e conflitos não resolvidos entre as múltiplas vozes que compõem a nacionalidade brasileira” (VALENTE, 1990, p. 68). É interessante lembrar o que o próprio João Ubaldo diz a respeito de *VPB*, sobretudo porque não ignora o potencial problematizador do romance, ou desmistificador, como prefere:

Trata-se [*VPB*], acima de tudo, de um grande elã de desmistificação. Desmistificação de esquemas que nos inculcaram, desmistificação da história ‘oficial’, repleta de heróis irrepreensíveis, da ideia de que somos o maior país do mundo e outros mitos da formação intelectual brasileira. [...] Trata-se de um olhar crítico sobre a visão que nós temos de nós mesmos e sobre a pretensão a essa visão.¹¹

Sob o mesmo direcionamento crítico, Eneida Leal Cunha, por sua vez, em “*Viva o povo brasileiro: história e imaginário*” (2007), aproxima o romance de João Ubaldo à obra de Oswald de Andrade, notadamente aos manifestos “Poesia pau-brasil” (1924) e “Antropofágico” (1928), e ao modernismo da década de vinte, pelo “olhar crítico sobre a fabricação da *etnicidade fictícia* e excludente que instituiu o ‘povo’ a partir do apagamento da diversidade dos corpos que habitavam a terra e das relações de dominação” (CUNHA, 2007, p. 9). *VPB* se distinguiria do empreendimento de Oswald, todavia, ao “deixar falar o dominado da cultura e da história”, confrontando a perspectiva autoritária do lugar de fala do intelectual.

Mas, ao “dar” voz ao oprimido, Cunha parece privilegiar apenas um dos lados da equação. Ao explorar as contradições e as forças opostas que têm caracterizado o processo histórico de formação social brasileira, desde seus primórdios, as linhas de separação entre as culturas popular e erudita se confundem, concentrando-se a força de *VPB* na tensão produtiva entre os dois campos e não no isolamento estéril de ambos. Aliás, a meu ver, um dos pontos que sustentam o contínuo interesse despertado pelo romance deriva justamente da representação literária de um panorama histórico socialmente conflituoso e ideologicamente instável. Os arranjos de poder trabalhados por João Ubaldo, nessa direção, traduzem a complexidade de nossas relações sociais,

¹¹ Entrevista a Alice Raillard, « *Je suis le résultat d’une maturation* ». In : *La Quinzaine Littéraire*, n. 484, Paris, abr. 1987.

sustentando a tensão entre os contingentes populares e as classes dominantes ao longo do processo de constituição histórica do Brasil.

Nesse sentido, mais do que uma bem-intencionada, ainda que violenta, iniciativa simbólica do intelectual ao procurar dar voz aos oprimidos, como parece sugerir Cunha, *VPB* embaralha o tradicional desequilíbrio de vozes narrativas do romance aristocrático. O fato de João Ubaldo trabalhar significativamente sobre o recorte histórico do século XIX reativa uma série de operações literárias de representação social e cultural utilizadas para o período. E, por se tratar de uma releitura crítica do processo histórico, ao reordenar o peso relativo das diversas vozes do romance, o autor aporta uma quantidade de personagens alheios aos lugares de mando, aumentando o volume narrativo de suas ações e de suas considerações sobre o mundo. Escravos, ex-escravos, trabalhadores livres pobres, umbandistas e suas experiências se entrecruzam narrativamente de forma mais equilibrada com aquelas dos personagens ricos, brancos, católicos, dando a ver a complexidade da dinâmica social brasileira.

Em *VPB*, como foi dito anteriormente, a literatura atua como espaço profícuo de reposicionamento das múltiplas vozes que tecem as relações sociais. O relato de Dadinha, no capítulo três, exemplifica a quebra hierárquica discursiva proposta por João Ubaldo Ribeiro. Em seu aniversário de cem anos, em 1821, momentos antes de morrer, a ex-escrava, referência espiritual e intelectual para os escravos da Ilha de Itaparica, recapitula sua história e, paralelamente, a história do Brasil até aquele ano, a partir de uma linguagem truncada, mas com variações e ritmo bem marcado, como evidencia o uso de rimas:

Rrreis! Caboco esse que fica nessa porta, com sua coita de prata pendurada e seus dois irmãos cabocos, Sinique mais Aquimã, que da luta nunca falta, vivendo hoje e amanhã. Crem-deus-haja, vissantíssima, val de lágrimas. Nachida no 21, começo do setechentos, meu pai eu não conheci, morreu no meu nachimento, antes do meu nachimento, minha mãe também não vi, mãe esta que foi vendida antes de me desmamar, partindo por Serigi para nunca mais voltar (RIBEIRO, 1984, p. 73).

Na mesma direção opera a narração do cego Faustino, nos confins do agreste, em 1896, no capítulo dezesseis. Depois de expor certo modelo teórico sobre a história, baseado na concepção de construção arbitrária e, muitas vezes, falaciosa do relato histórico, Faustino, na melhor tradição dos cegos *aedos* e de Homero, narra uma versão da história brasileira diferente daquela cultivada nos livros da “grande tradição”. Eis um trecho da crítica historiográfica sustentada pelo cego contador de histórias:

Além disso, continuou o cego, a História feita por papéis deixa passar tudo aquilo que não se botou no papel e só se bota no papel o que interessa. Alguém que tenha o conhecimento da escrita pega de pena e tinteiro para botar no papel o que não lhe interessa? Alguém que roubou escreve que roubou, quem matou escreve que matou, que deu falso testemunho confessa que foi mentiroso? Não confessa. Alguém escreve bem do inimigo? Não escreve. Então toda a História dos papéis é pelo interesse de alguém (RIBEIRO, 1984, p. 515).

E adiante reconta inclusive partes importantes do próprio romance, criando uma espécie de metarrelato, como ilustra o trecho abaixo:

[...] Veio a República e ela [Maria da Fé] pregou que tanto fazia como tanto fez, que nem rei nem presidente estava pensando no povo e podiam esperar até vida pior. Como de fato foi o que se viu depois, a seca piorando, as terras sendo tomadas dos pobres, a escravidão pior do que antes, o coronel mandando mais que o Imperador de Roma, o povo de cabeça baixa, os despossuídos cada vez mais despossuídos e os possuídos cada vez mais possuídos, por isso se dizendo que a República trouxe a lei do Cão (RIBEIRO, 1984, p. 520).

De acordo com Magdelaine Ribeiro, em “Que bandeira é essa? Um eixo de leitura de *Viva o povo brasileiro* de João Ubaldo Ribeiro” (1999), vozes como as desses personagens, ao se contrastarem com aquelas emanadas dos locais socialmente estabelecidos de poder, “organizam a subversão da história oficial dos vencedores ao solapar por sua vez os mecanismos de representação dos heróis, semideuses desmistificados e degradados” (RIBEIRO, 1999, p. 52). Assim, para ela, o confronto entre vozes minoritárias e vozes dominantes configuraria, em *VPB*, a ideia de nação como “um fato discursivo controvertido”.

Em perspectiva similar, Paula da Silva Machado, em *Viva o povo brasileiro: novos e velhos enunciadores – Um estudo do romance de João Ubaldo Ribeiro* (2008), dissertação defendida na UFF, concentra seus estudos em questões vinculadas à análise do discurso e a preocupações com o papel do narrador, baseadas primordialmente em conceitos bakhtinianos. De acordo com ela, há no romance uma grande variedade de vozes enunciativas de discursos sobre Brasil, as quais se distribuem em dois campos de poder: o oficial, vinculado à elite, e o “outro poder”, como opta denominar a autora, desempenhado por personagens do “povo”. A partir do jogo analítico discursivo, a autora explora o recurso da relativização na abordagem de alguns conceitos.

Nesse sentido, ao analisar as ideias de “Brasil” e de “povo brasileiro” como fatores discursivos, Machado (2008) recupera a dimensão de indeterminação contida nelas e as expõe como signos vazios e congenitamente instáveis, à maneira como

propõe João Cezar de Castro Rocha, na introdução à coletânea *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia* (2003). As opções de análise conduzidas tanto por Ribeiro (1999) quanto por Machado (2008), estruturadas fundamentalmente sob a perspectiva discursiva, no entanto, se valorizam as histórias e as vivências dos “vencidos”, podem ser igualmente perigosas, à medida que deixam transparecer uma perspectiva de quebra hierárquica entre as diversas falas, seus lugares de produção e a ordem estratificada da sociedade brasileira. Como se discutiu acima, o maior equilíbrio entre as porções narrativas vinculadas aos variados núcleos de personagens do romance não deve alimentar a impressão, na mesma direção, de uma relativização da estratificação de classes no arranjo social local.

Para Zilá Bernd, da UFRGS, em “Literatura comprometida de João Ubaldo Ribeiro” (2006), João Ubaldo Ribeiro se singulariza por valorizar, ao mesmo tempo, como propõe a autora, o “pensamento mágico e popular do nordestino” e os cânones da literatura ocidental. No que concerne a *VPB*, o comprometimento do autor se revelaria já na própria escrita, caracterizada por resistência e inconformismo. Escrevendo na tensão de contrários – erudito e popular e trágico e cômico –, o autor inscreveria elementos de desestabilização nas estruturas político-sociais brasileiras. As vozes contrastantes do romance, nesse sentido, produzem fendas nas convicções identitárias, relativizando a ideia de identidade brasileira, que, segundo a pesquisadora, “será forjada a partir da reconciliação das diferentes formações culturais que estão na sua origem” (BERND, 2006, p. 12).

Composto nos limites de tensões entre elementos contrários e complementares, como ilustra a modulação cultura oral/cultura letrada, na visão de Bernd, *VPB* representa “um dos mais completos afrescos do Brasil já produzidos pela ficção brasileira”, capaz de captar o “espírito brasileiro” em todas as suas nuances. Para ela, é como texto comprometido e, a uma só vez, bem-humorado, que *VPB* contribui para destruir ideologias que alimentam, entre os brasileiros, um “eterno processo de autodesvalorização” (BERND, 2006, p. 11). Essa percepção geral, que é compartilhada com outros estudiosos, como tem sido apresentado, traz a meu ver pelo menos um ponto negativo e outro positivo. O ponto negativo se refere à insistência em essencialismos genéricos, como “espírito brasileiro”, que dão fôlego a ideais de unidade e de coesão que, de certa maneira, escamoteiam as dimensões de conflito no seio da sociedade brasileira. O ponto positivo, por outro lado, que ecoa um dos objetivos de meu trabalho,

consiste no fato de perceber a dimensão ativa de *VPB* no posicionamento contra a autodesvalorização, cara a brasileiros de origens e classes diversas.

Na concepção de Lucia Helena, em “A narrativa de fundação: *Iracema*, *Macunaíma* e *Viva o povo brasileiro*” (1993), a abertura a debates amplos sobre problemas que estão no cerne da questão da formação histórica do Brasil faz de *VPB*, ao lado de *Iracema* e de *Macunaíma*, uma ficção-limite. Segundo ela, as ficções-limite “transbordam dos parâmetros consensuais do que se considera romance, e trabalham com a articulação do mítico, do histórico e do ficcional, na tentativa de examinar [...] o mito da fundação da cultura” (HELENA, 1993, p. 80). Para a autora, a ficção-limite se empenha em “questionar ou estabelecer os limites de fundação da cultura nacional” (HELENA, 1993, p. 80). Nessa perspectiva, a narrativa brasileira de fundação se estruturaria a partir de uma dupla matriz: 1) tópico da origem, caracterizado pela crença em uma origem localizável, concreta e fundamentalmente nacional; e 2) tópico da rasura da origem, em que se problematiza não apenas a questão da origem e da nacionalidade, mas também a dimensão ideológica por trás da seleção dos pontos de origem.

Iracema, de José de Alencar, ilustraria a primeira matriz, na qual o aspecto da dependência cultural permanece inquestionado, apresentando uma síntese pretensamente harmoniosa de contrários, símbolo de identidade e unidade. O texto multivalente de *Macunaíma*, paradigma da segunda matriz, representaria uma transgressão paródica da origem e da unidade, conforme Lucia Helena, em que o herói se caracteriza pela falta de coesão e pelo excesso de marcas identitárias contraditórias, marcado por uma genealogia multiétnica e paródica. Pelo enfoque ressaltado, *VPB* corresponde ao entrelaçamento das duas matrizes, na medida em que discute o colapso do mito das fundações e rompe com as limitações genéticas da origem étnica da sociedade brasileira.

Nas bases de um discurso intervalar, *VPB* não seria nem símbolo de unificação, como *Iracema*, nem alegoria da ruptura, como o clássico de Mário de Andrade. Nesse contexto, o romance de João Ubaldo Ribeiro promoveria uma “psicanálise mítica da cultura brasileira, [...] convocando um imaginário sedimentado e solapando-lhe as soldas, ainda que por vezes também arriscando-se a consolidá-las” (HELENA, 1993, p. 92). É assim que, para Helena, *VPB* propõe uma interlocução do mítico e do histórico na ficção, rediscutindo o durável problema da identidade nacional no intervalo entre esses discursos.

Em *Literatura e identidade nacional* (1992), no capítulo “Figurações da Transgressividade”, Zilá Bernd dedica uma longa parte a *VPB*. Sob forte influência dos teóricos caribenhos, então largamente em voga, Bernd retoma a argumentação de Edouard Glissant, em “*La poétique de la relation*” (1981), sobre formação de literaturas nacionais, para analisar a situação brasileira. Na acepção de Glissant, conforme Bernd, haveria na formação das literaturas nacionais duas funções, “a função de *dessacralização*, função de desmontagem das engrenagens de um sistema dado, de por a nu os mecanismos escondidos de desmistificar. Há também uma função de *sacralização*, de união da comunidade em torno de seus mitos, de suas crenças, de seu imaginário ou de sua ideologia” (BERND, 1992, p. 19).

Assim como HELENA (1993), que trabalha a dicotomia de matrizes, deslocando-se entre o romantismo e o modernismo, Bernd também aborda os dois períodos e identifica uma síntese dialética das funções de *dessacralização* e de *sacralização* em romances como *VPB*, de João Ubaldo, ao enxergar nele a operação permanente de resgate dos mitos fundacionais e de sua sequente desmistificação. Para ela, *VPB* oferece ao leitor um “segundo Brasil”, à margem da oficialidade, caracterizado pelo redescobrimento da memória coletiva de corte popular e seu contínuo questionamento. Eis o que ela diz:

A exemplo dos romancistas do Caribe que se debruçaram sobre o maravilhoso dos contos e mitos populares, transmitidos oralmente, para através deles captar uma versão diferente da história caribenha subtraída dos textos escritos, que privilegiaram a visão dos dominadores, João Ubaldo Ribeiro volta a sua atenção para o verdadeiro cadinho de manifestações culturais populares que é a Bahia.

Deixando-se *contaminar* pela linguagem e pela visão do mundo dos personagens extraídos das camadas mais humildes, o autor identifica-se com a *sua interpretação* do Brasil e assume a via do maravilhoso que lhe possibilitará a redescoberta e a revalorização da cultura brasileira (BERND, 1992, p. 95).

A análise de Bernd segundo a qual, como ela própria escreve, *VPB* comportaria um “projeto consciente do narrador de resgatar a ‘originalidade nativa’” (BERND, 1992, p. 94), em que seria possível redescobrir a cultura brasileira pela via do maravilhoso, acaba por prolongar a crença na possibilidade de se deparar com um Brasil profundo e intocado, espécie de elo perdido entre o contemporâneo e o primevo, nos moldes do ideário do modernismo vulgar, para usar a expressão de Sérgio Paulo Rouanet.¹² Não bastasse a percepção, de certa maneira, exotizante, a autora insiste em

conceitos instáveis como espírito brasileiro, ao dizer que o romance de João Ubaldo “logra captar o espírito brasileiro em todas as suas nuances” (BERND, 1992, p. 98), e cultura brasileira, que mais escancaram do que enfrentam o problema geral da discussão sobre a formação contraditória e conflitiva da sociedade brasileira.

Ainda em relação à questão identitária, Cunha (2007) posiciona a personagem Maria da Fé como proposta revisionista da identidade nacional brasileira. Gerada a partir do estupro de uma escrava, Vevé, cujas ascendências genética (a negra Dadinha) e espiritual (o caboco Capiroba) a ligam às tradições africanas e indígenas, pelo senhor e proprietário Perilo Ambrósio, Barão de Pirapuama, a personagem Maria da Fé corresponderia a uma alternativa de representação, revista e atualizada, da identidade brasileira. Para Cunha (2007), a personagem teria sido proposta ao leitor “como a encarnação da alma do povo brasileiro que daria uma feição ideal e definitiva à identidade nacional” (CUNHA, 2007, p. 10).

Ora, essa tentativa de harmonização do protótipo tradicional da tríade criadora – “branco, negro, índio” – em um personagem fruto de violência sexual parece contradizer a dimensão conflituosa que o romance pretende reposicionar nas discussões acerca de nossa formação. Ademais do ato violento que a gera, a postura revolucionária e combativa de Maria da Fé, indignada com os modelos socioideológicos vigentes, intensifica a contradição. Nesse sentido, a personagem simboliza antes uma contestação do que a afirmação de um tipo ideal brasileiro estruturado nos termos de uma conciliação étnica e evocador, por exemplo, da criticada aceção de “democracia racial”, depreendida da leitura de Gilberto Freyre.

O artigo “Literatura e identidade nacional” (1998), da antropóloga Karina Kuschnir, desenvolve uma leitura comparativa entre o romance de João Ubaldo Ribeiro e as principais obras de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa-grande & senzala* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936), respectivamente. A autora relembra a influência das preocupações do campo literário, notadamente romantista e modernista, nos estudos não-ficcionais sobre o Brasil, como ilustram os ensaios citados acima. Kuschnir insere João Ubaldo Ribeiro na tradição de pensamento social brasileiro, ao escrever que “A responsabilidade de pensar seu próprio país, como diria Freyre, parece ter pesado sobretudo para o escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, que aceitou o desafio

¹² Ver do autor, A vingança do bispo Sardinha.

de uma forma diferente, mas quase tão ampla quanto o fizeram Freyre e outros de seu tempo” (KURSCHNIR, 1998, p. 261).

Descontados pequenos deslizes referentes a episódios do romance, a autora demarca importantes pontos de diálogo entre as leituras dos ensaístas e o romance, ainda que dê fôlego, como já venho criticando dos outros textos, a essencialismos como “caráter nacional” e “brasilidade”. Assim, Kuschnir resgata a dimensão conflitiva da formação em *VPB*, “Em relação ao discurso de dominação, no entanto, o autor se distancia da visão de Freyre e Holanda de que o brasileiro teria uma vocação para conviver em harmonia com as diferenças de classes” (KURSCHNIR, 1998, p. 268). Finalmente, para ela, o romance de João Ubaldo “mostra a ideia de convivência harmônica como expressão de uma visão elitista, que tem por função principal camuflar a realidade social do país, profundamente desigual” (KURSCHNIR, 1998, p. 270).

Nessa mesma direção, em “A formação das elites em *Viva o povo brasileiro e O cortiço*” (1999), Regina Dalcastagnè procura realizar uma leitura comparada dos clássicos de João Ubaldo e de Aluísio Azevedo, de 1890, quanto à formação das classes dominantes brasileiras. De acordo com a professora da UnB, os dois romances guardam a mesma perspectiva de denúncia, este a partir dos recursos do naturalismo e aquele no tom paródico e carnavalesco. Para ela, os romances abordam dois momentos de formação das elites: 1) a conquista de poder por determinados grupos a partir da força bruta e do roubo; e 2) a manutenção no poder e a necessidade de elevação social, baseadas no *status* e na legitimidade dos pares, transformando-se em elite por meio de violência simbólica.

Nos esforços de ascensão social subjaz, além da falta de escrúpulos dos meios de enriquecimento, a eliminação dos traços de mestiçagem, como evidencia o personagem Amleto de *VPB*, e de diferenças culturais, *vide* o português João Romão, em *O cortiço*. Assim, se de um lado evidencia-se a artificialidade do imaginário de unidade e de coesão identitária, por outro perpetua-se a oposição entre a elite branca, honesta, religiosa e de bons costumes, que se autorreferencia como preparada para assumir os postos de comando, e suas vítimas, mulheres, negros, pobres, loucos, permanentemente esquecidas e apagadas da história oficial. Prossegue Dalcastagnè afirmando que *VPB* apresenta como problema central a questão da identidade nacional, que “se constrói através da mestiçagem, da consciência da exploração, da luta sem glórias que não aparece na história” (DALCASTAGNÈ, 1999, p. 2). Nesse sentido, a autora defende o reposicionamento do insuperável debate sobre a identidade nacional fora das propostas

harmônicas e uniformizadoras, a partir de uma perspectiva que valorize as dimensões dos conflitos econômicos e sociais sobre os quais a sociedade brasileira tem se estruturado.

Em *A construção do herói em Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro (2005), tese defendida na UNESP, Lacy Guaraciaba Machado elege o estudo do personagem como forma prioritária de abordagem do romance. Para a autora, “o livro e a história, *Viva o povo brasileiro*, realizam um projeto de narrativa e discurso, em que a maior parte das personagens têm força funcional sinedóquica, mantendo algumas esferas de função e subvertendo outras” (MACHADO, 2005, p. 19). Nessa abordagem, o povo brasileiro é visto como personagem coletivo e a narrativa, de natureza épica e irônica, trata a questão da heroicidade, discutida em comparação ao herói trágico grego, como tema centrado no “empregado-escravo e não nos donos das terras, do dinheiro e do discurso de poder das pessoas” (MACHADO, 2005, p. 19). Nessa direção, o romance se configuraria a partir das relações entre heróis coletivos, representantes sinedóquicos de estruturas diversas, apresentadas como a personagem patronal/senhoril, a personagem escrava/laboral e a personagem representada “pelos empregados graduados” (MACHADO, 2005, p. 205), conforme expressão da autora.

Em outra abordagem comparativista, na dissertação intitulada *Espacialidades cósmicas e histerias cronológicas: caminhos de gerações e utopias em Viva o povo brasileiro e Cem anos de solidão* (2006), desenvolvida na UFRJ, Sheila de Almeida Machado analisa semelhanças e diferenças entre os romances de João Ubaldo e de Gabriel García Márquez. Para ela, ambos representam romances de gerações, em que as tramas se desenvolvem em torno de personagens da mesma linhagem familiar, acompanhando as mudanças históricas e metafísicas a que se submetem ao longo do tempo. O objetivo central do trabalho consiste, de acordo com Machado (2006), em “verificar o vínculo entre o discurso literário latino-americano e a construção das identidades no continente” (MACHADO, 2006, p. 7).

Como se pode depreender, a autora procura articular uma série diversa de discursos sob a perspectiva de uma literatura de expressão latino-americana, a qual compartilharia, em suas manifestações variadas, definições e problemas estéticos. Na já citada entrevista aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, ao ser questionado sobre a aproximação de sua obra à literatura de corte latino-americano, João Ubaldo pondera: “para mim não existe literatura latino-americana, como não existe uma literatura negra, uma literatura feminina. Existe *literatura*”.¹³ Apesar desse aparente conflito, Machado

(2006) conduz a discussão de forma consistente e apresenta uma visão geral sobre *VPB* assentada na relativização de imagens narrativas unitárias e fechadas associadas ao Brasil que saía do jugo colonial.

Em dissertação apresentada na UnB, *Viva o povo brasileiro: modernidade tardia, formação nacional e o sistema literário em discussão* (2011), Carlos Eduardo Silva, por sua vez, explora a complexa relação entre o romance de João Ubaldo, o campo literário, a discussão sociológica da modernidade e o pensamento social brasileiro. Inicialmente, procura estabelecer um diálogo entre *VPB* e a tradição de intérpretes do Brasil. A leitura que empreende sobre Sérgio Buarque de Holanda, principalmente, e de outros demiurgos, entretanto, não varia muito o tom encomiástico, como se buscasse confirmar no romance modelos de leitura extraídos dessa tradição. Indagando-se, nos termos de Schwarz (1999), sobre o descompasso entre uma literatura dita formada e as condições materiais modernas “incompletas”, o autor procura desenvolver a discussão sobre *VPB* no limiar dessa contradição. Para ele, *VPB* teria como proposta

contar a história de uma nação, ainda que sua construção e alguns trechos possam insinuar diretrizes estimadas pela produção e crítica literária pós-modernista entusiasta do movimento, como a *história dos vencidos* ou uma *metaficção-historiográfica*, o que a análise da obra evidencia é uma tentativa de representação da totalidade da realidade brasileira (SILVA, 2011, p. 31).

Segundo Silva, no romance, essa representação total se estrutura por meio do pastiche e da paródia. Para o autor, “O pastiche na obra é mais uma consequência, um reflexo, do que uma opção estilística encerrada em si mesma, ou, sendo uma opção formal, materializa em si mesma a impossibilidade de inovação numa sociedade que não se renova” (SILVA, 2011, p. 39-40). Finalmente, Carlos Eduardo Silva esclarece a posição de *VPB* no panorama do sistema literário pátrio, colocando-o como ponto de resgate da inquietação que alicerça os processos arbitrários sobre os quais se erigiram nossa história e nossa ideia de nação. Lança apenas a afirmação de que o romance de João Ubaldo, enquanto “obra produzida na periferia da modernidade tardia”, oscila como pêndulo entre a ruína e a esperança sobre o futuro do país, sem explorar as ponderações que o balanço exigiria.

Luiz Henrique Silva de Oliveira, em *O negrismo e suas configurações em romances brasileiros do século XX (1928-1984)* (2013), tese defendida na UFMG, analisa comparativamente uma série de romances de autores brasileiros a partir do

¹³ Entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira*, 4 de fevereiro de 1999, p. 42.

conceito de negrismo, o qual examina ao longo do trabalho. No que concerne a *VPB*, o autor procura avaliar a contribuição do romance enquanto obra inserida em um sistema literário articulado a um conjunto de procedimentos literários, entre os quais, o sério-cômico e a metaficcionalização da história. Para ele, o romance de João Ubaldo direcionaria o negrismo, que não deve ser confundido com um movimento literário articulado, tampouco com um projeto estético de engajamento artístico, a uma encruzilhada, que oscilaria entre a convergência ao panorama hegemônico etnocêntrico e a escolha e tomada de decisão rumo à afirmação emancipatória negrista. Nesse sentido, na perspectiva proposta por Oliveira, *VPB* encerraria um projeto literário ambíguo, na medida em que conserva elementos ligados tanto à literatura de perspectiva etnocêntrica em relação ao negro quanto à literatura dita afro-brasileira.

Em *Alegorias do Brasil: imagens de brasilidade em Triste fim de Policarpo Quaresma e Viva o povo brasileiro* (2000), livro derivado de dissertação homônima defendida na UFC, Idilva Maria Pires Germano revisita os dois romances a fim de investigar neles, enquanto alegorias, materializações imagéticas que pudessem indicar certa totalidade, que estaria encerrada na noção de Brasil. Assim, a autora se propõe a identificar índices representativos de um ser brasileiro ontologicamente coeso. Para tanto, sustenta sua análise em noções difusas como “brasilidade” e “consciência nacional”, desacompanhadas da esperada problematização conceitual. Para a autora, haveria uma série de elementos particularizantes capazes de definir e de precisar o brasileiro e o Brasil. Segundo ela,

Os dois romances compartilham a imagem de um caminho agonístico feito de dor: dor do extermínio étnico e cultural, da escravidão prolongada, da opressão econômica e política, dor da perda dos sonhos e quimeras e da constatação de uma verdade feia e triste. Dolorosa é também a missão do intelectual brasileiro sempre encarregado de explicar a cultura nacional, de definir-se e impor-se, superando os óbices teóricos, os olhares etnocêntricos, as perspectivas inferiorizantes das nossas elites que cavam abismos materiais e simbólicos contra seu povo (GERMANO, 2000, p. 114).

O trabalho de Germano reúne uma sólida massa de leitura entre crítica literária e pensamento social brasileiro, mas acaba por incorrer em generalizações eivadas de estereótipos. Assim, para ela, “Ubaldo decifra o enigma brasileiro” e, continua, “O verdadeiro e legítimo brasileiro é o ‘capado e sangrado’, não é o das teorias raciais imperialistas, não é o das definições científicas. É o da negritude, da magia, do sobrenatural, da favela, do candomblé, das fábricas. É o que sonha e luta por sua

redenção” (GERMANO, 2000, p. 112). Ora, a restrição identitária do brasileiro a um tipo estereotipado, singularizado por traços pré-modernos, contribui apenas para alongar o panorama de exotização que perpassa o debate sobre nossas questões identitárias. Ao contrário da posição defendida pela autora, o romance de João Ubaldo não decifra “o enigma brasileiro”, como se oferecesse uma saída unívoca de leitura sobre as questões nacionais. Diferentemente, a impressão é a de que ele parece estar, justamente, mais ligado a iniciativas narrativas e discussões que retiram o debate de um circuito fechado de definições.

Embora João Ubaldo afirme, em entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira*, em 1999, ter explorado em *VPB* certo maniqueísmo entre bem e mal,¹⁴ não se deve depreender daí uma redução identitária, mas a intenção de analisar o sistema de dominação e de exploração a que estão subjugadas as classes dominadas representadas no romance. Do contrário, como foi dito, a exotização de um tipo identitário ideal, nos termos de Germano, corre o risco de continuar a encobrir a reprodução do sistema que ela imagina denunciar. A riqueza do texto de Germano, a meu ver, consiste justamente na abordagem de temas polêmicos e centrais à vida intelectual brasileira, como é certamente o caso da questão identitária. Esse ponto será discutido com maior rigor no terceiro capítulo, em que será dedicada atenção às bases de sustentação de certas interpretações sobre o Brasil e à sua articulação com *VPB*.

Um dos trabalhos críticos mais consistentes sobre *VPB* e, provavelmente, o mais abrangente sobre a produção literária geral de João Ubaldo Ribeiro, é *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro* (2009), de Rita Olivieri-Godet. Nessa coletânea, que reúne ensaios independentes sobre diversos pontos da obra de João Ubaldo, a autora examina as principais obras do escritor a partir do eixo temático identitário. O aspecto central do estudo de Olivieri-Godet consiste em evidenciar “a recusa do autor a pensar a identidade como se ela fosse um corpo homogêneo. Como consequência, sua interrogação sobre a identidade brasileira põe-nos diante de um retrato dividido e fragmentário da sociedade brasileira” (OLIVIERI-GODET, 2009, p. 29).

¹⁴ Entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira*, 4 de fevereiro de 1999, p. 41. “Cadernos: A questão da terra, que anima *Vila Real*, mostra bem sua preocupação daquela época de fazer uma literatura engajada. E existe no livro uma culminância de perspectivas politicamente corretas e inconfundíveis, quase um maniqueísmo, no sentido de dizer: ‘Esses são bons, estão do lado certo e aqueles são do mal, são exacerbados’.

“João Ubaldo: Faz tempo que eu não leio o livro, mas é possível que exista isso que você fala. Em *Viva o povo brasileiro*, existe com certeza. Foi intencional.”

Diante de um quadro identitário dilacerado, de acordo com essa visão, *VPB* empreenderia uma releitura da formação da nação brasileira. A meu ver, contudo, mais que uma releitura do processo formativo em si, o qual não se esgota, como a própria ideia de formação implica, o romance relê discursos sobre a formação. Baseia-se nesse fato, ademais, a força de suas paródias e de seu tom carnavalesco, em termos bakhtinianos. Parece ser nessa direção inclusive que Olivieri-Godet afirma o romance de João Ubaldo tratar-se de “um texto sobre textos” (OLIVIERI-GODET, 2009, p. 53). Nesse sentido, *VPB* se insere em um campo de discussão complexo e já solidamente estabelecido, concentrando-se sua novidade no espaço em que o faz, o texto literário, e no modo, o romance.

Da mesma forma que boa parte da crítica sobre *VPB*, retome-se Machado (2005), a autora interpreta a noção de povo, compactada em uma categoria oposta à elite, como o “verdadeiro herói do romance” (OLIVIERI-GODET, 2009, p. 40). Dito dessa maneira, a afirmação parece encerrar uma limitação problemática, calcada na restrição da noção de povo às classes oprimidas. É nesse sentido que insistir na limitação denominativa da categoria de povo às camadas exploradas não esclarece a discussão conceitual acerca de um “povo brasileiro”, que continua a embaralhar os componentes econômico e culturalista presentes na problemática identitária e persiste na determinação de um tipo social brasileiro ideal, mesmo que traga em seu bojo as dimensões da resistência social e da mestiçagem, que, em *VPB*, valoriza o componente negro.

Estenderei esse aspecto mais à frente, procurando restringir este capítulo à apresentação geral de um panorama crítico que orbita sobretudo em torno dos pontos de interesse de minha pesquisa sobre *VPB*. A produção crítica sobre a obra de João Ubaldo, e especificamente sobre o romance em tela, é vasta e ainda não dá sinais de enfraquecimento. O autor goza de reconhecimento e de prestígio concedidos a poucos escritores na literatura brasileira. Além de ser um conhecido do grande público, é valorizado nos meios oficiais da crítica de redação e universitária. À medida que o tempo passa, obras como *VPB*, para ficar apenas nela, ganham ainda mais notoriedade e suas forças só fazem renovar.

Pela diversidade de leituras, bem como pelo interesse que o romance continua a despertar, não parece exagero considerar *VPB* um clássico da literatura brasileira. Na medida de Ítalo Calvino, “um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente a repele para longe”

(CALVINO, 1997, p. 12). Reforça essa percepção, além do mais, a atualidade permanente do romance de João Ubaldo. Ele está em pleno diálogo com os grandes problemas do Brasil contemporâneo. Impressiona não apenas a sintonia, mas também a sensação de que esse compasso perdurará ainda indefinidamente. Em entrevista a Carlos Navarro Filho, já citada, João Ubaldo não está alheio a esse efeito e aos potenciais de leitura do romance:

VPB, eu concordo sem falsa modéstia que é um livro fundador. É um livro fundador de uma tendência que depois, agora mesmo está se consolidando. Você vê livros sobre o descobrimento, sobre nossa origem. É uma corrente que vai perdurar um pouco e depois passará. Agora, o meu livro eu acho que não passará, tanto assim que ele tira reedições constantes, até hoje.¹⁵

A afirmação de que se trata de um livro fundador é relevante, tanto porque reporta o incômodo de João Ubaldo e de sua geração em relação à artificialidade do discurso historiográfico dominante, no marco dos quinhentos anos do achamento, quanto porque revela a orientação de sua ficção para os desafios do presente. No entanto, essa mesma afirmação não deve corroborar a ideia de que o romance se enquadra no paradigma da literatura de fundação, nos moldes do que estabelece Doris Sommer, em *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina* (2004), como se indicasse um projeto sistematizado de construção narrativa da nação. Isso porque o romance está associado exatamente a um paradigma de desarticulação desses projetos de construção narrativa. Um dos méritos do romance, portanto, é sua disposição crítica em relação ao processo formativo e à realidade brasileira, questionada a partir de suas raízes históricas em dimensões simbólicas e práticas.

Orgulhoso da resma produzida e ciente dos efeitos pretendidos pelo romance, João Ubaldo ressentido, apesar da receptividade e do entusiasmo crítico com que a obra foi recebida, a ausência de abordagens mais contundentes sobre o romance à época. Não é possível controlar a recepção de um livro, tampouco se espera a condenação desta nos casos em que as expectativas de leitura do autor não se confirmam. Ao se frustrar com a recepção crítica da época, o autor itaparicano expõe, como foi visto anteriormente, o problema do controle da leitura do romance. Essa é uma questão que impacta a relação do autor com a crítica e contribui para estabelecer pontos de aproximação e de distância entre eles. Ainda na entrevista aos *Cadernos de Literatura Brasileira*, o autor revela aquela que considerava uma exceção nas interpretações sobre *VPB* à época:

¹⁵ Entrevista a Carlos Navarro Filho, outono de 2000.

Você citou a crítica a *Viva o povo*: mesmo nesse caso, eu me sentia na época um pouco desanimado. Eu comentava com meu editor: ‘Eu sei o que eu fiz, escrevi um livro importante, usei todos os meus recursos e o pessoal não percebeu?’ Lembro que me aproximei do [José Guilherme] Merquior primeiro porque o Glauber gostava muito dele e depois porque Merquior foi um dos poucos que prestou atenção no livro e chegou a dizer, no exterior, que finalmente a geração dele tinha produzido um romancista – e fez uns elogios ao *Viva o povo*.¹⁶

Antes de começar a escrever *VPB*, João Ubaldo talvez ignorasse, como faz muitas vezes crer, os resultados que a obra alcançaria. Em diversas entrevistas, ele cita algumas razões que o motivaram a produzir o romance. À *Folha de São Paulo*, em entrevista de 26 de fevereiro de 2011, relatou o seguinte: “Quem me provocou um livro grosso foi o então editor da Nova Fronteira, Pedro Paulo Sena Madureira. Ele dizia: ‘Vocês escritores brasileiros só escrevem essas merdinhas que a gente lê na ponte aérea’. Aí fiz o livro desse tamanho”. Sabe-se que a contribuição literária de *VPB* não reside exatamente no tamanho do livro, mas na maturação e nos recursos estéticos empregados, além de sua conexão inexorável ao presente histórico brasileiro.

É como romance importante da tradição literária brasileira e como livro que discute discursos sobre as configurações sociais do país que procurarei dar seguimento à análise de *VPB* nos próximos capítulos. O que passarei a abordar está relacionado à perspectiva de que esse romance representa uma obra do seu lugar e do seu tempo, para retomar a fórmula machadiana que explorarei mais à frente. Finalmente, como informação adicional, cabe acrescentar que, depois de *VPB*, João Ubaldo publicou ainda os seguintes romances, *O sorriso do lagarto* (1989), *O feitiço da Ilha do Pavão* (1997), *A casa dos budas ditosos* (1999), *Miséria e grandeza do amor de Benedita* (2000), *Diário do farol* (2002) e *O albatroz azul* (2009), dos quais o primeiro talvez seja o que apresenta maior afinidade temática com *VPB*.

¹⁶ Entrevista a *Cadernos de Literatura Brasileira*, 4 de fevereiro de 1999, p. 47-48.

Capítulo 2 – *Viva o povo brasileiro* e a dinâmica de ideias no século XIX: a construção de uma nova nação

VPB empreende uma leitura ficcional revisora dos discursos ligados ao processo histórico de formação do Brasil, como revela, inclusive, certa tendência literária em voga nos anos 1970 e 1980. A propósito dessa vaga literária, que se deixa ver em *VPB*, mas também, por exemplo, em romances de Antônio Torres e Márcio Souza, respectivamente *Essa terra* e *Galvez: imperador do Acre*, ambos publicados em 1976, Silviano Santiago, em “Prosa literária atual no Brasil”, aponta como traço comum dos romancistas do período certa preocupação com o autoconhecimento, explorado pela escrita romanesca e associado a um projeto de revisão do passado nacional. Na mesma direção, Alfredo Bosi escreve, em “Moderno e modernista na literatura brasileira”, que tal tendência se caracterizava por

uma literatura que faz da autoanálise, da pesquisa do cotidiano [...], do sarcasmo e da paródia o seu apoio para contrastar o sentido das ideologias dominantes; uma literatura que vive em tensão com os discursos da rotina e do poder; e que se faz e se refaz no nível da representação arduamente trabalhada pela linguagem (BOSI, 1998, p. 226).

A trama de *VPB*, particularmente, por se desenrolar *pari passu* com as transformações sucedidas no espaço territorial da colônia e posteriormente do Estado-nação brasileiro, contribui para ampliar as discussões acerca da realidade histórica do país. Essa forma como o romance se desenvolve, ressaltando momentos privados de vidas anônimas, conectando-os aos eventos registrados pela “grande” tradição historiográfica, corresponde a uma das principais características de *VPB*. O aglomerado desses pequenos eventos aponta justamente para o modo como as macro-experiências de uma nação são construídas, qual seja, a partir de pequenas redes de relações estendidas no cotidiano. Basta a redução da análise a esse nível para compreender a ironia do texto de João Ubaldo e, ao mesmo tempo, perceber a artificialidade dos projetos hegemônicos de fundação arquitetados no Brasil independente.

Diversos fatores históricos confluíram para a emancipação da colônia. A desvinculação dos interesses locais em relação aos da metrópole portuguesa implicou, para além das consequências econômicas favoráveis à classe dominante local, o surgimento de um Estado, carente não apenas de uma ordenação burocrática

independente, mas também de representações que denotassem particularidades propriamente nacionais ao Brasil. É nesse marco, após a confirmação da independência do país, que as narrativas sobre nação passam a preencher o espaço estabelecido pela criação de um Estado brasileiro.

Em *A era dos impérios: 1875-1914* (1988), o historiador Eric Hobsbawm, ao comentar o florescimento dos Estados nacionais na Europa do século XIX, sustenta haver um movimento de imposição de modelo nacional ao Estado-nação emergente, evidenciando os vínculos arbitrários de ligação entre a conformação prática do Estado e a ideia de nação que o reveste. Segundo ele,

A nação, porém, estava ligada – e inevitavelmente – àquele fenômeno característico do século XIX, o “Estado-nação”. Pois, com respeito à política, Pilsudsky estava certo. O Estado não só fazia a nação mas *precisava* fazer a nação. [...] “A nação” era a nova religião cívica dos Estados. Oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade ao Estado – para a religião, para a nacionalidade ou etnia não identificadas com o Estado, e talvez, acima de tudo, para a classe (HOBSBAWM, 1988, p. 212).

Não obstante o fato de que, na Europa ocidental, as principais nações intensificavam a corrida imperialista nos continentes africano e asiático, o panorama vigente nas Américas era de lutas de descolonização e de conseqüente surgimento de uma série de Estados, desprovidos de narrativas fundadoras ou de uma simbologia nacional definida. É assim que, consideradas as respectivas particularidades históricas, evidentemente, modelos orientados de nação se foram conformando aos Estados nascentes neste lado do Atlântico.

Em “Nação e reflexão” (2006), o filósofo paulista Paulo Arantes recupera a relação arbitrária que se estabelece entre uma sociedade complexa, estruturada em contradições e disparidades, e a concepção homogeneizadora de nação que a encobre. A fim de explorar o paradoxo mais a fundo, ele recupera a tese de Benedict Anderson que avalia a ideia de nação como comunidade imaginada. Para Arantes, a inovação trazida por Anderson consiste em investigar o substrato sociológico que une ideologicamente grupos sociais cultural e materialmente heterogêneos a uma certa concepção unitária do nacional:

“[...] ao rever a nação como uma comunidade imaginada, o autor [Benedict Anderson] em hipótese alguma está desconsiderando a evidência histórica da desigualdade de classe e da exploração econômica que caracteriza a

cristalização moderna da forma-nação; na verdade, está justamente considerando o mistério sociológico de exploradores e explorados só poderem imaginar a nação na figura de um “companheirismo profundo e horizontal” – em suma, como foi possível imaginar como comunidade uma sociedade antagônica? Para além da resposta óbvia: só mesmo na imaginação, pois afinal se trata de uma imaginação, por assim dizer, instituidora” (ARANTES, 2006, p. 29).

Essa imaginação instituidora, sustentada em uma relação paradoxal, mostra-se de forma particularmente emblemática nas formações nacionais latino-americanas durante o período independentista do século XIX. Em “A escritura da história ou a propósito das fundações da nação” (2003), o crítico literário uruguaio Hugo Achugar problematiza o ideário de fundação do Estado-nação na América Latina oitocentista. Ele sustenta a perspectiva de uma “fundação pela palavra”, baseada no papel central desempenhado pela literatura e pelo homem letrado, no período. Tal perspectiva abole marcos temporais localizáveis enquanto atos fundacionais legítimos, tais como o dia preciso de uma batalha ou a ascensão de determinado líder ao poder, e aponta para a dimensão de processo, ligada a transformações históricas mais graduais. É nesse sentido que o discurso – e seu aspecto negocial – ganha proeminência frente à história dos fatos. Assim, para o autor, a ruptura com a ordem colonial envolveu não apenas transformações materiais e simbólicas, mas também discursivas, refletidas na criação de um novo imaginário, que ressignificava a relação com o passado e sobre o qual o Estado-nação nascente passaria a se alicerçar.

Esse imaginário fundador não deve se confundir com a perspectiva coletiva e una de nação vinculada aos projetos de modernidade então em voga. Contrariamente, como sustenta Achugar, ele pressupõe a ideia “de nação como o espaço de negociação de vários sujeitos e/ou dos vários nacionalismos em jogo” (ACHUGAR, 2003, p. 42). Aos esforços de fundação¹⁷ do período pós-independência contrastaria, contemporaneamente, segundo a argumentação do crítico, a tendência de reexame histórico, sobretudo dos discursos fundacionais hegemônicos, majoritariamente patriarcais e elitistas. Para ele, haveria uma multiplicação dos “donos” da palavra e da memória, forçando uma revisão ampla do passado e desestabilizando os discursos hegemônicos e oficiais de fundação. *VPB*, como tem sido explorado, evidencia esse deslocamento e se relaciona diretamente a tal tendência revisionista abordada pelo crítico.

¹⁷ Hugo Achugar define esforço fundacional como “o esforço massivo por rechaçar o passado e construir um futuro radicalmente novo” (ACHUGAR, 2003, p. 47).

O modo como um evento da magnitude da Guerra do Paraguai (1864-1870) é trabalhado no romance de João Ubaldo ilustra o ponto. O conflito da Tríplice Aliança trouxe, além de consequências geopolíticas, como redistribuições lindeiras do território paraguaio, resultados nefastos tanto ao Brasil, grande entusiasta da disputa, quanto ao país dos López. O Paraguai saiu completamente destruído, tendo perdido aproximadamente metade de sua população em decorrência dos desastres do conflito. O Brasil, de sua parte, para mencionar apenas uma consequência, ficou ainda mais endividado com a Inglaterra. Não se deve desconsiderar, contudo, no âmbito local, o impacto simbólico do conflito para a afirmação de determinado projeto nacional monarquista, como será analisado adiante.

No romance, a desestabilização e o deslocamento narrativo a que se refere Achugar concentram-se, por exemplo, no discurso proferido por Zé Popó quando de seu retorno da guerra à Bahia. Zé Popó, ao lado de Maria da Fé, personagem fundamental do romance, é um dos líderes da Irmandade do Povo Brasileiro, espécie de organização criada remotamente por escravos do Barão de Pirapuama, que luta por justiça social e igualdade de condições para a população pobre de um Brasil que transita do regime escravocrata para o trabalho livre. O narrador expõe o sentimento de Zé Popó a respeito de sua participação na campanha do Paraguai:

Teria orgulho, sim, e estava seguro de que um dia teria mesmo esse orgulho, se a luta e o sofrimento fossem não para preservar um Brasil onde muitos trabalhavam e poucos ganhavam, onde o verdadeiro povo brasileiro, o povo que produzia, o povo que construía, o povo que vivia e criava, não tinha voz nem respeito, onde os poderosos encaravam sua terra apenas como algo a ser pilhado e aproveitado sem nada darem em troca, piratas de seu próprio país; teria orgulho se essa luta pudesse servir, como poderia vir a servir, para armar o Exército a favor do povo e não contra ele como havia sido sempre, esmagando-o para servir, como poderia ser, para defender um Brasil onde o povo governasse, um grande país, uma grande Pátria, em que houvesse dignidade, justiça e liberdade! (RIBEIRO, 1984, p. 483)

O combatente, que revela apurado senso de engajamento, questiona a grandiloquência dos discursos hegemônicos de louvor à guerra que tomavam os meios oficiais da época e aponta para a artificialidade da afirmação patriótica que o conflito, de alguma forma, implicava. O projeto a que essa iniciativa nacionalista atendia, no entanto, já estava maduro no contexto do conflito e se remete aos impasses fundacionais do momento posterior à confirmação da independência, como argumenta Hugo Achugar.

No que concerne ao Brasil pós-independência, como revelaria o simbolismo do conflito mencionado acima, era preciso forjar uma história e inventar uma memória para a nação que despontava. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que, posteriormente, teria em Dom Pedro II seu grande incentivador, ilustra o modo como a história pode ser usada para legitimar e dar coesão a uma tradição arbitrariamente inventada. Ademais de oferecer ao estado recém-emancipado uma cronologia, o instituto lhe impunha um projeto baseado em uma concepção unívoca de nação. Assim, como fonte oficial, unificadora e otimista, o IHGB colaborou para fundamentar historicamente um projeto nacional que, segundo a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, “se resguardava em uma pretensa objetividade construída a partir de uma consciente seleção de episódios e vultos que encobria interesses imediatos” (SCHWARCZ, 1993, p. 134).

Por trás dessa “consciente seleção” repousava uma consciente escolha de método. Nos primórdios da instituição, ainda às voltas com a carência metodológica de produção de uma narrativa histórica para o jovem Estado-nação brasileiro, os membros do IHGB, em sua maioria oriundos de elites rurais, organizaram um concurso em que seria selecionada a tese que melhor conformasse o modelo de pesquisa historiográfica aos seus interesses. Carl Friedrich von Martius (1794-1868), naturalista alemão, publicou na revista do IHGB, em 1845, aquela que seria a dissertação vencedora, intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”. Nela, o botânico propõe uma análise historiográfica do país a partir de suas três raças fundadoras, as quais, segundo ele, conviveriam em ordem, respeitando as hierarquias e as desigualdades biológicas existentes entre elas.

O conteúdo racista e elitista da proposta vencedora, de certa forma, esclarece o viés europeu e branco com que a monarquia pretendia preencher a narrativa histórica de fundação do Brasil. Não bastasse, o ornamento científico que encobria a tese e a oficialidade que o Instituto emanava à época contribuía colateralmente para que uma representação parcial e orientada da formação histórica nacional se firmasse na condição de história legítima do país. Nesse contexto, a nação era entendida como um dado a-histórico, caracterizado pelo arbítrio de se estabelecer a “descoberta portuguesa do país” como marco originário, como se fosse possível considerar um “Brasil” fora do processo histórico mundial de colonização, desvinculado das transformações ocorridas ao longo do período. Aliás, é isso o que analisa Caio Prado Júnior no célebre capítulo de abertura do clássico *Formação do Brasil contemporâneo*, “Sentido da colonização”.

Nele, o historiador enquadra a colonização portuguesa na dinâmica global do mercantilismo europeu e não dá outra razão para o povoamento das terras brasileiras senão a necessidade de melhor ordenar e servir aos interesses comerciais de além-mar. A estratégia criticada por Caio Prado Júnior revela no fundo a arbitrariedade por trás dos discursos oficiais quanto ao processo de formação histórica do Brasil.

Logo nas primeiras páginas de *VPB*, narra-se ironicamente, e com particular eloquência, o descompasso entre a realidade prática e o artificial heroísmo vinculado às façanhas de consolidação da independência do Brasil. O narrador relata a situação real da morte do Alferes José Francisco Brandão Galvão, que morreria jovem, alvejado por estilhaços de bombas portuguesas. A esse trecho sucede a descrição do quadro “O Alferes Brandão Galvão Perora às Gaivotas”, a que acompanha a data de 10 de junho de 1822. Ele é descrito como se retratasse a composição de um herói de guerra, símbolo ideal de honra e de amor à causa pátria. Entretanto, os parágrafos subsequentes relembram a vida humilde de pescador bastardo e pobre levada pelo referido alferes, que, como se registra, morreria sem sequer conhecer o significado da palavra alferes. Não deixa de se insinuar aí, sobretudo pela utilização do termo alferes e pela glorificação à revelia, alguma referência a Tiradentes e a seu papel na Inconfidência Mineira.

Contudo, nunca foi bem estabelecida a primeira encarnação do Alferes José Francisco Brandão Galvão, agora em pé na brisa da Ponta das Baleias, pouco antes de receber contra o peito e a cabeça as bolinhas de pedra e de ferro disparadas pelas bombardetas portuguesas, que daqui a pouco chegarão com o mar. Vai morrer na flor da mocidade, sem mesmo ainda conhecer mulher e sem ter feito qualquer coisa de memorável. [...] No quadro “O Alferes Brandão Galvão Perora às Gaivotas”, vê-se que é o 10 de junho de 1822, numa folhinha que singra os ares, portada de um lado pelo bico de uma gaivota e do outro pelo aguçado de uma lança envolvida nas cores e insígnias da liberdade. Já mortalmente atingido, erguendo-se com um olho a escorrer pela barba abaixo, ele arengou às gaivotas que, antes distraídas, adejavam sobre os brigues e baleeiras do comandante português Trinta Diabos. Disse-lhes não uma mas muitas frases célebres, na voz trêmula porém estentórea desde então sempre imitada nas salas de aula ou, faltando estas, nas visitas em que é necessário ouvir discursos. [...]

Antes que a morte lhe trouxesse glória e lhe emprestasse o dom das belas palavras, talvez até pensasse de quando em vez que, se não fosse pela roupa agaloada e pelos arrepios vagos mas sublimes que a menção da guerra lhe causava, a vida de moço de pescaria que antes levava, bastardo e pobre, seria apesar de tudo preferível. [...] Não sabia onde ficava Portugal, sabia somente que para lá voltara seu pai assim que ele nasceu. [...] Dos seus deveres de alferes nada conhecia, nem mesmo o que significava o posto, nem mesmo se era alferes.

[...] Onde fica mesmo o Brasil, sabendo-se que certamente isto aqui é Brasil, mas não é todo o Brasil, e pode o bom soldado ignorar onde fica o Brasil? Não, José Francisco não sairia da Ponta das Baleias, não só porque não

desejava, como porque o destino já lhe trançava sobre a cabeça a coroa de louros e espinhos que ia assinalar sua condição de herói (RIBEIRO, 1984, p. 9-13).

O contraste entre a vida miserável do alferes e sua glória póstuma, tornado herói desavisadamente, relembra ironicamente a iniciativa romântica de apropriação e de conformação de eventos pontualmente selecionados pelo discurso histórico dominante. Pinturas como essa, que exaltam o momento mítico de fundação nacional nos conflitos de independência, por exemplo, associam-se aos esforços empreendidos pelo IHGB e por outros institutos regionais para a veiculação de discursos oficiais enaltecendo a nação. Nas artes plásticas, são as obras do pintor paraibano Pedro Américo (1843-1905) que talvez melhor ilustrem o ponto. Financiado pelo mecenato de Dom Pedro II, o pintor contribuiu para oficializar, nos termos positivos da estética romantista, o projeto elitista de fundação do Estado-nação brasileiro, com quadros célebres como “A Batalha do Campo Grande” (1871), “Independência ou Morte” ou “O Grito do Ipiranga” (1888) e “Tiradentes esquartejado” (1893).

No âmbito das artes, como se vê, especialmente na pintura e na literatura, a imagem do país nascente se ligava à moda da época, o romantismo. Em *Brasil imaginado: de 1500 até o presente* (2016), Darlene Joy Sadler investiga os principais pontos a partir dos quais a literatura brasileira se estruturou ao longo do século XIX e a importância desta para a conformação de uma unidade simbólica nacional. Como ela própria sustenta, o livro “focaliza exclusivamente as representações imaginárias, de modo que falo apenas de superestrutura cultural e faço referência indireta a certas inquietações de historiadores, cientistas políticos e antropólogos” (SADLER, 2016, p. 14).

Apesar de a desconexão em relação à estrutura, nos termos marxianos, arriscar a análise de certa maneira, a argumentação da autora é cuidadosa e não se encerra em um falso oposto culturalista. No capítulo intitulado “As bases de um imaginário literário nacional”, o quarto da obra, Sadler percorre o indianismo, o regionalismo sertanejo, a inserção do negro como mote literário após a abolição e a crítica urbana de Machado de Assis, entrelaçando-os ao contexto de produção cultural do período imperial e dos primeiros anos da República. Para ela, esses constituem os momentos decisivos de criação e de sedimentação de um imaginário literário sobre a nação, ainda que sob a articulação de ideais e de representações heterogêneas.

O argumento de Sadler se alinha ao de Hugo Achugar, de modo geral, na medida em que também aponta conexões diretas entre a literatura, o homem de letras, finalmente, e o poder oficial, materializado na condução de projetos políticos associados aos interesses das elites brasileiras do século XIX. Saídos do colonialismo, mas caracterizados pelos mesmos marcos que os definiam – o latifúndio, a escravidão e a dependência econômica – o Brasil independente e os brasileiros letrados, que ocupam os postos centrais do governo e das atividades econômicas, são, grosso modo, monárquicos e conservadores. Eis como a autora aborda o ponto:

“Não se sabe em que momento preciso o índio surgiu na literatura brasileira como um símbolo da nação recém-independente [...]. Pode-se dizer que o surgimento do índio como um símbolo da nação-Estado está diretamente relacionado com as tensões sociopolíticas e econômicas que perduraram entre portugueses e brasileiros após a independência” (SADLER, 2016, p. 159-160).

E mais à frente destaca:

“Em suas obras [de Gonçalves Dias] e nas de outros autores de sua geração, contudo, podemos ver o cruzamento entre a independência nacional, patriotismo e romantismo literário que se unem na ressurreição e idealização do índio” (SADLER, 2016, p. 172).

O saudosismo e o elogio aos valores locais, próprios do romantismo em seus diversos cortes europeus, encontraram solo fértil entre nossa elite intelectual, que o tematizou no nativismo indianista e na construção de um passado artificialmente nobre e mítico. Em *História concisa da literatura brasileira*, Alfredo Bosi sustenta que

pode-se dizer que se formaram em nossos homens de letras configurações mentais paralelas às respostas que a inteligência europeia dava a seus conflitos ideológicos. Os exemplos mais persuasivos vêm dos melhores escritores. O romance colonial de Alencar e a poesia indianista de Gonçalves Dias nascem da aspiração de fundar em um passado mítico a nobreza recente do país, assim como – *mutatis mutandis* – as ficções de W. Scott e de Chateaubriand rastream na Idade Média feudal e cavaleiresca os brasões contrastados por uma burguesia em ascensão (BOSI, 1985, p. 100).

O desenvolvimento de um estilo baseado antes na tematização de problemas estéticos estrangeiros, sob o pano de fundo local, do que no viés crítico que a emancipação em relação à Coroa deveria suscitar, acabou por alimentar, no campo literário, certo senso de continuidade e de aprovação quanto à ordem colonial portuguesa. Conforme analisa Alfredo Bosi, em “Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar”, “o processo histórico de ruptura entre a colônia e a metrópole e a consequente

independência do Brasil não se materializa literariamente como conflito; pelo contrário, o índio de Alencar está em íntima comunhão com o colonizador” (BOSI, 1998, p. 177). Ao invés de criar uma imagem afirmativa do nativo, como ancestral e habitante legítimo do espaço explorado pelo português, José de Alencar (1829-1877) investiu em uma representação subalternizada do índio, cuja altivez se ameniza na subserviência e na aceitação de uma convencional superioridade europeia. Para o crítico, portanto,

O mito é uma instância mediadora, uma cabeça bifronte. Na face que olha para a História, o mito reflete contradições reais, mas de modo a convertê-las e a resolvê-las em figuras que perfaçam, em si, a *coincidentia oppositorum*. Assim, o mito alencariano reúne, sob a imagem comum do herói, o *colonizador*, tido como generoso feudatário, e o *colonizado*, visto, ao mesmo tempo, como súdito fiel e bom selvagem. Na outra face, que contempla a invenção, traz o mito signos produzidos conforme uma semântica analógica, sendo um processo figural, uma expressão romanesca, uma imagem poética. Na medida em que alcança essa qualidade propriamente estética, o mito resiste a integrar-se, sem mais, nesta ou naquela ideologia (BOSI, 1998, p. 180).

Nesse sentido, o mito alencariano não tocava as contradições da experiência nacional nascente e não levaria em conta a dimensão conflitiva da formação social local. Não é preciso mais que o exame documental de relatos do cotidiano colonial para que o mito se desfça. Em *A fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700* (1992), Darcy Ribeiro e Carlos de Araújo Moreira compilam diversos documentos produzidos nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa. Um emaranhado de tratados, de cartas, de trechos de diários de viagem e de expedição que, de certa forma, contrastam com o imaginário fundacional veiculado na produção artística romântica. As fontes históricas, muitas vezes reveladoras de uma formação social violenta e conflituosa, narram episódios de matança e de disputas sangrentas sejam entre indígenas e apresadores, normalmente mestiços, sejam entre quilombolas e mercenários. Uma série de relatos que, no fim das contas, concorrem para apontar a artificialidade do projeto literário nacional fundador do século XIX, baseado na unidade e no convívio harmônico de uma sociedade heterogênea.

Interessante notar, de qualquer forma, que José de Alencar não desconhece a fatorialidade da crônica. Em “Como e porque sou romancista”, o autor elucida o projeto arbitrário e mítico que procurava empreender. Ele escreve: “N’*O Guarani* o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça” (ALENCAR, 2019, p. 15). É assim que o culto

alencariano à “cor local” revelava um modo e um gosto estético europeus, sem vinculação efetiva com os temas que se poderiam dizer locais e, no limite, nacionais. Como arquiteto de uma narrativa ficcional de base nacional, Alencar tem o mérito inegável, contudo, de ter formalizado, na língua portuguesa de expressão brasileira, os problemas estéticos estrangeiros de que se nutriu, contribuindo inclusive para estabilizar nela certo padrão de produção literária.

Em “Indianismo revisitado” (1979), Walnice Nogueira Galvão retoma a questão literária indianista, avaliando suas apropriações posteriores ao Romantismo, tanto pelos modernistas paulistas, quanto pelas abordagens indigenistas da segunda metade do século XX, notadamente *Maira* (1976), de Darcy Ribeiro. A autora relativiza, em certo sentido, as limitações vistas por Alfredo Bosi em relação ao nativismo de Alencar. Ela aponta o fato de seu principal herói literário indianista ter sido uma heroína, Iracema, a qual teria assumido as rédeas da situação, ao seduzir e possuir o colonizador, após lhe oferecer uma bebida alucinógena. Esse ponto de vista contrasta com a dimensão passiva do índio, indicada acima por Bosi, e sugere uma leitura menos subalterna do indígena no processo colonizador.

A perspectiva trazida por Alencar, independentemente, é interessante na medida em que contrasta com a abordagem de João Ubaldo quanto à questão indígena nos primórdios da colonização brasileira. O autor parece conduzir uma visão mais revisora, alinhada à leitura de Galvão. Em *VPB*, o caboco Capiroba encarna as contradições e a violência do processo de escravização e de aculturação dos índios pelo colonizador. Narram-se os embates morais que se estabelecem na catequização e no confronto de modos de vida ligados a modelos sociais distintos. O moralismo de base cristã perturba as experiências locais da tribo de Capiroba, que é obrigada a se regular a partir das regras impostas pelos padres da Redução.

Nesse contexto, mentalmente perturbado com as noções de bem e de mal inculcadas pelos jesuítas, e após ouvir certo relato sobre a deglutição de um padre por indígenas, hábito ignorado pela tribo a que pertencia, o caboco Capiroba abandona a Redução e foge com suas esposas. Dias depois, para saciar a fome dos seus, o caboco assassinou um dos padres, que perambulava perto de sua cabana. Tomou gosto pela carne humana e passou mesmo a cultivar, em cativeiro, alguns indivíduos que capturava na floresta, apurando o paladar e definindo a carne holandesa, abundante na costa nordestina no século XVII, como a mais agradável. A narração irônica de João Ubaldo inverte o procedimento de reificação para o homem branco, que passa a ser objeto de

apresamento e de exploração do elemento indígena. A antropofagia de Capiroba funciona, nesse sentido, como imagem espelhada e alegórica da barbárie imposta pelo processo civilizatório colonizador.

Como se observou, a imagem oficial do país que se desfraldava nos primeiros anos de independência era escravocrata e elitista, razão pela qual não espanta o florescimento de um imaginário que conservava o contingente branco no topo da hierarquia social, idealizava o índio, já dizimado, e ignorava o negro, de que era contraditoriamente dependente. Em relação ao negro, especialmente, é preciso relembrar o potencial subversivo que sua abordagem literária repercutia. Nos albores do Segundo Reinado, ainda com a autoridade de Dom Pedro II não consolidada, os boatos republicanos e abolicionistas ganhavam certo relevo. Associada a esse contexto, a representação literária do negro permanecia ligada a um imaginário nacional ainda imerso no romantismo e persistentemente plasmado na questão da mestiçagem.

Em *VPB*, a abordagem romântica do negro é feita em trecho marcadamente irônico, em que João Ubaldo trabalha certos estereótipos vinculados à estética romântica, cultivada por uma parcela letrada do Brasil independente. A cena recuperada na madrugada de 10 de março de 1853, em Salvador, em um ambiente de taverna, rústico e à meia luz, em que um poeta melancólico recita sôfrego seu poema, dissimula o lugar-comum que o romantismo, sobretudo de Lorde Byron, ajudou a difundir. As imagens e a poesia fazem lembrar, de alguma forma, Álvares de Azevedo (1831-1852), sua *Lira dos vinte anos* e a *Noite na taverna*. O principal da ironia, contudo, reserva-se ao tema e ao estilo do poema de Bonifácio Odulfo dos Reis Ferreira-Dutton.

Àquela altura, o bacharel Bonifácio, filho do importante capitalista Amleto Ferreira-Dutton, que será abordado adiante, demonstrava desprezo pelos negócios do pai e se sentia, entre os seus, um gênio incompreendido, ainda que criado nas modas e nos vícios literários da época. Ao boêmio e poeta, pois não era outra a vocação que seus amigos bajuladores e a si mesmo se dava, aprazia-lhe conservar a aparência doente, marcada pela tosse obsessiva, além de certo desdém pelo mundo.

– Esvai-se a ebanácea náiaide.
A tez trigueira já se torna ebúrnea
Do álgido beijo da letal serpente.
Em seu túrgido seio não mais pulsa
O coração apesarado.
Dandalê! Dandalê! – Haroldo ulula
E em formidável pulo precipita-se

Das garras d'águia ao solo em desespero.
Oh! Dandalê! Dandalê!
Mas eis que o pranto copioso e fundo
Que do imo d'alma dele borbotava –
Espetác'lo imortal de dor infrene! –
O fluxo cessa de chofre,
Ao surdo baque do caído herói,
Morto, morto, morto ao pé da amada,
Dos preconceitos vítimas os dois,
Imolados ambos p'la liberdade!

[...] o poeta Bonifácio Odulfo Nobre dos Reis Ferreira-Dutton curvou-se bruscamente para agradecer as palmas que estrondaram na Taverna do Mazombo, ao Jogo do Carneiro, quase abafando as últimas estrofes de seu poema trágico *Haroldo e Dandalê*.

[...]

– Por acaso escapa aos senhores, embora tão evidente quanto a fachada de um teatro, a revolução contida no tema? Haroldo e Dandalê... O conto de amor proibido entre um branco descendente de godos portugueses e uma negra brasileira, um ser selvagem e primitivo, “capitosa atra fruta das frondes tropicais”, como diz o próprio poeta. [...] Os abolicionistas e os – por que não falar claro – republicanos...

[...]

– Este apelido [Dandalê] é um produto da fantasia, busquei uma palavra sonora, que evocasse os sons africanos, o lundu, o banzo, a indolência sensual própria da raça negra...

[...]

– [...] Aliás, quando será a queima dos livros portugueses?

– [...] Uma fogueira dos livros dessas azêmolas sinistras, que ainda se pretendem nossos mentores. Nós, uma geração imersa no gênio de Rousseau e Victor Hugo, entre a Morte e a Grandeza, a ler coisas frouxelengas e pieguices lamuriosas? (RIBEIRO, 1984, p. 289-292)

O poema aborda a questão nacional da tríade racial formadora, mas com a inovação de invocar o elemento negro, mesmo que para estender o estereótipo de fidelidade ao colonizador, como se percebe nos diálogos após a recitação, ligado ao mito fundador indianista. Os elogios recebidos – vê-se à frente que derivam dos empréstimos pecuniários, quase nunca pagos, que Bonifácio garantia aos amigos –, mas principalmente o discurso de distanciamento em relação à tradição literária portuguesa, o qual poderia revelar certo amadurecimento da expressão artística local, são frustrados, do ponto de vista crítico, pelo deslocamento em direção à tradição francesa, como evidenciam os nomes dos autores citados. Ora, o afastamento em relação à literatura portuguesa e a sequente guinada a outro cânone, nesse sentido, simbolizam certo prolongamento histórico da dependência cultural brasileira, cuja produção, ao invés de se assentar na revisão crítica da tradição lusa, a que ela pertence de fato, direciona-se a questões que não são exatamente suas.

Mas o poema, ao mesmo tempo, traz um importante aporte ao tema da abolição. A interdição social ao amor entre o senhor e a escrava alimenta o contraditório

aboliconismo de Bonifácio Odulfo. É Haroldo que paga com sua vida a impossibilidade de concretização do amor proibido, como se seu sacrifício, o de senhor branco, é que indicasse as injustiças do modelo escravocrata. O suicídio de Haroldo não deixa de indicar, veladamente, a dependência do senhorio em relação à escravatura, sem a qual todo um modelo social e econômico ruiria. Em “Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX”, o antropólogo Renato Ortiz, na mesma linha de Alfredo Bosi, faz um balanço sociológico da produção literária romantista, com a particularidade de anunciar o tema da abolição como fator balizador do debate intelectual do período, que, de uma maneira ou de outra, promoveria a abordagem do elemento negro pela literatura. Para ele,

O romantismo de Gonçalves Dias e José de Alencar se preocupa mais em fabricar um modelo de índio civilizado, despido de suas características reais, do que apreendê-lo em sua concretude. Por outro lado, nada se tem a respeito das populações africanas; o período escravocrata é um longo silêncio sobre as etnias negras que povoam o Brasil. [...] A situação se transforma radicalmente com o advento da Abolição. [...] O negro aparece assim como fator dinâmico da vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição seja reavaliada pelos intelectuais e produtores de cultura (ORTIZ, 1985, p. 19).

Na segunda metade do século XIX, as pressões externas para a libertação dos escravos e mesmo o crescente debate interno sobre a questão tornavam o prolongamento da escravidão mais e mais controverso. O poema e diálogo de *VPB* citados acima ilustram o desconforto de uma parcela da elite intelectual com o tema, ainda que não exponham uma confrontação direta em relação à instituição vigente. Darlene Sadler aduz essa sutil controvérsia ao escrever que “A ênfase na desumanidade da escravidão no século XIX não alterou o fato de que os negros brasileiros jamais obteriam a posição heroica e patriótica dada ao ‘bom selvagem’ ou ao corajoso sertanejo” (SADLER, 2016, p. 191). No auge das campanhas abolicionistas, depois de a questão já ter se tornado parte do debate público, muitos escritores passaram a denunciar a escravidão, ainda que, como já foi dito, sob o marco estético do romantismo.

Esse era o caso do poeta baiano Antônio de Castro Alves (1847-1871), por exemplo, nos célebres poemas “Navio Negreiro” (1868) e “Vozes d’África” (1869). Os versos contundentes e os giros sofisticados escalonados na métrica não dialogavam exatamente com a realidade então vigente. Eles abordavam o problema em momento tardio, de modo que o aspecto de denúncia que os caracterizava já não abarcava o potencial revolucionário que sua leitura faz parecer. Ao tempo em que foram

publicados, o instituto da escravidão, parte estruturante da formação social do Brasil, apresentava sinais de enfraquecimento. O impacto sentimental da literatura abolicionista, dessa forma, não derivava diretamente de uma indignação quanto à ordem escravocrata, mas, de modo menos comprometido, diga-se, apenas a tematizava. De maneira diametralmente oposta, o romancista Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), por sua vez, defendia o fim da escravidão por motivações racistas e socialmente discriminatórias. Como aponta Sadler,

A obra menos conhecida de Joaquim Manuel de Macedo *As vítimas-algozes*, de 1869, defendia a tese segundo a qual a emancipação era necessária para **livrar a casa-grande da presença dos escravos**, que corrompiam física e moralmente os brancos (SADLER, 2016, p. 200).

Se as duas abordagens acima problematizaram a questão da escravidão de modo contrário entre si, cabe retomar Luiz Gama, cuja perspectiva difere de ambas. Para a mesma autora,

Diferentemente de seus contemporâneos, Gama se absteve de escrever de modo sentimental sobre os escravos, preferindo ridicularizar indivíduos abastados que se passavam por brancos. Entre seus poemas mais divertidos está um soneto sobre um aristocrata que insiste na sua estirpe nobre até ser desafiado por alguém que afirma que um de seus antepassados é um mulato (SADLER, 2016, p. 201).

Luiz Gama (1830-1882), nascido em Salvador, é supostamente filho de um nobre português e de Luiza Mahim, uma ex-escrava que, ao ser alforriada, engajou-se na luta pelo fim da escravidão no Brasil, tendo participado, inclusive, da Revolta do Malês. Tendo sido ilegalmente vendido pelo próprio pai, Gama alfabetizou-se com o consentimento de seu proprietário e, mais tarde, fugiu do Rio de Janeiro, onde era cativo, para São Paulo. Como autodidata, deu seguimento à sua formação, tornando-se importante rábula, jornalista e poeta. Após essa breve apresentação, retomo a passagem de Sadler. O soneto a que ela se refere é “Mote: e não pôde negar ser meu parente”, o qual se associa fortemente a *VPB*, particularmente ao emblemático personagem Amleto Ferreira-Dutton. Vale reproduzi-lo para mensurar melhor a afinidade entre ambos:

Sou nobre, e de linhagem sublimada,
Descendo, em linha reta dos *Pegados*,
Cuja lança feroz desbaratados
Fez tremer os guerreiros da Cruzada!

Minha mãe, que é de proa alcantilada,
Vem da raça dos Reis mais afamados;

- Blasonava entre um bando de pasmados
Certo parvo de casta *amorenada*.

Eis que brada um peralta retumbante;
“- Teu avô, que de cor era latente,
“Teve um neto mulato e mui pedante!”

Irrita-se o fidalgo qual demente,
Trescala a vil catinga nauseante,
E não pôde negar ser meu parente! (GAMA, 2016, p. 55)

Uma primeira leitura pode dar a impressão controversa de que Luiz Gama corrobora o racismo dominante. A ironia trabalhada pelo autor, no entanto, está no inverso. O constrangimento a que o pretense fidalgo é submetido e a referência ao odor exalado do corpo escravo, vitimado pela imundície da exploração, revelam antes o embaraço de toda a sociedade do período, tanto pela longa vigência da escravidão, quanto por ensejar discursos como o do “parvo de casta amorenada”, que deve abnegar a origem para ser aceito. O soneto ilustra ironicamente o descompasso entre a realidade posta, isto é, a de um país mestiço e escravocrata, e a narrativa conservadora e racista dominante, reacionária no fim, pois que remetida aos feitos da nobreza lusitana nos anos de liberação do jugo árabe.

Ora, não é menos ridículo o ridículo a que deve se expor o personagem Amleto Ferreira-Dutton a fim de obter a aceitação dos pares. Amleto, filho da professora negra Dona Jesuína e, pelo que se insinua, de um marinheiro inglês de passagem pela costa brasileira, ostenta, pois, origem bastarda e mestiça. O romance registra a transformação do personagem de ascendência pobre até tornar-se banqueiro e grande capitalista. Narra-se o modo como suas riquezas iniciais se fundam em desvios mercantis e de capitais processados sobre o patrimônio de Perilo Ambrósio, Barão de Pirapuama, de quem era guarda-livros, o qual também se enriquecera obscuramente, em consequência de sua ignominiosa participação nas guerras de confirmação da independência do Brasil.

À essa transformação material acompanha outra de ordem simbólica. Amleto Ferreira passa a Amleto Ferreira-Dutton, ao substituir os documentos oficiais de registro por um batistério falso, encomendado junto à paróquia de Salvador. Sua nova genealogia desenreda a origem desprestigiada e o apresenta como homem branco, saído de linhagens familiares aristocráticas de Portugal e do Reino Unido. Em sua mansão soteropolitana, em março de 1839, olhando através da janela da biblioteca

meticulosamente organizada o jardim paramentado para a festa de celebração do batizado de um dos filhos, Amleto reflete inconformado:

Agora que achara o rumo certo, que cavara com as unhas sua fortuna, ainda tinha de enfrentar o problema da aparência racial, a aceitação das pessoas gradas, as restrições impostas pelos mesquinhos – a ponto de até a festa do batizado de Patrício Macário, que podia ser suntuosa como poucas na Bahia, ter virado, por cautela, praticamente uma festa íntima, para os parentes e amigos mais chegados (RIBEIRO, 1984, p. 231)

O mal-estar gerado por uma sociedade hierarquicamente fechada e rudemente preconceituosa é o ponto de encontro entre o fidalgo do soneto de Gama e o personagem Amleto. Os esforços de ambos para apagar do corpo, a partir de estratégias discursivas, os rastros da origem negra evidenciam a ideologia vigente e a forma de pensar do tempo, que impunham ao agredido, e não ao agressor, a vergonha do insulto. É nesse sentido que o mulato do poema e Amleto são personagens que, mesmo cientes do absurdo, preferem antes adaptar-se às regras impostas pelo *status quo* do que confrontá-las. As lentes irônicas dos dois escritores captaram com argúcia a contradição do novo país, em cuja configuração se arrastavam as problemáticas estruturas coloniais.

Não bastasse a pecha imposta sobre a população escrava, negra e mestiça de modo geral, como exemplificam os referentes literários acima citados, o cientificismo que desembarcou no Brasil oitocentista procurava atribuir justificativas racionais a um preconceito secular. Como sustentam ORTIZ (1985) e SCHWARZ (1993), as teorias raciais chegaram tardiamente ao país, nos anos 1870, momento em que declinavam no ambiente intelectual europeu. A decalagem entre os momentos de produção e de recepção, contudo, não impediu que elas recebessem boa acolhida entre nossa *intelligentsia*. A antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, em *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, analisa o desenvolvimento das teorias raciais na Europa, que aproximavam perigosamente a ideia de raça àquela de povo, como uma reação aos pressupostos igualitários difundidos pelas revoluções burguesas. À perspectiva humanista alastrada pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão confrontava-se uma visão de mundo que extrapolava e imiscuía pressupostos e discussões de filosofia moral e de biologia:

De um lado, a visão humanista da Revolução Francesa, que naturalizava a igualdade humana; de outro, uma reflexão, ainda tímida, sobre as diferenças básicas existentes entre os homens. A partir do século XIX, será a segunda postura a mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre

patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais (SCHWARCZ, 1993, p. 46-47).

Naturalizava-se a perspectiva de que o Brasil era atrasado e incompleto e, por meio das teorias raciais, isto é, pelas interpretações que se faziam delas, justificavam-se a falta e o atraso em função do meio e da composição étnica dos brasileiros. Essa visão ganhou fôlego e, em meados do século XIX, foi radicalizada por uma vertente particularmente pessimista de interpretação social brasileira, cultivada por influentes intelectuais estrangeiros, como Thomas Buckle, Arthur Gobineau e Louis Agassiz. Para o britânico Buckle, difusor de um determinismo geográfico de corte climático, mesmo sem ter visitado o Brasil, a abundância da natureza das terras do país constringia as potências intelectuais do homem, que debilitado, não teria resistido às adversidades naturais sem o auxílio estrangeiro. O conde Arthur Gobineau e Louis Agassiz, por sua vez, utilizaram as teorias raciais para elucidar a degenerescência de uma nação composta por “raças mistas”. Assim, por fundamentos distintos, esses “homens de ciência” concluíam pela inviabilidade de construção de uma nação em um ambiente miscigenado e de natureza hostil, tal como se configurava no Brasil.

Às teorias raciais, como se vê, foram acomodados modelos evolucionistas, social-darwinistas e deterministas de análise social, que contribuíram decisivamente para a consolidação do ideário positivo-evolucionista nos centros intelectuais do período, tais como as escolas de direito e de medicina, localizadas em pontos do nordeste e do sudeste do Brasil, bem como os institutos históricos e geográficos de pesquisa, organizados a partir do vulto do IHGB. Os mediadores intelectuais brasileiros, lotados nesses espaços educacionais, nesse sentido, introduziram um pensamento racial importado da Europa e dos Estados Unidos de forma crítica e seletiva, transformando-o em “instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas” (SCHWARCZ, 1993, p. 42). Para um país cuja sociedade se estruturava no paradigma da miscigenação, os malabarismos teóricos feitos para fundamentar as teses de hierarquia sócio-racial foram muitos e reuniram perspectivas analíticas heterogêneas. Como avalia Schwarcz:

Com as conclusões evolucionistas, justificava-se o predomínio branco e a hierarquia social rígida. Utilizando um darwinismo sócio-biológico, explicava-se o ‘natural branqueamento’ da população. Mas eram as teorias deterministas raciais que ajudavam a comprovar um certo atraso, ou condenavam a mistura racial no país (SCHWARCZ, 1993, p. 137).

É assim que as teorias raciais, sob o apanágio dos mais variados determinismos, influenciaram diretamente a produção científica e cultural da segunda metade do século XIX e início do XX. Ainda que tenham aceitado boa parte das teses deterministas e pessimistas do pensamento racial, os intelectuais brasileiros do período souberam acomodá-las de modo a justificar e não a negar a possibilidade de desenvolvimento de uma sociedade mestiça no Brasil. Aliás, na opinião de Schwarcz, a originalidade do pensamento racial brasileiro decorreria justamente do paradoxo estruturado na aceitação dessas teorias estrangeiras e em sua adaptação ao ambiente nacional miscigenado:

É possível dizer, no entanto, que os modelos deterministas raciais foram bastante populares, em especial no Brasil. [...] O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça. Este já é, porém, um debate que pressupõe a reflexão sobre a excelência da cópia e a especificidade desta no pensamento nacional (SCHWARCZ, 1993, p. 65).

Em *VPB*, as impressões deixadas pelo Cônego Visitador D. Francisco Manoel de Araújo Marques a respeito da mestiçagem e de sua acomodação no arranjo hierárquico que ele imaginava para a sociedade brasileira, nos dias em que percorreu as propriedades do Barão de Pirapuama, em junho de 1827, sob a condução deste e do guarda-livros Amleto Ferreira, dão a dimensão do paradoxo mencionado acima. Durante a viagem, o cônego procura exibir sua erudição de formação eclesiástica clássica em um ambiente intelectualmente árido, situação que, de certa forma, encoraja-o ainda mais a discursar. Vaidoso e tagarela, apesar de hipocritamente negar ambos os vícios, o cônego traça, a partir de Amleto, de quem critica a petulância e elogia a “esperteza natural dos mestiços”, um longo discurso em defesa da necessidade prática da mestiçagem, “elemento intermediário entre o branco e o negro”, para a consolidação de uma civilização, ainda que de base oligárquica, no Brasil.

Na verdade, sustento que a mestiçagem é uma real alavanca do progresso desta terra, pois que o espírito do europeu dificilmente suporta as contorções necessárias para o entendimento de circunstâncias tão fora da experiência e vocação humanas. Eis que o Brasil não pode ser um povo em si mesmo, de maneira que as forças civilizadoras hão de exercer-se através de uma classe, no caso os mestiços, que combine a rudeza dos negros com algo da inteligência do branco. [...] Se não temos escravos inteligentes, a quem possamos confiar até mesmo a formação dos jovens, como faziam os helenos, temos em compensação escravos rudos, capazes de enfrentar, sob boa, tenaz e dura direção, os trabalhos ensejados pelos nossos cultivadores e pelas nossas fábricas. Isto nos deixa somente a questão de quem irá ocupar-se da capatazia imediata dos escravos, quem cuidará dos assuntos intermediários, daqueles assuntos que, se não requerem inteligência superior [...], também não podem ser assimilados pela estupidez dos negros. Eis aí onde encaixa

como uma luva o contingente de mestiços na perfeita organização social, a única que poderá conferir a este país uma *élite*, como dizem os franceses, uma nata, uma aristocracia capaz de, como a grega, produzir e fazer medrar uma cultura de escol (RIBEIRO, 1984, p. 119-120).

A visão discriminatória do cônego discute a mestiçagem no âmbito de uma sociedade organizada sob o instituto da escravidão. Seu discurso procura justificar a rígida hierarquia social que estruturaria a sociedade brasileira, da qual o mestiço seria o elemento fundamental de sustentação. Se, por um lado, reconhece-se a inevitabilidade da mestiçagem como fator formador do país nascente, por outro lado, aponta-se a necessidade de se conter a dimensão inovadora que o mestiço aportava, como os intelectuais do fim do século XIX e republicanos procurariam fazer posteriormente. Assim, o cônego visitador, enraizado na vida escravocrata e politicamente satisfeito com as continuidades que a independência implicou, não ignora a viabilidade de uma nação de mestiços, contanto que esse contingente permaneça rigidamente acomodado na estratificada configuração social que vislumbra para a sociedade brasileira.

Da mesma forma que Schwarcz, Renato Ortiz vê a centralidade da raça e da mestiçagem no pensamento social do período como fator então utilizado para explicar as particularidades nacionais. Para o antropólogo, a questão está no cerne das discussões sobre identidade nacional que tomam forma ao longo do século XIX no Brasil. Como ele escreve, “O mestiço é para os pensadores do século XIX mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional” (ORTIZ, 1985, p. 20-21). A transformação do mestiço em categoria de análise, tal como aponta Schwarcz em relação às primeiras discussões sobre raça na Europa, afasta-o de sua particularidade tangível, qual seja, genética, abrindo caminho para que a ele sejam acomodadas perspectivas que extrapolam radicalmente o campo da ciência natural e dos modelos biológicos de análise. Assim, no jogo cientificista do período,

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro desta perspectiva a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, nos processos de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente (ORTIZ, 1985, p. 21).

Esse era o panorama de ideias que circulavam nos centros intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX. A inteligência local mantinha, em linhas gerais, os pressupostos de análise histórica baseados na formação social a partir da ideologia das três raças fundadoras, as quais conviveriam em ordem e respeitariam socialmente as hierarquias e desigualdades impostas pela geografia e pela biologia. Assim, o modelo inaugurado por Von Martius, em meados do século, se canonizava e se afirmava cada vez mais com a generalização de um cientificismo de base positivo-evolucionista. Essa consolidação não se deu, no entanto, acriticamente. Veio com Sílvio Romero o salto teórico que contribuiu decisivamente para particularizar o pensamento racial brasileiro.

Esse intelectual de Recife, como sustenta Schwarcz, “foi sobretudo um homem de seu tempo ao tentar aplicar todo um ideário científico à complexa realidade nacional” (SCHWARCZ, 1993, p. 153). Ele enxergava na mestiçagem a alternativa possível para o modelamento de uma homogeneidade nacional. Fiel ao critério etnográfico, para Sílvio Romero, as discussões sobre o rumo da nação deveriam passar incontornavelmente pela questão racial. Ainda que considerasse o mestiço como um potencial teórico de afirmação de uma identidade nacional, Romero acreditava nas diferenças congênicas entre as raças. Desse modo,

em vista da constatação da inexistência de um grupo étnico definitivo no Brasil, esse intelectual elegia o mestiço como produto final de uma raça em formação. [...] Romero encontrava na mestiçagem o resultado da luta pela sobrevivência das espécies, como estabeleciam as teorias deterministas da época.

Apesar do “elogio à mestiçagem”, não se deve incorrer no engano de procurar em Sílvio Romero um defensor da igualdade entre os homens. Ao contrário, esse pensador foi um fiel seguidor do determinismo racial (SCHWARCZ, 1993, p. 154).

Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, segue de perto as teses de Romero, à diferença de ver na originalidade da mestiçagem não uma prova de adaptação evolutiva, mas antes um problema em potencial, dada a inexistência de uniformidade étnica perpetrada pelo cruzamento racial. Para ele e o grupo da *Gazeta Médica da Bahia*, a mestiçagem embaralhava os diagnósticos clínicos, justamente porque dificultava o estabelecimento da diferença entre as raças, parâmetro para a observação das moléstias. A partir de modelos social-darwinistas, esse grupo de cientistas fará “uma leitura original da realidade nacional ao apontar o cruzamento como o nosso maior mal, ao condenar a hibridação das raças e sua conseqüente degeneração” (SCHWARCZ, 1993, p. 208). Não bastasse, esse padrão de análise, cultivado por Nina

Rodrigues, desloca-se à medicina legal, de que ele é considerado pioneiro no Brasil. Desse modo, a discussão criminal se afastava da análise do crime e se transferia para o criminoso, repercutindo ali a tese de Nina Rodrigues segundo a qual não se poderia punir da mesma maneira indivíduos de raças evolutivamente distintas.

Não é desmesurado concluir que os contornos gerais do social-darwinismo e das grandes teorias raciais importadas ficaram preservados nas análises desses dois pensadores centrais no universo intelectual brasileiro do período. Meio e raça, portanto, seriam fatores que definiriam o quadro interpretativo da realidade brasileira. Enquanto a argumentação de Romero deixa entrever na mestiçagem o caminho para a formação de uma possível unidade nacional, Nina Rodrigues reposiciona o debate em termos mais pessimistas, asseverando as consequências sociais da inferioridade racial mestiça. Contrariamente a Schwarcz, que justifica nas contingências históricas do Brasil oitocentista as posições adotadas por intelectuais como Romero e Nina Rodrigues em relação à recepção e à adaptação das teses deterministas e raciais no período, Renato Ortiz, ao fazer um balanço sistêmico do pensamento desses autores, incluindo-se o de Euclides da Cunha, não contemporiza e aponta para a ausência de fundamentação cientificamente crítica em suas leituras:

Sílvio Romero aceita a interpretação de Buckle mas a considera incompleta, se propõe por isso a aprimorá-la com um estudo mais detalhado do meio e particularmente relacionando-o à questão racial. A posição é idêntica em Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. As críticas que os intelectuais fazem às teorias de Buckle se referem simplesmente aos exageros, ao pouco conhecimento que o autor inglês tinha do Brasil. Eles não tocam, no entanto, a substância de seu pensamento; aceita-se, sem nenhum conhecimento crítico, o argumento do meio como fundamento do discurso científico (ORTIZ, 1985, p. 18).

No romance de João Ubaldo, essas matrizes ideológicas e o modo conservador e autoritário como foram adaptadas pelo campo intelectual brasileiro são tematizadas a partir do ponto de vista de diferentes personagens da elite local, como o cônego visitador e Bonifácio Odulfo. O jovem poeta melancólico tornou-se um homem de negócios frio e estrategista, de forma que os interesses adultos já não oferecem espaço às abstrações idealistas da juventude romantista. No solilóquio desse já importante banqueiro e continuador da herança do pai, Amleto Ferreira-Dutton, durante viagem a Portugal, em novembro de 1869, pode-se perceber os giros teóricos balizados no social-darwinismo e nas teses deterministas utilizados para explicar as razões do propalado atraso brasileiro. Nele ecoam as teses deterministas de Buckle e, em certa medida, as

reflexões de Silvio Romero e de Nina Rodrigues, em que repercutiam a tese da superioridade racial dos brancos. Ao condenar a geografia e o contingente mestiço, isto é, não branco, como causas do fracasso nacional, essas teorias contribuíam paralelamente para sustentar a estrutura de ideias que alicerçavam a hierarquia social e legitimavam as desigualdades internas. Eis a lucubração do personagem:

Não se deve esposar um determinismo rígido quanto a essas questões, pois fatores outros, tais como a raça, desempenham papéis cruciais, mas a verdade é que a clara definição do ano em quatro estações distintas é civilizada e civilizadora. As nações como o Brasil, em que praticamente só existe inverno e verão, imperando a mesmice de janeiro a dezembro, parecem fadadas ao atraso e são abundantes os exemplos históricos e contemporâneos. Até culturalmente, as variações sazonais se revestem de enorme importância, eis que forçam a diversificação de interesses e atividades em função das alterações climáticas, de modo que os povos a elas expostos têm maior gama de aptidões e sensibilidade necessariamente mais apurada. Além disso, o frio estimula a atividade intelectual e obvia à inércia própria dos habitantes das zonas tórridas e tropicais. Não se vê a preguiça na Europa e parece perfeitamente justificada a inferência de que isto se dá em razão do acicate proporcionado pelo frio, que, comprovadamente, ao causar a constrição dos vasos sanguíneos e o abaixamento da temperatura das vísceras luxuriosas, não só cria condições orgânicas propícias à prática do trabalho superior e da invenção, quer técnica, quer artística, como coíbe o sensualismo modorrento dos negros, índios, mestiços e outros habitantes dos climas quentes, até mesmo os brancos que não logrem vencer, pela pura força do espírito civilizado europeu, as avassaladoras pressões do meio físico. Assim, enquanto um se fortalece e se engrandece, o outro se enfraquece e se envilece.

Os fatos são claros, pensou Bonifácio Odulfo; não vê-los é, como diz o vulgo, querer tapar o sol com uma peneira. Quando escreveria esse ensaio, que lhe vinha à cabeça tão pronto, tão inteiro, tão acabado e escorreito, tão alicerçado na evidência dos fatos e no raciocínio despido de paixões? (RIBEIRO, 1984, p. 467-468)

Diferentemente do cônego, que discursava em 1827 amparado em uma erudição de base clerical, o banqueiro se orienta sobre outro paradigma, o do racionalismo cientificista, a partir do qual se mesclam discursos positivistas e deterministas. As explicações deterministas para o descompasso entre países centrais e periféricos, baseadas em fatores pretensamente científicos, alicerçam um modelo discursivo que legitima a violência simbólica exercida pelas elites sobre o resto da sociedade. Pode não se tratar necessariamente de um emprego consciente desse discurso por parte da classe dirigente, mas antes de sua aceitação por ela, dada a conveniência de tal formulação explicativa ao lugar privilegiado que seus membros ocupam na realidade social do país. Em certa medida, o pretenso racionalismo que o discurso de Bonifácio Odulfo encarna, procurando causas naturais para problemas produzidos socialmente, concorre no fim das contas para a diminuição do peso real dos fatores econômicos e da realidade material

brasileira na análise dos processos de manutenção das desigualdades sociais internas e dos desequilíbrios econômicos internacionais.

Em “As ideias fora do lugar” (1973), Roberto Schwarz analisa o motivo por que as ideias liberais se apresentavam desconectadas da realidade material no Brasil imperial. Em um país escravocrata, como o Brasil de então, não haveria condições materiais capazes de suscitar nem de sustentarem o florescimento do liberalismo, no sentido de um conceito teórico derivado da realidade prática. Nesse sentido, para o autor, ainda que tenham sido largamente difundidas no contexto escravocrata, as ideias liberais careciam de lastro com o mundo prático, uma vez que não se estruturavam a partir da realidade brasileira. Em resposta direta à tese de Roberto Schwarz, Maria Sylvia de Carvalho Franco, em “As ideias estão no lugar”, entrevista concedida ao *Cadernos de Debate*, da Editora Brasiliense, em 1976, questiona o dualismo da formulação de Schwarz, que insistiria na valorização tácita do modelo capitalista vigente e de sua esperança nas instituições democráticas burguesas. Para ela, “a ‘miséria brasileira’ não deve ser procurada no empobrecimento de uma cultura importada e que aqui teria perdido os vínculos com a realidade, mas no modo mesmo como a produção teórica se encontra internamente ajustada à estrutura social e política do país” (FRANCO, 1976, p. 63).

Não parece, entretanto, que os argumentos dos autores sejam excludentes. A avaliação de Franco segundo a qual os problemas internos devem ser procurados a partir de causas teóricas domésticas não invalida, como propõe Schwarz, o fato de as formas e técnicas – estéticas e teóricas – adotadas durante os períodos de modernização terem sido criadas externamente, a partir de condições sociais distintas daquelas do Brasil oitocentista. A respeito dessa desarticulação tematizada pelos autores entre teoria e mundo material no Brasil escravocrata, o trecho do diálogo entre Bonifácio Odolfo e sua esposa, ainda em sua estadia em Lisboa, é revelador:

– [...] Eu achei que trazer somente os pretos era suficiente, mas ver-nos-íamos em grande embaraço...
– ...se déssemos a todos aqui a impressão de que vivemos entre pretos, que só há pretos no Brasil, como, aliás, é o que muitos pensam e que me deixa morta de raiva. Um homem da tua importância não pode cuidar de assuntos triviais pessoalmente, nem pode usar um preto para tratar deles. Imagina que vergonha! (RIBEIRO, 1984, p. 470)

Ora, o fato de se envergonharem deixa ver o mal-estar, por parte da elite brasileira, de afirmar-se civilizada frente ao europeu e, ao mesmo tempo, de manter o

trabalho escravo como pilar econômico no âmbito nacional. De qualquer forma, o eventual embaraço de salão na Europa jamais justificaria a revisão, pela classe dominante, do modelo econômico que ela fazia vigorar no Brasil. Como bem sugere Schwarz, em “Nacional por subtração”, não há que se esperar do beneficiário que revise a situação da qual se beneficia. Reportando-se ainda ao período pós-independência, a avaliação do historiador Boris Fausto toma a mesma direção. Para ele, “A elite política promotora da Independência não tinha interesse em favorecer rupturas que pudessem pôr em risco a estabilidade da antiga Colônia”. E arremata, “[...] a emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo. Exemplo único da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas” (FAUSTO, 2010, p. 146).

Assim, por razões distintas, e mesmo contraditórias, conviveram localmente duas perspectivas teoricamente inconciliáveis, mas material e politicamente compreensíveis no contexto do paradoxo de uma sociedade escravocrata e de fundo ideológico liberal. Liberalismo e racismo, portanto, dividiram espaço no mesmo espectro ideológico e, como seus usos se propunham a justificar aspectos diferentes da realidade brasileira do período, seus termos não pareceram excludentes nem contrários àqueles que os empregavam. Lilia Schwarcz anota o paradoxo da seguinte forma:

Paradoxo interessante, liberalismo e racismo corporificaram, nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular (SCHWARCZ, 1993, p. 14).

Em relação à manutenção da viabilidade explicativa desses modelos teóricos, a despeito de importantes transições sociais e políticas como a abolição e a instauração do modelo republicano, para ficar apenas nesses dois exemplos, é interessante investigar sua tematização em *VPB*. O trecho a seguir, que se passa em Cocorobó, em 1º de março de 1897, nos arredores de Canudos, aborda justamente a campanha militar contra os milhares de fiéis que se reuniram no arraial em torno da figura de Antônio Conselheiro. O episódio aborda o confronto físico e ideológico de grupos vinculados a pontos de vista opostos. De um lado, um oficial do exército, que representa, como o posto já antecipa, o poder oficial do Estado, defende a ação autoritária contra a agitação “sediciosa” e “monárquica” dos sertanejos de Canudos; de outro, Maria da Fé faz um

balanço da situação de penúria a que o povo continuava exposto, independentemente da alteração da forma de governo:

– Bem, sei que é inútil falar e, se não fosse pelos meus comandados aqui presentes, pelos quais sou responsável, eu não falaria nada. Com exceção do senhor aí, que eu não sei quem é, não creio que nenhum dos outros possa compreender minhas palavras. Estamos aqui em missão oficial, com o objetivo de reprimir uma rebelião contra a integridade da República. A República, uma conquista do povo brasileiro, não pode permitir que a desafiem impunemente. Os senhores não devem fidelidade à Coroa de Bragança, como desobedientemente, sediciosamente professam, violando a lei e afrontando a autoridade. Os senhores...

– Não devemos nada a ninguém, todos nos devem! – disse uma voz de mulher vinda do canto escuro do salão.

[...]

– O povo brasileiro não deve nada a ninguém, tenente – disse ela. – Ao povo é que devem, sempre deveram, querem continuar sempre devendo. O senhor papagaia as mentiras que ouve, porque não interessa aos poderosos saber da verdade, mas apenas do que lhes convém. O senhor diz que somos monarquistas, leais à Coroa de Bragança. E eu lhe digo que compete à Coroa ser leal aos súditos e não os súditos à Coroa, assim como compete à República ser leal aos cidadãos e não a ela mesma. Como queria o senhor que um povo conservado na mais funda ignorância pudesse compreender que não é a República a responsável por tudo de mau que lhe vem acontecendo? Se tudo piora, se a miséria aumenta, se a opressão se faz sempre mais insuportável, se a fome e a falta de terras são destino de cada dia, enquanto os senhores salvam a Nação na capital, escrevendo leis para favorecer a quem sempre foi favorecido? Se nada deve o povo à Monarquia, menos ainda deve à República. Que nos dá a República? Dá-nos mais pobreza. Que nos manda a República? Manda seu Exército para nos matar. Se não nos rebelássemos, que nos mandaria? Mandaria a fome e o esbulho para nos matar. Hoje há mais ódio contra nós do que jamais houve contra qualquer inimigo de fora (RIBEIRO, 1984, p. 562-564).

Ora, sabe-se que em outubro daquele mesmo ano, a expedição do general Arthur Oscar, constituída de aproximadamente 8 mil homens e de equipamentos bélicos modernos, pôs abaixo o arraial. Sobre o episódio, comenta Boris Fausto, “Para os oficiais positivistas e os políticos republicanos, aquela tinha sido uma luta da civilização contra a barbárie (FAUSTO, 2010, p. 258). A República que nascia, influenciada pelo ideário positivista, o qual enfatizava a ação autoritária do Estado e a ruptura com o arranjo político do Segundo Reinado como panaceia para a efetivação do processo de modernização do país, mantinha a mesma estrutura repressiva do modelo anterior e se distanciava, já de saída, de um modelo de governo promotor de garantias sociais e políticas mais amplas. Diante desse panorama, a análise de Maria da Fé, no romance, ecoa a conclusão do historiador José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*:

Resumindo, temos que no início da República nasceram ou se desenvolveram várias concepções de cidadania, nem sempre compatíveis entre si. Se a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem (CARVALHO, 1989, p. 64).

Os paradigmas científicos de base positivista e determinista, que estabilizavam as concepções racistas de avaliação dos problemas sociais locais, contribuíram, nesse sentido, para manter a condição de miséria que assolava boa parte da população brasileira, majoritariamente mestiça. Vinculados ao ideário liberal, que se firmava no ambiente republicano como pressuposto das condições pretensamente igualitárias proporcionadas pelo novo regime, esses modelos científicos naturalizavam as desigualdades vigentes, condenando a miscigenação a partir da afirmação de um modelo civilizatório calcado na concepção racista de existência de diferenças inatas entre as raças. Para Renato Ortiz, “Na medida em que o Brasil não possui uma raça unitária (postulado aceito por todos), tem-se que o fator étnico é dominante, o que equivale a dizer que somente no futuro poderíamos ser uma ‘raça histórica’” (ORTIZ, 1985, p. 32). Nesse sentido, essa perspectiva alimentava a crença segundo a qual o Brasil era um país incompleto, e que, portanto, poderia superar o problema racial que se imaginava ter no futuro, desde que empreendesse as políticas e as medidas eugenistas desejadas pelas conclusões científicas evolucionistas e pelos posicionamentos sócio-políticos delas decorrentes.

O século XIX se apresenta, dessa forma, como um século de definições no panorama histórico brasileiro. O país que irrompia da independência prolongava-se, em termos econômicos, sociais e políticos, nas estruturas vinculadas à colonização. Não poderia ser menos conturbado e heterogêneo o universo das ideias que circularam nesse tempo contraditório do processo de formação histórica do Brasil. *VPB* se configura como uma rede de discursos que conecta os principais pontos que conformam esse universo, tal como procuramos analisar neste capítulo. Como capta com argúcia João Ubaldo Ribeiro, as grandes orientações derivadas desse ambiente vário e controverso de ideias contribuíram diretamente para o país que se construiria ao longo do século XX. Considerando o momento em que foi publicado e as expectativas que a redemocratização do país envolvia, o romance de João Ubaldo se configura como espaço de reabertura para discussão e reavaliação de grandes temas nacionais, inevitavelmente ligados aos acontecimentos do século XIX.

Sabe-se que as contradições e os problemas que o país enfrentava no século XIX não cessaram, ao contrário, foram-se transformando e ganhando contornos próprios aos contextos vindouros. Da mesma forma, as investidas intelectuais desenvolvidas para abordar essas questões se modificaram. A assunção de novas perspectivas de análise, o aumento do fluxo de produção cultural e científica, além da proliferação de modos de ensino e de pesquisa ligados à universidade propiciam um vasto campo de estudo que se estende e revisita posições anteriores. Os grandes problemas nacionais e a “perene questão da definição de Brasil” (VALENTE, 1990, p, 68), como escreve Luiz Fernando Valente, se modificaram gradativamente em relação às visões do século XIX. Elas não deixaram, contudo, de conservar contradições e inconsistências teóricas. O capítulo seguinte, nesse sentido, procurará abordar o modo como o romance de João Ubaldo Ribeiro estetiza esses pontos controversos.

Capítulo 3 – *Viva o povo brasileiro*: diálogos com o pensamento social

Referindo-se à *VPB*, em “Literatura e identidade nacional” (1998), a antropóloga Karina Kuschnir, como se viu no capítulo 1, não hesita em posicionar João Ubaldo Ribeiro ao lado de autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Compara, inclusive, o desafio empreendido pelo escritor baiano no romance àquele de Freyre, em *Casa-grande & senzala* (1933), e aos de outros do período. Para ela, tanto quanto eles, consideradas evidentemente as particularidades de cada caso, João Ubaldo assumiu de maneira ampla a “responsabilidade de pensar seu próprio país”. A afirmação parece requerer alguma ponderação, não por mero contextualismo, mas sobretudo porque não deve florescer a ideia de que a ficção de Ubaldo tenha compartilhado as mesmas pretensões dos ensaios da primeira metade do século XX.

Se *VPB* e os textos analisados pela antropóloga trazem consigo a semelhança de se atentarem para a complexidade do processo de formação social do Brasil e para a configuração dos tempos presentes em perspectiva em cada obra, a forma e as razões que motivaram os projetos, um a um, são fundamentalmente distintas. As próprias diferenças internas dentro da tradição ensaística, como argumenta André Botelho, em “Passado e futuro das interpretações do país” (2010), são por si enormes e seu agrupamento demasiado arbitrário para que se possa acomodar *VPB* ao lado desse bloco heterogêneo de textos. Para o professor de Sociologia da UFRJ,

Apesar de compartilharem vários aspectos comuns, o pertencimento sincrônico daqueles ensaios não parece suficiente para caracterizá-los como uma unidade estruturada também do ponto de vista contextual mais amplo. [...] De modo que buscar qualquer unidade para os ensaios de interpretação do Brasil escritos entre 1920 e 1940 constitui, na melhor das hipóteses, um movimento analítico de atribuição e não de inferência de unidade (BOTELHO, 2010, p. 48).

Menos ocupado com pressupostos uniformizadores em relação às interpretações de formação da sociedade brasileira, Botelho prefere se dedicar ao papel que elas desempenham na cultura intelectual do país, interligando tempos históricos distintos. O sociólogo argumenta que as interpretações do Brasil operam em diferentes disputas de poder travadas na sociedade, contribuindo direta ou indiretamente para demarcar posições de campo a campo. Nesse panorama, os ensaios atuariam, de forma reflexiva,

como uma espécie de metalinguagem da sociedade brasileira, como “uma semântica histórica que participa da configuração de processos sociais mais amplos, como o da construção do Estado-nação” (BOTELHO, 2010, p. 61). O que essa perspectiva evidencia, portanto, é o alastramento e a penetração das diferentes interpretações no universo prático e de tomada de decisões em que se organizam os diversos atores desde a vida política e econômica brasileira até a produção cultural.

Ainda de acordo com o sociólogo, a difusão do padrão científico-monográfico de corte cartesiano, que passou a orientar a produção intelectual nos primórdios da institucionalização das ciências sociais no Brasil, contribuiu para demarcar uma falsa oposição entre as ciências sociais acadêmicas, finalmente científicas, e os ensaios, que seriam pré-científicos. Uma percepção que as décadas de 1970 e 1980 radicalizariam, em “que os ensaios e interpretações do Brasil acabaram por ser desqualificados como ‘meras’ ideologias” (BOTELHO, 2010, p. 51). É esse, de certa maneira, o caso da análise que Carlos Guilherme Mota conduz em relação à *Casa-grande & senzala*, em *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)* (1977), para quem

Obras como essa, de alta interpretação do Brasil, produzidas pela vertente ensaística, na verdade *encobrem*, sob fórmulas “regionalistas” e/ou “universalistas”, o problema real que é o das relações de dominação no Brasil. [...] O que está em pauta, antes de tudo, é saber até que ponto fórmulas regionalistas estreitas ou em contrapartida, universais demasiado genéricas, encobrem a história das relações de dominação, em que mitos como o da democracia racial e do luso-tropicalismo servem ao fortalecimento de um *sistema ideológico* no qual se perpetua a noção de *cultura brasileira*. O eruditismo e o bem escrever constituem o revestimento do ensaísmo social característico dos filhos das oligarquias regionais (MOTA, 2008, p. 98-99).

Não parecem exageradas as críticas desenvolvidas por Mota sobre as teses de Gilberto Freyre, no excerto, mas elas talvez exponham uma imprecisão de foco. Os argumentos aduzidos pelo intelectual de Apipucos acerca da constituição patriarcal da sociedade brasileira contribuíram para difundir um controverso paradigma de ideais gerais, como “democracia racial” e “luso-tropicalismo” – sua apropriação institucional pelo Estado Novo advoga a favor dessa conclusão. Entretanto, o historiador da USP associa as inconsistências de *Casa-grande & senzala* ao ensaísmo e ao que qualifica como método ambíguo da obra, nem científico nem literário, denotador de uma liberdade que refletiria mais a desordem do que a escolha metodológica. Além disso, o foco crítico de Mota sobre o ensaísmo deixa a impressão duvidosa de que os ardis do

bem escrever de Freyre pudessem expiar as apropriações e os efeitos críticos relacionados à recepção e à circulação da obra do pernambucano.

Apesar de a tradição ensaística ter representado aos olhos universitários, portanto, um desvio em relação ao rigor científico de base positivista, seu desenvolvimento e suas conclusões não descuram necessariamente de metodologia ou de intenções objetivas. Como sustenta Botelho, ao lado de Milton Lahuerta, da UNESP, “A preocupação de revelar o caráter ideológico presente em tais proposições levou a que se considerassem as ações inspiradas nelas como não relevantes, pois expressivas de uma ‘falsa consciência’” (BOTELHO & LAHUERTA, 2005, p. 10). Para Botelho, as diversas abordagens ensaísticas trazem ganhos relativos, tanto quanto as monografias científicas, que contribuem para a reflexão sobre o tipo de sociedade que se desenvolve no país. É também sob essa perspectiva mais acolhedora, igualmente rigorosa, que o historiador José Carlos Reis aborda a tradição de interpretações do Brasil. *Em Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC* (1999), ele escreve:

Na nossa perspectiva, os “intérpretes do Brasil” [...] que se sucedem, não se eliminam; os autores posteriores podem até ser melhores do que os anteriores do ponto de vista teórico-metodológico, na abrangência e profundidade de sua análise, mas não os substituem nem os tornam descartáveis.

[...]

Em um progresso dialético, as interpretações posteriores podem até ser mais seguras e reunir melhor as dimensões temporais – mas não eliminam o valor e a necessidade das anteriores. Cria-se, então, uma “verdade histórica caleidoscópica”. O Brasil, por exemplo, é conhecível, não através de uma ou outra interpretação em particular e isolada, mas pelo conjunto delas, pelo confronto e diálogo entre as várias interpretações feitas em épocas distintas. A síntese não seria uma integração de todas as interpretações em uma única e superinterpretação. A síntese seria um diálogo entre todas, que se esclarecem pelo reconhecimento e contrastação recíprocas (REIS, 1999, p. 12-13).

O historiador segmenta seu *corpus* de investigação a partir de duas frentes de leitura, a saber, teses conservadoras, em que estabelece uma linhagem de pensamento que vai de Varnhagen a Freyre, e teses revolucionárias, que se deslocam de Capistrano de Abreu a Fernando Henrique Cardoso. A primeira corrente, denominada de “descobrimento do Brasil (1850-1930)”, estaria representada por autores que “priorizam a continuidade em relação à mudança, que preferem o passado brasileiro ao futuro, preferem o Brasil português ao Brasil brasileiro, o Brasil tradicional ao Brasil moderno. Desde essa perspectiva, o futuro do Brasil deverá ser ou o mesmo passado ou a melhoria do passado” (REIS, 1999, p. 16). A ela contrastaria a corrente do “redescobrimento do Brasil (1900 a 1960-70)”, cujos autores “priorizam a mudança em

relação à continuidade, variando a ênfase, preferem a ruptura com o passado [...]. O Brasil futuro deveria continuar, acelerando e aprofundando, a ruptura que se desenhava desde o início da colonização” (REIS, 1999, p. 17).

A partir dessa sistematização, contraditória em certos aspectos, Reis pode circular entre diversas correntes interpretativas de maneira mais dinâmica, reconhecendo a validade complementar de abordagens dos dois lados e procurando explorar, muitas vezes, posicionamentos divergentes que constituiriam, segundo ele, a “verdade poliédrica” do Brasil. O que mais incomoda nessa abordagem, entretanto, é a ideia de síntese, uma vez que ela traria em seu bojo a impressão de que os autores selecionados, bem como as perspectivas de análise reunidas por eles e analisadas por Reis, compõem uma espécie de rol taxativo de interpretações, as quais seriam capazes de reunir, em progressão dialética, a interpretação social final sobre o Brasil. Nesse ponto, o próprio dinamismo teórico esquematizado pelo autor, que se prolongaria em espiral pelo futuro, fica comprometido pela interrupção restritiva imposta pela escolha analítica de um último autor, como se ela demarcasse o fechamento do bloco das interpretações possíveis.

VPB parece composto a partir dessa mesma amplidão caleidoscópica perseguida por Reis em sua análise. No romance, o autor trabalha uma série de representações que tocam diretamente diversas teses de interpretação social brasileira, que não são abordadas de forma excludente. Ao contrário, elas revelam a dimensão de tensão e de conflito do processo histórico local. A identificação dessa dialogia textual decorre de um esforço de inferências, em que a obra do itaparicano está imersa em um amplo universo de textos, que ora remetem a tais teses, ora elas ao romance. Nesse sentido, a análise aqui se concentra, em certa medida, em verificar de que forma essas representações dialógicas são abordadas no romance e o que ele acrescenta ao debate sobre o processo de formação da sociedade brasileira.

Essa dimensão de tensão mencionada acima, que sustenta a potência narrativa de *VPB*, dificulta a acomodação do debate do romance em termos de oposições simplificadas sobre a formação do país. O Brasil e os brasileiros são tematizados no romance como país e sociedade dinâmicos, fundamentalmente heterogêneos, e interligados aos fluxos globais de modernização. As perspectivas dicotômicas que insistem em abordagens fragmentárias, sustentadas em oposições como atraso e progresso, moderno e tradicional, regional e universal, acabam criando barreiras a uma análise sobre a realidade brasileira segundo o ponto de vista desse dinamismo e da

vinculação do país ao capitalismo mundial. Nesse sentido, essas oposições que, de uma forma ou de outra, comporiam a sociedade brasileira são melhor compreendidas enquanto contradições.

Transformadas em contradições estruturantes, essas oposições binárias passam a caracterizar um processo histórico de formação social cujos diferentes projetos de modernidade evidenciam não o atraso ou a inadequação da sociedade brasileira em relação às nações desenvolvidas e ao paradigma capitalista, mas antes sua vinculação subordinada e periférica ao processo geral de desenvolvimento econômico. André Gunder Frank, importante referência da tradição da teoria marxista da dependência, em “O desenvolvimento do subdesenvolvimento” (1966), artigo seminal dessa corrente teórica, afirma que:

o subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas e à falta de capital em regiões que permaneceram isoladas da corrente geral da história. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo processo histórico mesmo que gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo (FRANK, 1966, tese IV).

O autor acentua o diagnóstico segundo o qual países periféricos, como o Brasil, não só estão visceralmente integrados ao processo histórico de base capitalista, mas também se desenvolvem nele a partir de um movimento desigual e combinado. Essa percepção, que avalia o subdesenvolvimento não como estágio de desenvolvimento, mas como parte integrante do desenvolvimento do capitalismo, já podia ser encontrada, de certo modo, na obra de Caio Prado Jr. e ecoa também nas conclusões posteriores de Francisco Oliveira (1987), quanto às limitações do argumento cepalino da dependência, e de Antonio Robert de Moraes (2000), sobre a formação estrutural do capitalismo.

A tese de Gunder Frank é importante, na mesma medida, porque entende a modernidade como um fluxo global, do qual sociedades de todo o mundo participam, ainda que desigualmente. Assim, evitam-se generalizações e restrições analíticas que demarcam lugares modernos e não modernos, atrasados e desenvolvidos, as quais balizaram as interpretações sobre a formação da sociedade brasileira, especialmente na tradição ensaística. As diferenças consistem, nesse sentido, no modo particular como a modernidade, idealmente ligada ao centro do capitalismo, se estrutura nos países centrais e periféricos. O Brasil, portanto, mais do que deixar ver, em seu território e em sua produção cultural, pontos esparsos de elementos modernos e de complexidade econômica, intercalados com outros de atraso e de baixo desenvolvimento, fundamenta-

se a partir da contradição permanente de uma modernidade derivada do choque entre elementos de um passado pretensamente atrasado e de um presente que se alimenta do mito da modernidade plena.

Essa percepção está relacionada a outro ponto do trecho da obra de Frank, citada acima. O subdesenvolvimento brasileiro não deriva, como de certa forma analisam Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, da direta perpetuação de instituições arcaicas ligadas ao mundo ibérico, baseadas no personalismo afetivo, no patriarcalismo político e no estamento patrimonial. Sob a análise de Gunder Frank, o Brasil está plenamente integrado à dinâmica moderna, ainda que de maneira periférica e desigual. Assim, as razões para o “atraso” do país, no sentido da abordagem desse autor, seriam melhor questionadas se levassem essa particularidade analítica em conta, superando a lógica de oposição binária que tematiza, sem avaliar conjuntamente, o contraste entre os locais do progresso e aqueles do atraso, como se o centro do capitalismo reunisse integralmente as virtudes impessoais e burocráticas de que a periferia estaria privada.

Não seria possível abordar o romance de João Ubaldo sem que essas questões mais amplas fossem previamente discutidas. Os pontos de vista desenvolvidos acima orientam uma percepção do romance em que se quer retrabalhar as noções generalizadas de incompletude, de atraso e de malformação da sociedade brasileira, as quais atravessam as interpretações do Brasil, procurando estabelecer marcos mais palpáveis de análise, que não se restrinjam à leitura de grandes imagens alegóricas do país e de seu povo nem à identificação estéril de oposições. *VPB*, vale a pena reiterar, se desenvolve na tensão dinâmica de termos contraditórios e sua força narrativa reside exatamente aí.

O diálogo entre o Cônego Visitador D. Francisco Manoel de Araújo Marques e Amleto Ferreira, no início do romance, explora com particular sutileza as relações de contraste e de continuidade com o passado colonial que o Brasil recém-emancipado trazia em seu panorama. Durante visita às propriedades do Barão Perilo Ambrósio, em meados de 1827, Amleto e o cônego se opõem em relação à fonte de combustão que alimentava a caldeira do barco a vapor em que navegavam, revelando, de algum modo, a inflexão intelectual que transferiu a senha explicativa dos fenômenos naturais do conhecimento especulativo e filosófico clássico, representado por D. Francisco Manoel, ao racionalismo científico, conforme a argumentação de Amleto. Eis abaixo o trecho:

– Pensava eu que Vossa Reverendíssima, Monsenhor, ao mencionar o elemento flogístico, queria referir-se chistosamente a um conceito que, segundo posso apurar das poucas fontes de leitura e informação que estão a meu alcance, já é tido como da filosofia natural antiga, sabendo-se que hoje a moderna ciência dos corpos inanimados tem o fogo na conta do resultado da combustão, tanto assim que...

[...]

– Querem os naturalistas ímpios – disse muito alto – fazer revogar a existência do elemento flogístico, como querem revogar a própria existência divina, é uma analogia inevitável para eles. Mas não, senhor guarda-livros, a mera lógica, sem o recurso da fé, desmoraliza-os. A mera lógica! (RIBEIRO, 1984, p. 65-68)

Antes de chegar a essa conclusão moralista, o cônego, a partir do método maiêutico, como ele próprio cita, procura vencer seu oponente em um jogo retórico de que apenas ele faz parte, mas ao qual Amleto acaba cedendo, dadas as conveniências impostas pela situação. De qualquer forma, o que o trecho traduz, sub-repticiamente, são duas formas de encarar o mundo, orientadas por paradigmas intelectuais distintos. Enquanto o eclesiástico advoga pela manutenção de uma ordem das coisas ancorada na tradição colonizadora e em valores hierárquicos, Amleto, como se sabe, quer romper com a condição subalterna e bastarda que ocupa. O discurso racionalista – diga-se, no limite, moderno – que ele conserva ao longo do romance, se insinua as mudanças liberais de que pretende se beneficiar, não questiona, contudo, as instituições então vigentes, por exemplo, a escravidão e o estado monárquico. O que ele deseja, no fim, é simplesmente aceder às possibilidades práticas do capitalismo, sem que para isso tenham que ser alteradas condições sociais ou políticas mais gerais.

Ora, não é que Amleto personifique, de um lado, enquanto mulato, bastardo, estrategista, racional e ganancioso, a mudança e o moderno e que o cônego D. Francisco Manoel, por outro lado, represente, como branco, nobre, dogmático, bem-educado, tradicionalista, o antigo e a conservação. Ambos se fundam em contradições inconciliáveis cujo apagamento, em favor de uma visão parcial e retilínea desses personagens, tira a dimensão de tensão a partir da qual são construídos e a qual sustenta o interesse que despertam. Para ilustrar, no cônego, tal contradição é notada, logo de cara, pelo elogio à escravidão, apesar do humanismo cristão, e em Amleto, por sua vez, pela negação de sua origem pobre e de sua cor, bem como por seu elitismo superveniente, por seu conservadorismo, e por sua convivência, enquanto capitalista liberal, com a escravidão vigente.

Há como questão de cerne de *VPB* uma tensão marcante entre os elementos nacional e estrangeiro, tematizada principalmente a partir de personagens das classes

dominantes. O foco no século XIX, ao longo do qual o país se emancipa e se efetiva como nação soberana, apesar do aprofundado estágio de dependência externa, e a adição de alguns episódios datados no início e na segunda metade do século XX dão a dimensão, no romance, da relevância daquele período para o modo como se plasmaria a sociedade brasileira em relação a si e ao mundo. Em *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*, Rita Olivieri-Godet aborda esse ponto, explorando o que as elites descritas no romance trariam de continuidade do elemento colonizador. Para ela,

O romance também mostra a permanência dessa lógica do colonizador entre os representantes das elites brasileiras: desde Perilo Ambrósio até os descendentes de Amleto Ferreira, os representantes das classes economicamente favorecidas são caracterizados por um comportamento que alia a exploração, em seu próprio proveito, dos recursos do país e do povo brasileiro a uma atitude de difamação para com essa terra. São representados em sua inadaptação, com os olhos sempre voltados para a Europa (ou no século XX, para os Estados Unidos) o que revela de fato, uma recusa de identificação com o povo e de pertencimento a essa terra (OLIVIERI-GODET, 2009, p. 70).

Neste trabalho, pretende-se problematizar esse ponto a partir de outro foco. Sem uma discussão mais abrangente acerca dessa “inadaptação” e desse olhar perpétuo para fora, não parece possível compreender as razões para concluir, como quer Olivieri-Godet, que se trata de “uma recusa de identificação com o povo e de pertencimento a essa terra”. A questão tem calagem mais funda e a mera exposição dos elementos que compõem a tensão referida acima não a esclarece. De saída, é preciso averiguar a pertinência do argumento que considera as elites locais inadaptadas aos trópicos e ao país. Essa é uma tese bastante controversa, como se observa, inclusive, pelo conceito de plasticidade social desenvolvido por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936). Para o autor, a plasticidade seria um dos raros traços positivos característicos do iberismo lusitano, o qual teria permitido ao colonizador português a eficiente adaptação a essa parte do mundo.

Essa característica, que seria permanente no colonizador português, teria se firmado como traço posterior do tipo ideal brasileiro, o homem cordial, conforme procura sustentar Holanda. Excetuado o que há de essencialista nesse conceito, a plasticidade representaria a virtude pela qual o português se firmou no ambiente hostil dos trópicos e que propiciou a assimilação social e racial dos elementos indígenas e especialmente africanos (SOUZA, 2000, p. 164). A partir dessa perspectiva de Sérgio Buarque, a questão do desterro ou da inadaptação, a que a pesquisadora da Universidade

de Rennes se refere, já teria sido superada por traços genéricos de personalidade, herdados do mundo ibérico. Para além dessa abordagem, que não dispõe de respaldo analítico muito claro, é possível encarar a questão a partir de argumentos ligados à organização social, cujos lastros na realidade se mostram mais palpáveis.

No âmbito de *VPB*, considerando que são brasileiros todos os representantes de elite descritos, mesmo que alguns deles tenham nascido antes da formalização da independência do Brasil, o dilema do desterrado, ou do inadaptado, cultivado sobretudo nos salões da elite, faz ainda menor sentido, uma vez que suas riquezas e suas experiências sociais estão material e simbolicamente vinculadas ao espaço geográfico, social e de ideias em que ele vive. Esse dilema está balizado por um ponto mais geral, ancorado na tensão entre o nacional e o estrangeiro, que precisa ser desenvolvido. Acredito que o tópico dessa tensão, inevitável e permanente constituidora da vida prática e intelectual no Brasil, pode ser melhor investigado, no romance, sob a contradição existente no seio de uma elite nacional que, apesar de se sentir desterrada e aparentemente desconfortável no Brasil, paradoxalmente não abre mão de se autorreferenciar como comprometida e responsável pelos rumos do país.

Em *VPB*, o primeiro personagem a tematizar, na sequência linear de páginas do romance, de forma mais clara essa contradição é o Cônego Visitador D. Francisco Manoel de Araújo Marques. Na mesma viagem às terras do barão, ele adverte para a árdua tarefa de construção da nação que a elite brasileira teria diante de si, estando moral e intelectualmente ilhada em um país perverso e rústico:

Onde está o Grão-Capataz indispensável para organizar o elemento servil e o elemento intermediário, deixando assim à aristocracia nacional a tarefa de erguer aqui uma verdadeira cultura, uma verdadeira civilização? Onde vemos o traçado dos destinos nacionais? O nosso fardo é pesado, nossa senda é madrastra, mais do que nunca *ad augusta per augusta!* [...] Tenho, apesar de tudo, fé e confiança no futuro, pois que, louvado seja Deus, homens como o Senhor Barão ainda adornam nossa vida pública, nosso comércio, nossa indústria e nosso governo, e eles não permitirão, não deixarão, não consentirão, não admitirão que o sol da verdade seja obumbrado pela nuvem atra da ignorância e da inconsciência! (RIBEIRO, 1984, p. 125-126)

As considerações do cônego refletem a convicção de que a “aristocracia nacional”, composta exclusivamente por contingente europeu, e não se espera que seja de outro modo, como foi analisado no capítulo anterior, seria a única parcela responsável pela ordenação, administração e progresso da sociedade brasileira. No rígido sistema hierárquico imaginado por D. Francisco Manoel, mais do que o senso de

responsabilidade, os membros dessa nobreza local, somente eles, reuniriam as qualidades morais e as aptidões intelectuais para a tarefa. É irônico, no discurso do cônego, que o compêndio das pretensas virtudes de nossa elite esteja representado no Barão de Pirapuama, que ostentava formação cultural débil e que ignorava solenemente os rumos de seus negócios. Sua fortuna adivinha da posição que encenou nas guerras de confirmação da independência do Brasil, em que fingiu ser defensor das causas locais, contra os próprios pais, portugueses, para herdar sozinho todo o patrimônio da família “traidora”. Eis a narrativa:

Se queria que os brasileiros prevalecessem, não era por ser brasileiro – e na verdade se considerava português –, mas porque, expulso de casa, abominado pelos pais e por todos os parentes, sob ameaça de deserção, deliberara adquirir fama de combatente ao lado dos revoltosos. Desta maneira, seu pai, fiel à Corte, já foragido e acusado de todos os crimes e perfídias concebíveis, poderia perder tudo com a vitória brasileira, passando os bens muito justamente confiscados a pertencer ao filho varão, distinto pelo denodo empenhado na causa nacional. (RIBEIRO, 1984, p. 23)

Esse trecho não é menos emblemático da contradição ora examinada. Não surpreende que Perilo Ambrósio queira transparecer-se brasileiro justamente no momento em que questões materiais entram em jogo. Afinal, não há vergonha da terra que justifique a abdicação de riquezas. Por mais que o personagem abnegue sua condição e seus vínculos com o país, e que tenha de afirmá-los ocasionalmente por conveniência, as relações materiais e sociais desenvolvidas pelo barão estão integralmente arrançadas naquele espaço brasileiro oitocentista. Nesse sentido, a partir do caso de Perilo Ambrósio, o que o dilema do desterro faz é tornar a evidência do vínculo à terra mais patente e, conseqüentemente, ainda mais constrangedora àquele que o nega.

Na mesma direção, a questão entre o nacional e o estrangeiro é trabalhada nas páginas que narram a viagem empreendida por Bonifácio Odolfo e sua esposa Teresa Henriqueta a Portugal, em novembro de 1869. Em solo luso, o casal expõe, nos modos de agir e nas conclusões acerca da realidade brasileira, a influência tanto da posição periférica que ocupa na ordenação do capitalismo mundial, quanto do ambiente intelectual acanhado e amesquinhado do país dependente a que está vinculado e cujo estado de miséria é diretamente responsável por manter. O trecho abaixo narra a estupefação de Bonifácio Odolfo diante de sua imagem refletida no espelho da casa de banho do palacete do Marquês de Sasseiros, deixando entrever, sutilmente, como os

desequilíbrios econômicos e culturais internos e externos influem nos comportamentos da própria elite:

Conhecia todos os termos, sabia do que gostar, do que não gostar, não deixava transparecer nervosismo nos encontros sociais, ninguém poderia dizer que era um provinciano mal-educado, típico de um país atrasado e obscuro, sem caráter próprio e sem nada que o notabilizasse. E estava apenas em Portugal, cuja importância vinha decrescendo a olhos vistos, que não podia comparar-se às grandes nações da Europa.

[...]

Bonifácio Odulfo apertou os olhos para se enxergar com mais definição, porque sua visão melhorava assim. Era um homem importante, sim, um homem muito importante, que se surpreendia pensando nos que decidiam sobre os destinos do mundo como se fossem seus pares. E logo mais estaria, ao lado de homens importantes como ele, adentrando os imponentes salões do Paço da Ajuda. O Brasil era atrasado, infinitamente atrasado e desconhecido, mas ele era importante e, pessoalmente, não tinha nada de que se envergonhar. Como, aliás, não teria vergonha nem faria vergonha, se fosse convidado do próprio Imperador de França ou da Rainha Vitória. Mas não seria, naturalmente, pois – pensou irritado – brasileiro só é importante para português (RIBEIRO, 1984, p. 472-473).

O ressentimento de Bonifácio Odulfo em relação ao Brasil expõe a contradição de uma elite que se beneficia e se estrutura a partir das condições de atraso que ela própria contribui para prolongar internamente, mas que paradoxalmente rejeita, como se de fato não fosse responsável por sua perpetuação. A importância pessoal que o banqueiro acredita possuir aparece desvinculada do espaço e da sociedade a partir dos quais ela é construída. Assim, apesar de evidente e profunda, a articulação entre o personagem e sua realidade fica apagada. Sinal de um ambiente turvado, de um lado, pela admiração em relação às modas da Europa e por uma depreciação não menos ingênua dos elementos locais e, por outro, pela indisposição de se reavaliar criticamente a posição subdesenvolvida do país.

Para Olivieri-Godet, “A leitura da viagem a Lisboa [...] desvenda a contradição fundamental das elites brasileiras: o fascínio pelo *outro* acarreta uma visão depreciadora da realidade brasileira que está na base de um apagamento do *nós*” (OLIVIERI-GODET, 2009, p. 95), o que traria consigo a perspectiva da continuidade, traduzida no desejo de perpetuação no Novo Mundo, das instituições e da cultura europeias. O problema identitário que a autora perquire, debatido na oposição nós e o outro, parece encobrir os termos da contradição. Não seria exatamente o fascínio pelo outro a razão dessa visão depreciadora, mas antes aquilo que alicerça esse fascínio fetichesco, isto é, a posição cultural e economicamente subalterna que o país tem tradicionalmente ocupado na ordem mundial.

Anos depois, em 1889, após abandonar Salvador e se instalar com a família e a sede do banco no Rio de Janeiro, em um deslocamento previsível em direção ao centro econômico e político do Brasil, o banqueiro Bonifácio Odulfo não apenas se desresponsabiliza, mas se considera vítima da aridez intelectual e da pobreza que assolam o país:

Havia muito tempo, decidira pela inutilidade de tentar comunicar sua experiência, tão rica e variada, que ele considerava uma marcha em direção à sabedoria, sabedoria que cada vez mais percebia como parte inseparável de sua personalidade. Impossível partilhar tal viagem com alguém, impossível reconstituir todos os passos, ainda mais que se via, honestamente, como uma espécie de gênio. Mais que isso, um *leader*, um homem capaz de influenciar diretamente os destinos da Nação. Quantas vezes, em momentos solitários e pensativos, não compreendera a realidade com tanta clareza que se deslumbrara, quantas vezes não tinha tido a experiência de ver a verdade, em toda a sua luminosa transparência? Mas como comunicar isto, como fazer alguém mais ver algo que dependia tanto da observação sensível e inteligente, ao longo de uma vida inegavelmente estimulante? Como falar de civilização a quem jamais esteve na Europa e julgava que, pelas pálidas imagens oferecidas nos livros, sabia de alguma coisa? Impossível, chegava até a desesperar um pouco. Afinal, era mais ou menos como ser estrangeiro no próprio país. E também não era europeu, não tinha, de certa forma, uma nacionalidade, no sentido espiritual. Seria esse o destino dos homens de *élite*? Que solidão causam o gênio, a sensibilidade, o conhecimento, chega a ser melancólico (RIBEIRO, 1984, p. 539-540).

A reflexão íntima do personagem, como procurei argumentar anteriormente, mais reforça seu pertencimento ao país do que justifica seu desterro. Juntamente com o excerto anterior, esse trecho lança luz sobre outro aspecto relevante, corolário dessa perspectiva de desconstrução da ideia da inadequação local. Bonifácio Odulfo sente-se, de alguma maneira, apátrida na configuração social brasileira do fim do século XIX. Sabe-se não europeu, mas não reconhece no Brasil nem na sociedade do período a força para sustentar um sentimento mais estrito de nacionalidade. É assim que, espiritualmente, o banqueiro não se identifica como brasileiro e prefere enxergar-se como membro da elite, posição em que, invariavelmente, se sentiria acima de qualquer coetâneo, cultivando um cosmopolitismo incerto e vago. Nesse particular, interessa atentar para o fato de que são o gênio intelectual e a sensibilidade incomuns os atributos de distinção que o tornam membro da casta, de forma que o modo como sua fortuna é materialmente construída aparece apenas como resultado desses atributos superiores.

Essa sensação de não pertencimento, que encontra em Bonifácio Odulfo uma solução de distanciamento e exclusivismo, repercute em certo senso aquilo que Mário de Andrade denominou, ironicamente, “a moléstia de Nabuco”. Em entrevista

concedida em 1924, o escritor a definiu nos seguintes termos: “Moléstia de Nabuco é isso de vocês andarem sentindo saudade do cais do Sena em plena Quinta de Boa Vista e é isso de você falar dum jeito e escrever covardemente colocando o pronome carolinamichaelismente” (ANDRADE, 1924).¹⁸ Mário acreditava que a “cura” estaria numa estilização nacional da linguagem e na valorização dos elementos da realidade local, revelando, no entanto, adesão problemática a uma pauta nacionalista que via na reaproximação a fontes tradicionais e folclóricas a forma de promover o resgate de um Brasil em estado bruto.

A moléstia adviria da confissão feita por Joaquim Nabuco, em *Minha formação* (1900), de que se sentia deslocado frente a singeleza material e o acanhamento cultural do Novo Mundo, mas, a um só tempo, um *squatter*, isto é, um intruso na vida civilizada dos países centrais. Silviano Santiago, em *O cosmopolitismo do pobre* (2004), contrapõe essa percepção colonizada, que vingou entre nossas elites econômica e intelectual do período, a partir do argumento de Machado de Assis, desenvolvido em seu célebre “Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade” (1873), segundo o qual a superação para o problema estaria, pelo menos no homem de letras, no dimensionamento de si como “homem do seu tempo e do seu país” (ASSIS, 1994, p. 804).

De acordo com Santiago, na equação de Nabuco, haveria um pertencimento indesejado ao espaço local, acompanhado por um pertencimento desejado às ideias produzidas além-mar. No dilema de Bonifácio Odulfo, por ingenuidade ou comodidade, ele não quer enxergar a realidade que o cerca, tampouco investigar o processo por meio do qual sua família passou a ocupar lugar superior na arquitetura social brasileira. Em relação a esse ponto, parece pertinente mencionar o artigo “Leituras em competição” (2006), no qual Roberto Schwarz analisa a correlação, aqui investigada, entre periferia e centro cultural, de um lado, e periferia e centro econômico, de outro, a partir de uma crônica de Machado de Assis, “O punhal de Martinha” (1878). De acordo com o crítico:

Enquanto outros escritores buscavam a cor local em regiões e classes pouco tocadas pelo progresso, Machado foi detectá-la em nossas classes mais civilizadas, ou universais: o frequentador carioca de Tito Lívio, que zomba dos compatriotas desfavorecidos e no íntimo se ofende com o seu destino à margem do mundo, não é menos pitoresco do que Martinha (SCHWARZ, 2006, p. 78).

¹⁸ Entrevista de Mário de Andrade, *apud* SILVIANO, Santiago. Mário, Oswald e Carlos, intérpretes do Brasil, p. 14.

A partir da argúcia de Machado de Assis, Schwarz sugere que a elite local não está, como crê, desterrada, mas que, ao contrário, se estrutura a partir de uma realidade nacional cujos problemas ela é diretamente responsável por manter e agravar. Ainda segundo o crítico, sobre o personagem de “O punhal de Martinha”, “O objeto último da queixa, se estivermos certos, é a ordem mundial desequilibrada” (SCHWARZ, 2006, p. 78), em que o subdesenvolvimento brasileiro é apenas produto da expansão capitalista e parte integrante do sistema global de produção. Não é distante o dilema, ou a confissão “pitoresca”, do personagem de Machado daquele experimentado por Bonifácio Odulfo. Ambos se ressentem do “destino à margem do mundo” e o desconforto que compartilham sinaliza para a inconsistência daqueles que não conseguem ser, a um só tempo, “homem do seu tempo e do seu país”. Parece consistir justamente nesse descompasso, de não se vincular a seu tempo e a seu país simultaneamente, a razão de perpetuação, ao longo de séculos, de um discurso e de uma postura alhurista pela elite local.

A proposição de Machado, nesse sentido, condensa reflexões mais lúcidas para uma real autonomização do Brasil, e isso não apenas em termos de produção cultural. Ela posiciona internamente o ponto de inflexão para nossa emancipação, sem que se perca, contudo, o vínculo intrínseco com o elemento estrangeiro. Esse ideal crítico, que se consolidaria pela via do desenvolvimento independente e livre, se estabelece como horizonte de saída aos problemas de ordem material e intelectual que o Brasil enfrentava. Os rumos históricos e os grupos dominantes que se alternaram nos cumes do poder político-econômico, como se sabe, não confirmaram o desembaraço teórico de Machado de Assis. Pelo contrário, o que se observou, em regra, apesar de projetos nacionalistas pontuais, foi o aprofundamento dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais no país.

Para alguns críticos do pensamento social brasileiro, esse contraditório desconforto de elite tratado no romance pode estar relacionado ao modo como o Brasil foi analisado, ao longo do século XX, nas grandes interpretações de sua formação social. Eles acreditam que o mal-estar colonial cultivado no âmbito do pensamento local deriva da interpretação das singularidades nacionais a partir do metro do mundo anglo-saxão, paradigma weberiano por excelência de eficiência do protestantismo ascético. Esse mal-estar se revelaria em dois aspectos: primeiro, na crítica ao caráter imitativo da cultura brasileira e, segundo, na deficiência das instituições jurídico-políticas locais. É assim que, de acordo com Luiz Werneck Vianna, do IUPERJ,

O ‘nosso’ Weber [...] tem sido convocado pela literatura predominantemente para explicar o *atraso* da sociedade brasileira, com o que se tem limitado a irradiação da sua influência a uma sociologia da modernização. Daí que a mobilização desse autor, pela perspectiva do *atraso*, se faça associar ao diagnóstico que reivindica a *ruptura* como passo necessário para a conclusão dos processos de mudança social que levam ao moderno. [...] Assim é que o ‘nosso’ Weber incide bem menos na inquirição das patologias da modernidade do que nas formas patológicas de acesso ao moderno (VIANNA, 1999, p. 174).

Para Max Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, as noções de atrasado e moderno estariam ligadas a uma percepção evolucionista formal, baseada em estágios de desenvolvimento hierarquizáveis por critérios morais e cognitivos e não histórico-materiais, como na visão marxista. Nesse contexto, o protestantismo ascético representaria uma experiência histórica de moldar eticamente o mundo a partir de um senso de responsabilidade, traduzido na capacidade de subjetivação da problemática moral pelo indivíduo. O seu produto mais acabado, como sustenta o sociólogo Jessé Souza,

é o indivíduo capaz de criticar a si mesmo e a sociedade em que vive. Esse indivíduo liberto das amarras da tradição é o alfa e o ômega de tudo que associamos com modernidade ocidental, como mercado capitalista, democracia, ciência experimental, filosofia, arte moderna, etc. (SOUZA, 1999, p. 28).

Essa “revolução da consciência protestante ascética” seria a razão, portanto, da superioridade do racionalismo ocidental em face de outros racionalismos culturais, nos termos da teoria weberiana. A ética do trabalho, o interesse de longo prazo, a cooperação social e o controle racional dos afetos constituiriam a singularidade exemplar do ocidente protestante. Sob esse ponto de vista de Weber, a Inglaterra e os Países Baixos representariam a versão racionalista e individualista por excelência desse protestantismo, que teria eficientemente migrado com os colonos para o território dos Estados Unidos, contraponto clássico do modelo de formação social brasileiro, dada a inevitável comparação entre as duas realidades coloniais.

A prevalência desse paradigma de análise sobre a formação brasileira acabou por acomodar uma visão sobre o país e sua sociedade definida a partir do descompasso em relação às “sociedades avançadas” do centro do capitalismo. Essa atitude teria contribuído para o desenvolvimento de uma análise inautêntica do processo de modernização do país, pois que balizada por parâmetros externos, que estabeleceu índices identitários regulados por ausências e faltas. Na obra *A modernização seletiva*:

uma reinterpretação do dilema brasileiro (2000), em que Jessé Souza se propõe a reavaliar os fundamentos críticos que qualificam o atraso brasileiro, o autor explicita com maior precisão as consequências dessa análise:

Importante aqui é ressaltar que a sociologia da inautenticidade do processo de modernização brasileiro articula soluções e problemas que formam um sistema. Iberismo, personalismo, patrimonialismo são termos intimamente interligados como uma explicação tanto para nosso atraso social como para nosso (sub)desenvolvimento. A influência dessas ideias sobre a vida cotidiana de cada brasileiro é gigantesca. Ela constitui nossa autoimagem dominante, seja na dimensão das ideias, seja na dimensão da prática social e política (SOUZA, 2000, p. 207).

Dessa forma, os vícios de origem localizados no processo de formação social do Brasil ativam uma cadeia de oposições binárias que desqualifica o elemento brasileiro à proporção que valoriza o paradigma de modernidade anglo-europeu. Assim, tem-se, ilustrativamente, o racional versus o instintivo, a ordem contra a desordem, a burocracia em oposição ao interesse pessoal, a aventura versus o trabalho duradouro etc. Enfim, ao Brasil estariam reservadas características pré-modernas como traços identitários; aos países de centro, por sua vez, a plenitude dos traços próprios à modernidade do ocidente protestante como marcas distintivas. De acordo com Roberto Moreira, sociólogo da UnB, “para os mais importantes pensadores brasileiros a busca da singularidade nacional sempre esteve atrelada a uma adesão acrítica ao que Souza chama de ‘projeto cultural do protestante ascético’” (MOREIRA, 1999, p. 205). Na concepção de Holanda, por exemplo:

Nossa tradição cultural seria ‘individualista-amoral’, incapaz de superar o imediatismo emocional que caracteriza as relações sociais dos grupos primários como a família. Uma vez que as instituições modernas mais importantes, como o Estado e o mercado, teriam como pressuposto a superação do horizonte da solidariedade familiar, aí estaria a causa do nosso descompasso político e econômico (SOUZA, 1999, p. 33).

Em Roberto DaMatta, normalmente associado a uma visão mais culturalista de análise antropológica, a questão é mostrada de modo não menos problemático. Na obra de divulgação intitulada *O que faz o Brasil, Brasil?* (1984), coincidentemente publicada no mesmo ano de *VPB*, o antropólogo procura resumir algumas de suas principais formulações teóricas, como as dualidades casa e rua, carnaval e ordem, além de tentar conceituar o volátil “jeitinho brasileiro”. Entretanto, os argumentos passam ao largo de noções de classe ou de grupos sociais, procurando plasmar, em fins do século XX, um

tipo ideal vago e estereotipado de brasileiro. Sem se atentar para os efeitos da estratificação social própria do capitalismo, a análise do autor sobre a insolúvel questão da identidade nacional escorrega para um generalismo superficial. No trecho seguinte, vê-se como, na argumentação do autor, alguns valores e hábitos pontuais são acriticamente tornados nacionais:

É certo que eu inventei um “brasileiro” e um “americano” que o acompanhava por contraste linhas atrás, mas quem me garante que aquilo que disse é convincente para definir um brasileiro foi a própria sociedade brasileira. Ou seja: quando eu defini o “brasileiro” como sendo amante do futebol, da música popular, do carnaval, da comida misturada, dos amigos e parentes, dos santos e orixás etc., usei uma fórmula que me foi fornecida pelo Brasil. O que faz um ser humano realizar-se concretamente como brasileiro é a sua disponibilidade de ser assim. Caso eu falasse em elegância no vestir e no falar, no gosto pelas artes plásticas, na visita sistemática a museus, no amor pela música clássica, na falta de riso nas anedotas, no horror ao carnaval e ao futebol etc., certamente estaria definindo outro povo e outro homem. Isso indica claramente que é a sociedade que nos dá a fórmula pela qual traçamos esses perfis e com ela fazemos desenhos mais ou menos exatos (DaMATTA, 1986, p. 17-18).

Para além da manutenção do binômio – lá estão os EUA novamente –, o que se nota a partir dessa citação é a institucionalização de determinados valores, e não de outros, como características balizadoras da identidade brasileira. O mais sério dessa abordagem inconsistente, que goza de respaldo científico, dado o lugar de fala ocupado pelo antropólogo, reside na aceitação acrítica de valores e de normas específicas como se elas existissem no mundo externo e como se agissem misteriosamente sobre indivíduos e espaços sociais. Desacompanhados de uma análise sobre os mecanismos que os alimentam, os traços selecionados por DaMatta acabam sendo tomados no real da vida cotidiana como se aglutinassem e traduzissem os sinais absolutos de constituição de um certo tipo social, no caso o brasileiro. Ademais, não bastasse a identificação do tipo ideal local a partir de índices opostos àqueles próprios dos espaços convencionais de modernidade, o autor os folcloriza, vinculando a perspectiva de singularidade brasileira a uma chusma de preconceitos e de generalizações de senso comum, como se a partir deles devêssemos nos definir e sentir orgulho.

Interpretações como as de Sérgio Buarque e de Roberto DaMatta, guardadas as particularidades, que procuram perceber os “pontos falhos” da formação social brasileira a partir da herança ibérica, seja ela por meio do personalismo ou do patrimonialismo estatal ou relacional, estabelecem pontos de ruptura para a modernização do país que passariam necessariamente pela superação de traços

identitários ligados à colônia, como se o Brasil não estivesse intrinsecamente envolvido na dinâmica da modernidade global, em contraposição ao que analisei anteriormente. Como evidenciam os posicionamentos do cônego D. Francisco Manoel, de Perilo Ambrósio e de Bonifácio Odulfo discutidos acima, o romance de João Ubaldo ficcionaliza essa tensão crucial entre o nacional e o estrangeiro, sob a vertente weberiana hegemônica de interpretação do Brasil, a partir de diferentes formas e em diferentes tempos históricos.

As diferentes abordagens ao longo de *VPB* indicam tratar-se, portanto, de uma questão perene no debate de ideais local, cujo problema de fundo permanece o mesmo, o Brasil se constitui por uma sociedade deficiente, a qual faltariam os elementos de que o padrão civilizatório europeu dispõe. Ao tematizar essas situações e ao empregar sobre elas um ponto de vista irônico, João Ubaldo Ribeiro ilustra a força de penetração das ideias na vida prática e na conformação da autoimagem dominante difundida entre os brasileiros. Além dos trechos elencados acima, que englobam posturas e modos de pensar de personagens oitocentistas, não surpreende vislumbrar a mesma ordenação binômica de abordagem das questões locais, na segunda metade do século XX.

É o que se poderá notar adiante nas ideias veiculadas por Ioiô Lavínio, descendente do ultranacionalista João Popó. Apenas para se ter a dimensão do ufanismo deste personagem, recordem-se os nomes de dois de seus muitos filhos, de uma de suas muitas relações, Cochrane e Labatut Popó. Como se sabe, esses prenomes se referem a dois importantes mercenários que combateram ao lado das tropas brasileiras nos conflitos de confirmação da independência. De acordo com o relato de Boris Fausto:

Papel importante na mobilização das tropas brasileiras foi desempenhado por comandantes europeus, entre os quais o oficial francês Pedro Labatut, que, antes da Independência, fora nomeado pelo príncipe regente para organizar contingentes de terra leais a ele. [...] Outro comandante europeu importante na consolidação da Independência foi Lorde Cochrane, contratado pelo imperador para enfrentar a esquadra lusa. Cochrane era um aristocrata inglês que fora excluído da Marinha britânica por um escândalo ocorrido na Bolsa de Valores, em 1814, e, a seguir, se tornara figura central da independência do Chile e do Peru (FAUSTO, 2010, p. 143).

Da mesma forma que o patriarca, Ioiô Lavínio sempre comemora o dia 7 de janeiro, data simbólica da vitória dos itaparicanos sobre os portugueses, em 1823. É em torno dessa comemoração, em janeiro de 1977, na Ilha de Itaparica, que o narrador apresenta o universo deste descendente do lendário Popó. Ioiô Lavínio é descrito como um reacionário, contrário ao getulismo, apesar de ter apoiado a aprovação da

Constituição “polaca” de 1937, crítico à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, entusiasta do integralismo e não menor admirador da ditadura militar instaurada em 1964. Por sua fidelidade política à UDN foi nomeado fiscal de rendas, cargo que lhe rendeu vida confortável, graças aos diversos favores recebidos dos fiscalizados. As vantagens pessoais e os subornos recebidos, contudo, não confrontavam, em seu íntimo, seus graves princípios de cidadão de bem. Dessa descrição já se pode avaliar o lugar de fala desse chefe de família. Em diálogo com o filho Lavinoel, Ioiô Lavínio decreta:

– O japonês é efetivamente um povo trabalhador, de mentalidade muito diferente da nossa, para ele o trabalho é tudo. Bote na mão de um brasileiro um terreno, bote na mão de um japonês outro igualzinho e você vai ver que, dentro de um ano, o japonês está rico e o brasileiro já vendeu o terreno para tomar cachaça e fazer filhos, esta é que é a realidade. Como disse o general De Gaulle, o Brasil não é um país sério. A culpa de tudo isto que está aí não é do americano, como a esquerda vive dizendo para fazer propaganda soviética, é nossa mesmo, vem da descaração, da falta de seriedade, da falta de persistência, da falta de espírito público, da falta de caráter mesmo (RIBEIRO, 1984, p. 622).

A posição de Ioiô Lavínio conserva não somente a articulação binária debatida, mas, igualmente, os termos da apropriação weberiana criticada pelos autores elencados. Ela alonga o cordão de preconceitos e de lugares-comuns que afirmam a inautenticidade do processo de modernização brasileira, reunidos no paradigma ibérico do homem cordial, personalista e patriarcal. O trecho revela, nesse sentido, o maniqueísmo existente por trás da oposição entre Brasil, visto como lugar de maleabilidade e de corruptibilidade, e os países de centro, emblematicamente os Estados Unidos, assumidos como redutos da ordem e da racionalidade, reforçando um modelo de análise que estreita sobremaneira a problematização da realidade nacional.

Para Jessé Souza, esse binarismo pode ser ainda mais problemático em termos identitários, se associado a uma dinâmica de reconhecimento vis-à-vis o outro: “Uma imagem depreciativa de povos ou comunidades pode tornar-se uma das formas mais potentes e expressivas de opressão destes. Livrar-se de uma identidade depreciativa imposta e destrutiva torna-se fundamental, seja para a vida privada, seja para a vida coletiva” (SOUZA, 1999, p. 51). Enfim, é possível notar na fala de Ioiô Lavínio a manutenção de um amontoado de estereótipos que ao invés de auxiliar uma investigação mais séria sobre questões ligadas ao processo de formação social do país, atuam apenas para embaçá-la.

As implicações da dicotomia que separa sociedades periféricas e centrais em termos de valores e características impessoais não produzem efeitos apenas no jogo de relações voltadas para o exterior. O modo como as elites locais, grosso modo, se enxergam em relação ao mundo está associado, da mesma forma, ao modo como elas se posicionam em relação aos seus conterrâneos. Os desequilíbrios externos aos que o país está ligado e por meio dos quais participa da ordem global têm, na mesma direção, repercussões endógenas tanto materiais quanto ideológicas. São muitos os estudos que reproduziram o quadro teórico de oposições que afirmavam São Paulo e, de modo mais abrangente, o Sul e o Sudeste brasileiros como lugar do moderno e do progresso, e o Nordeste, quase caricaturalmente, como lócus do tradicional e do atraso. Esse argumento deriva da repetição da tese da excepcionalidade paulista, estruturada a partir do desenvolvimento industrial daquele Estado, propiciado pelo excedente de capitais derivado da produção cafeeira de base não escravista, na transição do século XIX para o XX.

Essa percepção pode ser vista em diversos autores, sejam ensaístas, sociólogos ou críticos literários. Paulo Prado, em *Retrato do Brasil* (1926), procura demarcar a descontinuidade existente entre a formação particular de São Paulo e aquela do restante do Brasil. Para ele, caracterizavam a superioridade paulista, como escreve Botelho,

a pouca miscigenação da sua população com os africanos, e sua vantagem em relação ao restante do Brasil – esta sim uma sociedade estagnada pela colonização, pela escravidão, pelo predomínio do elemento negro na sua população e por seus pecados capitais correspondentes: a luxúria, a cobiça, a tristeza e o romantismo (BOTELHO, 2010, p. 55).

Na mesma direção, se Sérgio Buarque de Holanda enxerga no iberismo e no personalismo as raízes mais profundas da sociedade brasileira, para ele, “a modernidade e a conseqüente superação do personalismo poderiam ser representadas pelo café paulista e pelo desenvolvimento pretensamente distinto do Estado de São Paulo” (SOUZA, 2000, p. 167), como avalia Jessé Souza. Finalmente, é possível encontrar o mesmo padrão argumentativo em Alfredo Bosi, para quem o movimento modernista só poderia ter-se dado em São Paulo, reconhecidas as condições *sui generis* para a criação de obras modernistas, cujos fatores culturais mais amplos do processo histórico não poderiam se reunir em outro ponto do Brasil. Para o autor, o conflito entre o cidadão e o provinciano se faziam sentir mais claramente em São Paulo, local em que “a ruptura foi possível, porque só aqui o processo social e econômico gerava uma sede de

contemporaneidade junto à qual o resto da Nação parecia ainda uma vasta província de Parnaso” (BOSI, 1988, p. 209). *Macunaima*, diga-se brevemente, é a estetização acabada desse imaginário.

Desse modo, ideologicamente, São Paulo se firmou como espaço excepcional de modernidade, enquanto o “resto” do Brasil foi reduzido a uma espécie de território mítico, conservador de símbolos tradicionais que o atrelavam não só à manutenção do estilo de vida, mas também a indevassados valores do período colonial. Os diferentes desníveis existentes no território do país contribuem para que ainda prevaleça a percepção geral de que há lugares mais autorizados que outros na dinâmica de distribuição de poder dentro do espaço geográfico brasileiro, ainda que os territórios “avançados” representem, igualmente, microcosmos dos mesmos grandes desníveis observados nacionalmente. De qualquer forma, os efeitos práticos produzidos pela dicotomia acima explorada podem ser largamente percebidos e perpassam diferentes esferas da vida brasileira, seja no âmbito econômico, seja no insuspeito universo de produção de cultura.

No romance de João Ubaldo, esse problemático complexo de ideias pode ser avaliado na sequência do diálogo que citei anteriormente, entre Ioiô Lavínio e seu filho, em Itaparica. Suas convicções seguem nos seguintes termos:

– Sem piada não tem conversa no Brasil, papai, o senhor não sabe como é o brasileiro? O brasileiro é mulher, cachaça, futebol, carnaval e molecagem, esta é que é a verdade.

– É tristemente verdade, é verdade. Fico numa grande tristeza quando sou obrigado a concordar com isso, mas é verdade, é verdade mesmo. Você veja que os únicos lugares em que há algum progresso no Brasil são exatamente onde entrou o sangue estrangeiro, o alemão, o italiano, o japonês. Aqui na Bahia, o que é que nós temos? Os negros e o rebotalho da Europa, portugueses e espanhóis, e é isso que se vê. O Nordeste inteiro é assim. Pode se querer tapar o sol com a peneira? A verdade é dura, mas tem de ser dita. Se tivéssemos sido colonizados pelos holandeses...

– Pelos ingleses, pelos ingleses! (RIBEIRO, 1984, p. 624)

Enquanto Lavinoel confirma os estereótipos de senso comum sobre o tipo brasileiro, inadvertidamente alçados à condição de explicação científica por DaMatta, o pensamento de Ioiô Lavínio condensa o arquétipo de ideias envolvido na discussão das origens e das consequências da inautenticidade do processo de modernização brasileiro. Uma vez mais, os países do centro capitalista e seus cidadãos são representados como homoganeamente modernos e o Brasil, por sua formação social eivada dos males da origem ibérica, é descrito como lugar indômito aos valores e às

práticas derivadas do racionalismo técnico do mundo civilizado. No olhar para dentro, contudo, o Brasil de Ioiô Lavínio deixa de ser integralmente atrasado e comporta alguma esperança para a superação de seu subdesenvolvimento, a qual estaria localizada, como se viu, justamente no extremo “moderno” do binômio analisado, qual seja, São Paulo e o eixo sul do país.

Em *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999), o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior examina discursos como os de Ioiô Lavínio com particular detenção. Como o próprio título anuncia, o autor procura identificar os marcos históricos de fundação e de consolidação de ideias que passaram a conferir a identidade, largamente hegemônica, ao Nordeste e ao nordestino a partir dos paradigmas da falta, da miséria, do atraso patriarcal e de uma religiosidade fantástica, canonizando uma série de estereótipos depreciativos sobre a região e sua população. O autor, diferentemente, explora e desarticula os termos dos binarismos tratados neste trabalho sem abordar o substrato de base weberiana por trás das interpretações dominantes de Brasil, as quais também estão articuladas na invenção questionada.

Para Albuquerque Júnior, o Nordeste e os nordestinos tal como têm sido imaginados correspondem a invenções de relações de poder e de saber a elas correspondentes, em que as regiões consideradas mais “evoluídas” controlam os mecanismos de reprodução discursiva. Ao invés de querer firmar uma identidade alternativa ao Nordeste, em termos eventualmente mais positivos, interessa ao historiador desenredar o construto arbitrário sobre o qual todo um discurso regionalista depreciativo foi estruturado. Nesse sentido, para ele importa demonstrar a artificialidade da abstração produzida. Na mesma direção da discussão conduzida neste trabalho, discorre o pesquisador:

O Brasil seria um país cindido entre a inteligência do Sul, mais bem aparelhada em seus conceitos de realidade; e, de outro lado, o ‘nortista’, fantasioso, imaginoso e sensitivo, delirante e compadecido. Razão e sentimento, dilema em que se cindia a identidade nacional, representada pela divisão entre suas duas regiões. [...] explicita-se a rivalidade entre Recife e São Paulo, no sentido de hegemonizarem a história do país. Sérgio Buarque critica a tese de Freyre, do caráter civilizador da atividade açucareira. Para ele, o senhor de engenho era um aventureiro que praticava agricultura de forma perdulária e tinha aversão ao trabalho produtivo.

São Paulo é visto, na maioria das vezes, como a área da cultura moderna e urbano-industrial, omitindo-se sua cultura tradicional e a realidade do campo. Já com o Nordeste se verifica o inverso. Este é quase sempre pensado como região rural, em que as cidades, mesmo sendo desde longa data algumas das maiores do país, são totalmente negligenciadas, seja na produção artística, seja na produção científica (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 120-121).

O historiador, portanto, contribui para questionar os mecanismos discursivos e históricos de construção de um discurso preconceituoso e pretensamente científico sobre as generalizações a que se nomearam Nordeste e nordestinos. Além de Ioiô Lavínio, outro personagem de *VPB* se refere a esse espaço com particular desprezo. Trata-se de Eulálio Henrique, descendente da linhagem dos Ferreira-Dutton, mantenedor dos privilégios da casta. Em 1972, dirigindo-se a um familiar em seu escritório na sede do banco que preside, emblematicamente localizada à Avenida Paulista, sinalizando a nova reacomodação espacial da família, ele vocifera:

Já ando de saco cheio dessa conversa que anda na moda na imprensa – ainda bem que cada vez eu leio menos os jornais brasileiros – e em toda parte, que foi o nordestino que construiu São Paulo, que construiu isso e aquilo. Construiu coisa nenhuma, quem construiu São Paulo fomos nós, foi gente como a nossa família, foi a nossa família que carregou esta merda nas costas, fundou Higienópolis, pintou o caralho. Eu queria ver soltarem uma porção desses paraibas quando isso aqui era um pouso de tropeiros para ver o que era que eles iam construir. Iam construir aquelas malocas em que eles vivem lá, duzentas igrejas e uma porção de tendinhas de vender aquelas comidas amarelas nojentas que eles comem, isso é que eles iam construir. Por que não construíram lá, nesse caso? Se você disser que esses carcamanos ajudaram, vá lá. Os japoneses, vá lá. Até os turcos eu admito, embora a maior parte seja de ladrões, assim como os judeus, que não fazem nada de produtivo, ficam com aquele comércio sempre de ar clandestino. Mas essa conversa de que nordestino é que construiu eu não aceito. Pegou no tijolo, mas isso não é construir, isso é a parte menos importante, qualquer um pode fazer isso e é por isso que eles fazem. Nós estamos dando emprego pra eles, isso sim, a troca de estarem transformando São Paulo numa espécie de feira de baiano, com preto em tudo que é canto e aquela música insuportável até nas rádios que antigamente só tocavam música decente (RIBEIRO, 1984, p. 645-646).

Nessa passagem, como naquelas de Ioiô Lavínio, as duas dimensões da tensão entre o nacional e o estrangeiro analisadas no capítulo são atualizadas. Na primeira delas, o personagem renova a questionável sensação de desterro e de alheamento em relação à realidade brasileira; e na segunda, verifica-se a reprodução da equação de desprezo ao Nordeste a partir da demarcação de São Paulo, e do Sul de modo geral, como metro da modernização possível do país. Pela argumentação agressiva e convicta de Eulálio, que parece guardar no bojo uma contrarresposta ao célebre poema de Bertold Brecht, “Perguntas de um operário leitor” (1935), nota-se o alinhamento do jovem banqueiro aos seus ascendentes e a continuação, século XX afora, de um modo de pensar próprio a uma elite que, por conveniência, antes sedimenta as convicções e as inconsistências da tradição do que as confronta.

Assim como fizeram o cômico visitante D. Francisco Manoel, um sesquicentenário atrás, e posteriormente seus avôs Amleto e Bonifácio Ferreira-Dutton, Eulálio Henrique prolonga a mesma crença na singularidade dos seus pares para o manejo dos meios necessários ao progresso do Brasil. É o que traz o trecho acima, ao reservar às classes dominantes o peso das conquistas materiais realizadas efetivamente, e no fim das contas, pelas classes trabalhadoras. Mais adiante, assumindo a responsabilidade dessa tarefa imperiosa, a que não pode se furtar enquanto “membro responsável da classe produtiva”, como costumava se qualificar Bonifácio Odulfo, o pretense comprometimento do jovem banqueiro com a realidade social brasileira se esclarece:

Apesar de o *staff* já ter escrito praticamente tudo, fazia questão de dar um toque pessoal no pronunciamento, mandar alguns recados, preparar umas carapuças para uns e outros. [...] Não levantou os olhos para o copeiro uniformizado que trouxera o almoço, acenou-lhe com a mão para que arrumasse tudo na mesa redonda, perto das poltronas de couro. Tinha bebido nova dose dupla de uísque e talvez por isso estivesse afogueado e veemente, emocionado mesmo, quando dois minutos mais tarde levantou-se para ir até a mesa do almoço, declamando entredentes o que havia escrito. O empresariado nacional está consciente de suas graves responsabilidades para com a nação e para com o povo brasileiro! Há hoje no Brasil um novo empresário, uma nova mentalidade, uma nova consciência do papel social da empresa, que se reveste de magna importância no Brasil de hoje! Não, não, duas vezes ‘hoje’ e ‘Brasil’, mudar, mudar. Mas essencialmente estava bom, estava ótimo e deveria impressionar o auditório, principalmente porque eram afirmações sinceras, todos os que o conheciam sabiam disso (RIBEIRO, 1984, p. 654).

O personagem compõe uma elite que prefere não se posicionar criticamente em relação às desigualdades internas. Mesmo sem se deter ao exame comprometido do processo histórico de reprodução de desequilíbrios econômicos e sociais, essa elite se admite como legitimamente apta a governar e a ditar os rumos econômicos do país. *VPB* vem lembrar, a propósito, que o lugar confortável de comando que os membros da classe dirigente atribuem a si não lhes é, de modo algum, naturalmente legítimo. De certa maneira, o romance de Ubaldo funciona como uma lança no calcanhar de quem se tem sempre afirmado para o comando, mas incessantemente tem falhado. Ainda, a depreender as expectativas do autor para o país que se redemocratizaria a partir das falas de Eulálio Henrique, as últimas na escala cronológica do romance, o recado de desesperança em relação à alta burguesia local como elemento indutor das mudanças estruturais necessárias ao país parece claro.

Esse diagnóstico, contudo, não deve alimentar a perspectiva maniqueísta que enxergaria, pelo tom de denúncia do romance, a saída panfletária das ditaduras proletárias como alternativa possível ao dilema brasileiro descrito por João Ubaldo. As ações de rebeldia dos escravos membros da Casa da Farinha, ao conspirarem a morte do Barão de Pirapuama, e aquelas do bando de Maria da Fé, em favor de justiça social às camadas baixas, estão ligadas a um espectro mais amplo de conscientização acerca da situação de exploração e, posteriormente, de efetivação de acesso a condições plenas de exercício da cidadania em um país que se pretendia republicano. O que está em jogo é um entendimento, diga-se, estrutural de superação das desigualdades locais, que se evidenciaria em transformações materiais, obviamente, mas que estaria sustentada em ideias e valores mais sólidos, lastreados em diversos segmentos da sociedade, notadamente por meio de ganhos mais efetivos proporcionados por uma emancipação pelo conhecimento.

Maria da Fé, principal figura de contraposição à ordenação oligárquica da sociedade brasileira no romance, não acreditava que as mudanças estruturais duradouras pelas quais combate seriam alcançadas pelo imediatismo do uso da força e da violência. Se há certo conformismo nessa postura, não se pode dizer que lhe falta cálculo. Dafé não deixou de lutar, mas conciliou à essa tarefa um projeto pedagógico, como relata o cego Faustino: “E então, além de lutar, passou a ensinar, tendo feito muitas escolas do povo no meio dos matos de diversas regiões, onde [...] de vez em quando aparecia para ministrar aulas, começando sempre cada lição com a seguinte frase: ‘Agora eu vou ensinar vocês a ter orgulho’” (RIBEIRO, 1984, p. 518-519). Daí se nota que extremos como radicalismo e conformismo não são os melhores termos para investigar o modo como *VPB* discute grandes questões filosóficas e políticas. Nesse sentido, às saídas fornecidas pelo continuísmo elitista ou pela ruptura brusca a partir das classes dominadas, o romancista oferece uma narrativa marcada pela tensão permanente de elementos contrários e oscilantes, a qual impacta a própria ideia de povo que atravessa o romance.

Em *VPB*, “povo brasileiro” não significa, absolutamente, uma categoria homogênea e coesa, como este trabalho procurou mostrar até aqui. A heterogeneidade que o caracteriza deriva da percepção de João Ubaldo Ribeiro acerca da realidade brasileira, enxergada sob um panorama histórico conflituoso e socialmente estratificado. Aliás, como sustenta Darcy Ribeiro em uma de suas principais obras, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995), “O que desgarrar e separa os brasileiros em

componentes opostos é a estratificação de classes” (RIBEIRO, 1997, p. 450).¹⁹ Nesses termos, o povo brasileiro é apresentado no romance a partir de diferentes prismas, fornecidos por uma ampla gama de personagens. A tensão característica dessa percepção de povo se estabelece justamente no fato de muitas visões opostas de mundo, arrançadas no romance, não estarem facilmente localizadas em dicotomias como popular e elitista ou dominante e dominado.

O diálogo datado de outubro de 1897, na mansão dos Ferreira-Dutton, no Rio de Janeiro, entre os irmãos Patrício Macário, par romântico de Maria da Fé, àquela altura desvinculado do universo de elite da família, e Bonifácio Odulfo, elucida o ponto. Enquanto Bonifácio Odulfo, de um lado, defende as ações autoritárias e o arranjo oligárquico do regime republicano, e, de outro, restringe a designação de povo a si e aos membros da elite brasileira, Patrício Macário questiona a miséria social a que as camadas pobres estão reduzidas no Brasil e defende posição diferente sobre a definição de “povo brasileiro”:

- E você pode considerar esse povo a mesma coisa que você?
- São seres humanos como nós e são brasileiros.
- Haveria quem arguisse contra o chamá-los de humanos, mas vamos dar isso de lambuja, como se diz. Mas você pretende que esse povo seja realmente o nosso povo, seja representativo do nosso povo como um todo? Imaginemos um deputado tabaréu, um embaixador caipira, um senador matuto, que belo papel não fariam [...]. No mundo, alguns foram feitos para mandar, a maioria para obedecer, esta que é a realidade!
- Mas mandar pode querer dizer governar honestamente e não oprimir.
- [...]
- Meu querido irmão, você é um utópico, isto é o que você é. Que queria você, que a República subvertesse a ordem natural das coisas? Os homens que estão exercendo influência estão porque são qualificados para isso. [...] é necessário que a *élite* dirigente tome a si a responsabilidade de organizar o poder. Você não conhece nação forte sem governo forte, nação forte em que o povinho, os desqualificados, tenham voz ativa.
- A que diabo de povinho você se refere? Para você, todo mundo é povinho, com exceção dos quatro ou cinco gatos pingados que você julga estarem a sua altura. Que povinho? Todos? Porque são todos, realmente todos os brasileiros, a que você se refere com esse desprezo. Eu não quero dizer que seus benditos privilégios devam ser tomados, fiquem com eles, mas veja que para isso não é necessário escravizar o povo, mantê-lo na miséria, na ignorância e na doença. Não está vendo que não pode haver um país decente, um país forte, como você diz, cujo povo seja de escravos, miseráveis, doentes e famintos? (RIBEIRO, 1984, p. 582-584)

A divergência entre os irmãos sobre a noção de povo revela ainda duas formas opostas de lidar com a realidade, as quais remetem para o dilema do desterro explorado

¹⁹ A perspectiva de estratificação de classe trabalhada por Darcy Ribeiro, nessa obra, não se limita a análises de fundo econômico e se associa, de modo mais amplo, aos embates e às forças sociais ligadas às questões de raça e de gênero.

acima. Se por um lado Bonifácio Odulfo, pretensamente desconectado de seu país, se sente irremediavelmente ilhado no espaço que rapina, prolongando a sensação da “moléstia de Nabuco”, Patrício Macário, por outro lado, procura empreender uma reflexão mais cautelosa acerca do país de seu tempo. Entusiasta de primeira hora do republicanismo, uma década depois de sua implantação o tenente reformado já se desiludiu e reconhece abertamente os fracassos do regime. Afastando-se de seu passado arrogante e oficialesco, Macário cria interesse e vai gradualmente se aproximando da realidade social geral do país. Seus questionamentos e sua sensibilidade sobre os problemas nacionais amadurecem, de modo que reconhece, com maior lucidez, as limitações e as potencialidades do momento histórico em que vive.

Dois personagens trazem nos próprios corpos e em suas memórias a contradição dessa tensão, Amleto e Nego Leléu. Os trechos a seguir demonstram formas de pensar diferentes, mas que se estruturam e repercutem a mesma força conservadora sobre a ordenação do mundo prático. Amleto e Nego Leléu encarnam o tipo meritocrático que venceu no jogo fechado do regime escravocrata do século XIX, independentemente dos meios empregados para obter os resultados que alcançaram. No entanto, as concepções do mulato livre e do escravo liberto sobre a noção de povo variam sutilmente, talvez mesmo pelo passado livre de um e cativo do outro. O primeiro personagem se distancia do lugar de que veio e se coloca, não sem desconforto, como se pertencesse à aristocracia local do período, limitando a ela a qualificação de povo brasileiro. Durante recepção em sua mansão soteropolitana, em março de 1839, Amleto, banqueiro já estabelecido, palestra:

Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso o que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo. O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus. [...] Mesmo depuradas, como prevejo, as classes trabalhadoras não serão jamais o povo brasileiro, eis que esse povo será representado pela classe dirigente, única que verdadeiramente faz jus a foros de civilização e cultura nos moldes superiores europeus – pois quem somos nós senão europeus transplantados²⁰?

²⁰ Nesse trecho do romance, Amleto se refere ao povo brasileiro como povo transplantado. Na concepção de Darcy Ribeiro, o Brasil é considerado como Povo Novo. Ao tratar das configurações histórico-culturais dos povos americanos, Darcy Ribeiro elabora os seguintes conceitos: “Povos-Testemunho”; Povos-Novos”; Povos Emergentes” e “Povos-Transplantados”. No que se refere a essa última configuração, diz que é “correspondente às nações modernas criadas pela migração de populações europeias para novos espaços mundiais, onde procuravam reconstituir formas de vida essencialmente idênticas às de suas matrizes de origem. Cada um deles estruturou-se segundo modelos de vida econômica e social da nação de que provinha, levando adiante, nas terras adotivas, processos de renovação que já operavam os velhos contextos europeus.” (RIBEIRO, 1975, p. 43).

[...] Que somos hoje? Alguns poucos civilizados, uma horda medonha de negros, pardos e bugres. Como alicerces da civilização, somos muito poucos, daí a magnitude de nosso labor. Mas, no que depender de mim, e tenho certeza de que dos senhores também, o Brasil jamais se tornará um país de negros, pardos e bugres, não se transformará num valhacouto de inferiores, desprezível e desprezado pelas verdadeiras civilizações, pois aqui também medrará, mercê de Deus, uma dessas civilizações (RIBEIRO, 1984, p. 244-245).

Nego Leléu, Leovigildo, é um liberto que fez uma pequena fortuna a partir de esforços próprios, tendo para tanto, contraditoriamente, explorado muitos outros libertos e mestiços sem ocupação. Conformado com os arranjos de poder, ou mais precisamente alheio a eles, o mundo se apresenta para ele tal como sempre foi, de modo que não avalia as desigualdades e mesmo a manutenção da escravidão como problemas gerais socialmente produzidos. Nego Leléu é o avô, por adoção e devoção, de Maria da Fé, a quem garante formação educacional, coincidentemente, com Dona Jesuína, mãe de Amleto. Em diálogo entre o avô e a neta, no Baiacu, em 1863, ambos revelam seus posicionamentos contrários sobre o “povo”:

- Não tou falando minha terra nesse sentido, tou falando que aqui é minha terra, nós somos o povo desta terra.
- Disseste bem, disseste muito bem: nós somos o povo desta terra, o povinho. É o que somos, o povinho. Então te lembra disto, bota isto bem dentro da cabeça: nós somos o povinho! E povinho não é nada, povinho não é coisa nenhuma, me diz onde é que tu já viu povo ter importância? Ainda mais preto? Olha a realidade, veja a realidade! Esta terra é dos donos, dos senhores, dos ricos, dos poderosos, e o que a gente tem de fazer é se dar bem com eles, é tirar proveito do que puder, é se torcer para lá e para cá, é trabalhar e ser sabido [...] Senhor é povo? Vai perguntar a um se ele é povo! Se fosse povo, não era senhor.
- E a justiça?
- Que justiça? Mas, homecreia, que justiça? Onde é que tu já ouviu falar em justiça? Justiça é uma palavra dos livros, isso é que a justiça é! [...]
- É, mas vai ter justiça. Quem é que trabalha, não é o povo? Não é o povo que sustenta? Então é o povo que vai mandar (RIBEIRO, 1984, p. 373).

Para Nego Leléu, portanto, ao contrário de Amleto, o povo brasileiro seria representado pelas camadas baixas, nesse trecho descritas como uma massa amorfa e homogênea que existe em contraposição ao senhor, visto como lócus a partir do qual a sociedade é regulada e condicionalmente estruturada. Apesar da mobilidade social de ambos, as normas e os valores que a sustentam diferem. Na condição de negro e de alforriado, Nego Leléu não pode experimentar essa mobilidade da mesma forma que Amleto, uma vez que sua vinculação social permanece regulada pelos mecanismos de estruturação da cultura personalista, em que escravo e senhor formam um binômio modelar da sociedade vigente. A transição da cultura personalista para os valores

impessoais da modernidade, que pode ser observada em Amleto, por sua condição de mestiço livre, é gradual e se consolida aos poucos na dinâmica social brasileira. Como observa Jessé Souza:

As oposições deixam de localizar-se nos binômios senhor/escravo ou coronel/ dependente para assumirem formas impessoais como doutor/analfabeto, trabalhador qualificado/trabalhador desqualificado, morador de bairros burgueses/morador de favelas, etc. o que é comum a todos esses últimos binômios impessoais é que a relação entre positivamente privilegiados e negativamente privilegiados *independe de um vínculo de subordinação construído a partir de uma situação particular*. O vínculo de dominação passa a ser impessoal por referir-se a *valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno, especialmente o mercado capitalista* (SOUZA, 2000, p. 260-261).

Os posicionamentos contraditórios dos personagens acerca das parcelas que representariam mais legitimamente o povo brasileiro refletem as posições que ocupam na ordem social e seu grau de envolvimento reflexivo em relação à realidade do país. A dimensão restritiva e homogeneizadora aportada por Amleto, Nego Leléu e Bonifácio Odulfo, é ampliada por Patrício Macário, que parece acreditar em uma solução de conjunto para o dilema. Ao trazer perspectivas distintas, o romance alimenta a tensão produtiva em que se sustenta e expõe as diferenças internas da dimensão conceitual de povo. É assim que a adesão a um dos polos discursivos da tensão não resolve a questão sobre o “povo brasileiro”.

Em *VPB*, o “povo brasileiro”, antes de tudo, se configura nas oposições de pontos de vista e se estrutura na diversidade, nas contradições e em suas desigualdades. Os embates de poder, sobre os quais os elementos populares e dominantes se arranjam, demonstram a magnitude de nossos conflitos e de nossas potencialidades. Há um povo que só faz sentido em sua fragmentação e em suas contradições, marcado por uma multiplicidade contrastante de vozes e de elementos constitutivos de tradições culturais diversas. Reservar a instável noção de “povo brasileiro” a qualquer dos polos pode reforçar a convicção, ao menos do lado das elites, de seu alhurismo, e, conseqüentemente, de sua permanente irresponsabilização pelo histórico estado da arte de pobreza e de desigualdade que têm singularizado a experiência social brasileira.

Considerações finais

Na epígrafe a *VPB*, João Ubaldo Ribeiro escreve que “O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias”. Seguindo a orientação do autor, não propus uma leitura fechada para esse romance polissêmico. Não é essa a intenção deste trabalho. Pretendi apenas aproximar uma certa tradição de interpretações sobre o processo de formação social brasileiro a *VPB*, de forma a estabelecer diálogos entre eles, os quais, por sua vez, talvez possam fornecer elementos distintos para abordar as perguntas sempre atualizadas, que é o povo brasileiro? Que é o Brasil? Não basta dizer que povo e nação são conceitos instáveis, aliás, como quaisquer outros, para aplacar a inquietação que motiva as dúvidas. Essas são perguntas que permanecerão abertas e a verdade sobre o Brasil irá sempre transmutar-se em histórias, versões diferentes amarradas pelos interesses que as organizam.

O fechamento dessas questões em pontos de vista definitivos é próprio de tendências autoritárias e mesmo racistas, como aponta Eric Hobsbawm, em *A era dos impérios (1875-1914)*. Não é por outra razão que o nacionalismo, em seus primórdios no século XIX, foi fundamentalmente alimentado por movimentos do espectro político da direita, imbuídos de sentimentos chauvinistas, xenofóbicos e idealizadores de uma nação lavada em guerras de conquista territorial. Ligam-se a esses mesmos grupos políticos a prática, que se tornaria clássica no fascismo, de apropriação de símbolos nacionais às suas causas, em clara cooptação das pautas de interesse geral do Estado. Sabe-se que o ufanismo reacionário gerou sérias ameaças à vida democrática e à aceitação das diferenças culturais, tendo mesmo se materializado em violentos regimes de exceção, especialmente na Europa.

Brasil e povo brasileiro, nesse sentido, são termos abertos e aos quais se deve tentar garantir justamente a polissemia. Essa afirmação traz, contudo, uma relativização perigosa, pois poderia dar a impressão de que qualquer interpretação, não importa de onde parta, serve para qualificar os conceitos em questão. Ora, não é que existam interpretações mais legítimas que outras, mas, no que concerne aos conceitos em tela, elas devem se respaldar nas diversas experiências, relatos e registros, oriundos das múltiplas vivências individuais e coletivas dos brasileiros dos mais diversos lugares, das

variadas cores e de classes sociais diferentes. O que não deve medrar, no entanto, são as interpretações que se baseiam no apagamento dessas diferenças e dessas variantes.

O atual momento histórico brasileiro está prenhe dessa alternativa que quer impor, pela força e pelo apagamento das diferenças, uma série de interpretações unívocas. É ainda mais aterrador quando se observa que este esforço se assenta no poder oficial e é por ele mesmo emitido. Assim se pretende fazer vingar a ilusão de que nosso processo escravocrata não penou o contingente negro, ou de que o golpe civil-militar de 1964, que instituiu duas décadas de perseguição às diferenças e de cerceamento intelectual, tratou-se de um movimento pacificador e legítimo de contenção a uma ameaça difusa e estrangeira. Essas são algumas interpretações do país e de seu povo que se pretende divulgar oficialmente, a partir do apagamento e da fraude ao exame dos arquivos e dos registros históricos que dão corpo à produção intelectual e material do país.

Apagamento que lembra a perversão do personagem Perilo Ambrósio, quando participou das guerras de independência do país, ao cortar a língua de seu escravo, Feliciano, para que não contasse a ninguém como matara o escravo Inocêncio para sujar-se de seu sangue e fingir um ferimento de guerra, a fim de apresentar-se ao comandante de um regimento que se aproximava do lugar remoto em que se escondia da batalha. Uma mutilação que simboliza o apagamento da memória de todos os negros a respeito da rudeza da escravidão e do regime de opressão e de esquecimento a que foram e, com nuances, ainda têm sido submetidos após a abolição.

No livro VI das *Metamorfoses*, Ovídio relata como o trácio Tereu, da mesma forma, arrancou a língua de sua cunhada, Filomela, após estuprá-la. Não contava, contudo, que fosse alfabetizada e que escrevesse à irmã, Procne, por meio dos bordados que cosia. As irmãs planejaram a vingança e serviram no banquete ao marido, Ítis, o filho do casal. A violência deste infanticídio é a contraparte da violência daquele apagamento. Na mesma direção, ao descobrir, pelos balbucios de Feliciano, que não sabia escrever, como havia perdido a língua e a causa verdadeira da morte de Inocêncio, os negros da Irmandade da Casa da Farinha decidiram envenenar o barão, que padeceu morte lenta, em um sofrimento privado que guarda apenas uma dimensão do sofrimento coletivo dos explorados.

Fraude, por sua vez, que remete à falsificação do batistério feita por Amleto Ferreira. Com a nova certidão de batismo nas mãos, o mulato bastardo se tornou nobre e branco, ligado a linhagens das altas cortes inglesa e portuguesa. É, pois, como homem

de estirpe que se vê Eulálio Henrique, em 1972, ao fitar o retrato do trisavô, Amleto Ferreira-Dutton, em uma página do estudo genealógico encomendado ao *British-American Institute for Genealogical Research*, cuja cópia mantém em seu gabinete na sede do banco na Avenida Paulista. Na fotografia, Amleto apresenta traços nórdicos visíveis, de uma branquidão leitosa e de uma sisudez que indicariam honestidade e austeridade. Austeridade talvez, honestidade, como se viu, não. Suas riquezas e as da família derivam de uma série de arranjos financeiros ilícitos.

De qualquer forma, é a questão da raça e da origem mestiça que mais impacta o personagem Amleto. Uma reordenação anagrâmica do nome daria algo parecido com a palavra “mulato”. Contudo, isso é especulativo. O que parece mais seguro, inclusive pela origem paterna inglesa, é associar o nome do personagem a uma possível tradução de “Hamlet”. Algo do comportamento de Amleto, que quer desesperadamente e em vão desvincular-se de sua condição mestiça, reporta ao clássico dilema conservado pelo jovem príncipe dinamarquês. Cabe lembrar, não por acaso, que o dilema trágico do personagem de Shakespeare gira em torno da mesma presença/ausência do pai espectral.

Amleto irá arrastar a condição pendular entre ser e não ser mulato por todo o romance e advém precisamente dessa contradição a força desse personagem. Elitista, mestiço, liberal, conservador, subserviente aos interesses e gostos estrangeiros, Amleto é o novo homem da nova civilização que se instaurava no Brasil independente. Um país que se fazia possível, apesar do pessimismo racista de Agassiz e de Gobineau, a partir de um contingente de mestiços. Como foi abordado no segundo capítulo, as teses raciais foram acomodadas à realidade de mestiçagem do país e adquiriram, sobretudo com Sílvio Romero, uma dimensão teórica mais positiva e inovadora sobre o impacto da mistura racial na composição da sociedade brasileira.

Por essas e tantas outras razões, a leitura de *VPB* se faz atual para pensarmos, em meio ficcional, os diversos arranjos históricos, entrelaçados nos salões, nas senzalas, nos gabinetes, nas fábricas, nos terreiros, enfim, nos rincões das esferas privada e pública, que ilustram, de alguma forma, o caminho que nos trouxe às escolhas que temos feito contemporaneamente. Não gostaria que o comentário transformasse a análise em resenha do livro de João Ubaldo Ribeiro. Trata-se de outra intenção, chamar a atenção para a rede de discursos a respeito de perspectivas distintas de Brasil com as quais o romance dialoga.

O olhar retrospectivo sobre o processo histórico de formação social brasileira, operado em *VPB* ao longo de três séculos, indaga não propriamente sobre o passado,

mas sobre o presente, em que se tem reproduzido padrões estruturais antigos de geração de desigualdades. É sobre esse aspecto, de um olhar direcionado para o presente e que tenta dizer algo a ele, que este trabalho pretendeu abordar os cruzamentos discursivos da ficção de João Ubaldo e dos Brasis interpretados em nossa tradição de pensamento social. A rede discursiva que tece o romance amplia os pontos de observação sobre a própria ficção e sobre a realidade histórica, de forma que toca os modos como temos pensado a nós e a nossa história.

Essa mesma rede, que interliga o romance, atua na desestabilização de discursos e de práticas que sustentam uma ordenação social desigual, baseada na operação ideológica que enxerga insistentemente os privilégios de classe como mérito. Essa inadequação analítica produz consequências sérias sobre a forma como os problemas brasileiros são considerados política e economicamente. As grandes transformações de níveis de vida não alcançaram todos os brasileiros e grandes parcelas da população têm sido permanentemente mantidas abaixo da linha de cidadania. O Brasil é um moinho de moer gente, na expressão célebre de Darcy Ribeiro. E para que não falte insumo tem-se fabricado, em série, uma massa de desclassificados sociais, inadaptados às exigências do capitalismo moderno, para ser explorada cotidiana e sistematicamente em trabalhos informais e sazonais de diferentes setores do campo e da cidade. É a reprodução dessa linha de montagem ao longo dos séculos o que incomoda, e é o que *VPB* acaba contribuindo para criticar.

Que é o Brasil? Que é o povo brasileiro? O romance não oferece senha de respostas, mas auxilia a organizar essas perguntas. Os diálogos entre tradições discursivas distintas, suscitados pela leitura de *VPB*, geram uma torsão metalinguística, diga-se, sobre o próprio processo histórico brasileiro. A ironia com que os estereótipos de senso-comum sobre o país são tematizados, o tratamento à questão da mestiçagem e da condição do negro na sociedade brasileira, a requalificação da dimensão do nosso atraso pela análise dos desequilíbrios internos e externos, tal como procurei trabalhar a partir do romance, representam essa torsão. Nessa direção, *VPB* se configura como um texto sobre muitos textos, que se abre para múltiplos caminhos analíticos.

Referências bibliográficas

ACHUGAR, Hugo. A escritura da história ou a propósito das fundações da nação. In: MOREIRA, Eunice Maria (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 35-60.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. 1. reimp. Prefácio de Margareth Rago. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ALENCAR, José de. “Como e porque sou romancista”, p. 15. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000311.pdf>. Acesso em 22/1/19.

ARANTES, Paulo. Nação e reflexão. In: ABDALA JR., Benjamin & CARA, Salette de Almeida (Orgs.). *Moderno de nascença: figuras críticas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-45.

ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília & _____. *Sentido da formação: 3 estudos sobre Antonio Candido*, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7-66.

ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. vol. 3. p. 801-809.

BAKHTIN, Mikail. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: _____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora F. Bernardini, José Pereira Júnior, Augusto Góes Júnior, Helena S. Nazario e Homero F. de Andrade. São Paulo: Ed. UNESP: Hucitec, 1988. p. 397-428.

BAKHTIN, Mikail. O romance polifônico de Dostoiévski e seu enfoque na crítica literária. In: _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p. 3-45.

BERND, Zilá. Literatura comprometida de João Ubaldo Ribeiro. In: *Revista de Literatura, História e Memória*, Cascavel, v. 2, n. 2, p. 9-14, 2006.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. (Síntese Universitária)

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1985.

BOSI, Alfredo. Moderno e modernista na literatura brasileira. In: _____. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. SP: Ed. Ática, 1988.

BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: _____. *Dialética da colonização*. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 176-193.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, p.47-66, jun. 2010.

BOTELHO, André & LAHUERTA, Milton. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. In: *Perspectivas*, São Paulo, n. 28, p. 7-15, 2005.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos. In: _____. *Por que ler os clássicos*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 9-16.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. República e cidadanias. In: _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 42-65.

CECCANTINI, João Luís C. T. Brava gente brasileira. In: *Cadernos de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 7, p. 103-129, março 1999.

CUNHA, Eneida Leal. *Viva o povo brasileiro: história e imaginário*. In: *Portuguese Cultural Studies*, Amherst, v. 1, n. 1, p. 1-13, Spring 2007.

DALCASTAGNÈ, Regina. A formação das elites em *Viva o povo brasileiro* e *O cortiço*. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 2, p. 1-5, dez. 1999.

DaMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. In: *Cadernos de Debate I: História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 61-64.

FRANK, André Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento (1966). Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/.../4.1.%20FRANK%2C%20André%20Gunder.%20> Acesso em 22/3/2019.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Indianismo revisitado. In: *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 36-43, ago./set. 1979.

GAMA, Luiz. Mote: E não pôde negar ser meu parente (soneto). In: _____. *Trovas burlescas*. São Paulo: SESI-SP Editora, 2016. p. 55.

GERMANO, Idilva M. P. *Alegorias do Brasil: imagens de brasilidade em Triste fim de Policarpo Quaresma e Viva o povo brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2000.

HELENA, Lucia. A narrativa de fundação: *Iracema, Macunaíma e Viva o povo brasileiro*. In: *Letras*, Santa Maria, n. 6, p. 80-94, jul.-dez. 1993.

HOBBSAWM, Eric J. Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo. In: _____. *A era dos impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 203-232.

KUSCHNIR, Karina. Literatura e identidade nacional. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Revista de Cultura Brasileira*, n. 1, p. 259-276, mar. 1998.

LEAL, Virgínia M. V. O caráter dinâmico da história: fatos e versões em *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 2, p. 7-16, dez. 1999.

MACHADO, Paula da Silva. *Viva o povo brasileiro: novos e velhos enunciados*. Um estudo do romance de João Ubaldo Ribeiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira e Teoria da Literatura) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MACHADO, Sheila de Almeida. *Espacialidades cósmicas e histerias cronológicas: caminhos de gerações e utopias em Viva o povo brasileiro e Cem anos de solidão*. 2006. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Departamento de Ciência da Literatura, UFRJ, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Roberto S. C. Weber e o mal-estar colonial. In: SOUZA, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1999. p. 195-210.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. *O negrismo e suas configurações em romances brasileiros do século XX (1928-1984)*. 2013. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

OLIVIERI-GODET, Rita. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*. Tradução de Rita Olivieri-Godet e Regina Salgado Campos. São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana: UEFS Editora; Rio de Janeiro: ABL, 2009.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: _____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 13-35.

PIRES, Antônia Cristina de Alencar. *A outra história – (des)construções – memória e identidade cultural em Viva o povo brasileiro*. 2000. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. v. 1

RIBEIRO, Darcy. *Configurações histórico-culturais dos povos americanos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. 7. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy & MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (Orgs.). *A fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

RIBEIRO, João Ubaldo. Contracapa. In: _____. *Vila Real*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

RIBEIRO, João Ubaldo. Entrevista concedida a Antonio Hohfeldt, Carlos Felipe Moisés, Haroldo de Campos, Jean Soublin e Sérgio Sant'Anna. *Cadernos de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, 4 fev. 1999.

RIBEIRO, João Ubaldo. Entrevista concedida a Carlos Navarro Filho. Rio de Janeiro, outono de 2000.

RIBEIRO, João Ubaldo. Entrevista concedida a Daniel Benevides. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 fev. 2011.

RIBEIRO, João Ubaldo. Entrevista concedida a Paiol Literário. *Rascunho*, Curitiba, n. 134, [s. d].

RIBEIRO, João Ubaldo. Entrevista concedida a Paulo Markun. *Roda Viva, TV Cultura*, São Paulo, 19 fev. 2001.

RIBEIRO, João Ubaldo. Entrevista concedida a Viviane Rosalem. *IstoÉ*, São Paulo, 22 nov. 1999.

RIBEIRO, João Ubaldo. “Je suis le résultat d’une maturation”. Entrevista a Alice Raillard. *La Quinzaine Littéraire*, Paris, n. 484, abr. 1987.

RIBEIRO, João Ubaldo. Literatura da miséria. Entrevista concedida a David Vidal, Josué Guimarães e Tarso de Castro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 out. 1977.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

RIBEIRO, Magdelaine. Que bandeira é essa? Um eixo de leitura de *Viva o povo brasileiro* de João Ubaldo Ribeiro. In: *Graphos*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 51-60, 1999.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2008.

ROCHA, João Cezar de Castro. Introdução. In: _____. (Org.). *Nenhum Brasil existe – Pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 1993. p. 17-32.

SADLER, Darlene Joy. As bases de um imaginário literário nacional. In: _____. *Brasil imaginado: de 1500 até o presente*. Tradução de Flávia Bancher. São Paulo: EDUSP, 2016. p. 157-216.

SANTIAGO, Silviano (Comp.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. 3v. (Biblioteca luso-brasileira; Série brasileira)

SANTIAGO, Silviano. Mário, Oswald e Carlos, intérpretes do Brasil. In: *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 5-17, jan./jun. 2005.

SANTIAGO, Silviano. Prosa literária atual no Brasil (1984). In: _____. *Nas malhas da letra: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 24-37.

SANTIAGO, Silviano. Uma literatura anfíbia. In: _____. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 64-73.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar (1973). In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990. p. 13-28.

SCHWARZ, Roberto. Leituras em competição. In: *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 75, p. 61-79, jul. 2006.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 29-48.

SCHWARZ, Roberto. Por que “ideias fora do lugar”? In: _____. *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 165-172.

SILVA, Carlos Eduardo Vieira da. *Viva o povo brasileiro: modernidade tardia, formação nacional e o sistema literário em discussão*. 2011. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, UnB, Brasília.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Prefácio de Axel Honneth. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: _____. (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1999. p. 17-54.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

VALENTE, Luiz Fernando. Fiction as History: The Case of João Ubaldo Ribeiro. In: *Latin American Research Review*, Maryland, v. 28, n. 1, p. 41-60, 1993.

VALENTE, Luiz Fernando. *Viva o povo brasileiro*: ficção e anti-história. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 61-74, set. 1990.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante*: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Ed. UnB, 1999. p. 173-194.

WALDEMER, Thomas P. Hijacking Authority: Writing and Forgery in *Viva o povo brasileiro*. In: *Hispanófila: Literatura – Ensayos*, Chapel Hill, n. 146, p. 49-58, 2006.